



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E
FEMINISMO**

CARLA GISELE BATISTA

**MOVIMENTO E INSTITUIÇÃO:
AÇÃO FEMINISTA EM DEFESA DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO**

**SALVADOR
2012**

CARLA GISELE BATISTA

**MOVIMENTO E INSTITUIÇÃO:
AÇÃO FEMINISTA EM DEFESA DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo PPGNEIM/UFBA, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo

Orientador: Profa. Dra. Cecilia Maria Bacellar Sardenberg

SALVADOR
2012

B333 Batista, Carla Gisele
Movimento e instituição: ação feminista em defesa da legação do aborto / Carla Gisele Batista. – 2012.
196 f.: il.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Cecilia Maria Bacellar Sardenberg
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

1. Feminismo. 2. Aborto - Legislação. 3. Aborto - Aspectos morais e éticos. 4. Movimentos sociais. 5. Silva, Luíz Inácio Lula da, 1945 – Brasil – Política e governo. I. Sardenberg, Cecília Maria Bacellar. II. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.4

CARLA GISELE BATISTA

**MOVIMENTO E INSTITUIÇÃO:
AÇÃO FEMINISTA EM DEFESA DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cecilia Maria Bacellar Sardenberg (Orientadora) – NEIM/UFBA

Profa. Dra. Margareth Martha Arilha Silva – UNICAMP/SP

Profa. Dra. Ana Alice Alcantara Costa – NEIM/UFBA

Salvador, 31 de agosto de 2012

*Para Sumaia Batista Saad, minha mãe.
Que me deu motivos para militar em favor
da legalização do aborto.*

*Para Antonio e Pedro, filhos e sobrinhos
desejados e muito amados.*

AGRADECIMENTOS

A José Tavares de Lira e ao Movimento dos Quase Doutores (MQD), pelos momentos de interlocução e por todas as contribuições dadas desde a elaboração do projeto.

À brilhante feminista Ana Reis, por ter me acolhido, mal me conhecendo, com amizade e solidariedade, na Bahia. Por ter compartilhado toda a tensão do processo de seleção, seus textos, toda a sua inteligência e conhecimento, fina argúcia e humor. Este foi um apoio inestimável!

A meu pai e minha mãe, que trabalharam para que eu pudesse me dedicar aos estudos neste momento da minha vida, com tranquilidade.

À CAPES, pela bolsa de mestrado. Ao CNPQ, pelos recursos que permitiram as viagens de pesquisa e as transcrições. E a aquelas pessoas que me receberam nas suas casas, garantindo o tempo que eu precisei para realizar as entrevistas e a reorganização de agendas: Mariza Sanematsu e Jacira Melo, em São Paulo, Weydson Barros Leal, no Rio de Janeiro, Márcia Laranjeira e Fernanda Rego, em Recife, Marco Antonio Batista, Antonio e Pedro, em Formosa (para as entrevistas de Brasília).

A Helena e Sheyla, pelo cuidadoso trabalho nas transcrições. A Vanda Bastos, que chegou na hora certa, com o seu critério e engajamento na revisão, formatação, além de todos os bons conselhos que me deu. Três pessoas que se tornaram amigas.

A todas as feministas que aceitaram prontamente o meu pedido de entrevistas. Mulheres fabulosas que compartilharam, mais uma vez, suas trajetórias e a da construção de um movimento que admiro e do qual me sinto muito orgulhosa em participar. Sinto não ter estado à altura de “tirar” dos seus relatos todas as possibilidades de análise que elas ofereciam.

A Schuma Schumacher, integrante da Comissão Tripartite, por ter me disponibilizado os relatórios das reuniões de trabalho da Comissão; Kauara Ferreira, pelo resgate dos trâmites do PL 1135/91; Angela Freitas e Gilberta Soares, pelo envio dos boletins produzidos pelas Jornadas; Fátima Oliveira, por me contar como tudo começou. Fabiana Paranhos, George Liendo, Gilberta Soares, Wilza Vilella, pelo material bibliográfico que tão gentilmente fizeram chegar às minhas mãos.

Às professoras Margareth Arilha (UNICAMP), Ana Alice Alcantara (UFBA), minhas avaliadoras, e Lia Zanotta Machado (UNB), pelas leituras atentas e todas as indicações feitas. Por certo, não terei respondido a contento.

A todas as professoras do NEIM com as quais muito aprendi no período de mestrado. Todas as pessoas que ali trabalham, sempre atenciosas e dispostas a nos ajudar nas nossas necessidades acadêmicas.

A Carla Akotirene, amiga da Universidade que compartilhou angústias, preocupações e também as alegrias de todo este processo. Foram boas gargalhadas, regadas a vinho.

E, finalmente, a Cecília Sardenberg, a melhor orientadora que qualquer pessoa poderia desejar: amiga, generosa, presente, atenta e que, com toda a sua experiência, inteligência e rigor, me acompanhou desde o início, sempre acreditando em mim mais até do que eu mesma.

O meu muito obrigada a todos/as.

RESUMO

Este trabalho busca reconstituir fatos da história recente dos movimentos feministas brasileiros dentro do leque mais ampliado dos movimentos sociais surgidos a partir das décadas de 1960/1970 e pela forma como conflitos instaurados e absorções de demandas se estabelecem na relação com o Estado a partir da instituição de mecanismos de participação e da instalação de instâncias governamentais voltadas para a implementação de políticas públicas para as mulheres. Realizado através de pesquisa documental e de entrevistas, está circunscrito ao debate em torno da revisão da legislação que criminaliza a prática do aborto no Brasil. A delimitação temporal desta pesquisa corresponde aos períodos anteriores e imediatamente posteriores às I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (primeiro e segundo mandatos Lula). Trata, também, de outra iniciativa que aconteceu de forma paralela: a instauração de um debate no Supremo Tribunal Federal sobre a aprovação de um permissivo para os casos de anencefalia, aprofundando sobre as diversas táticas desenvolvidas para a ampliação da legislação existente desde 1940.

Palavras-chave: Direito ao aborto. Legalização do aborto. Comissão Tripartite. Governo Lula. Movimentos de mulheres e feministas.

ABSTRACT

This work seeks to reconstitute facts of the recent history of Brazilian feminist movements, within the broader group of social movements that have emerged starting in the nineteen sixties and seventies and by the way in which established conflicts and absorption of demands are established in the relationship with the States, starting from the institution of participation mechanisms and the implementation of government bodies that aimed to put in motion public policies for women. Made through documental research and interview, this work circumscribes the debate around reviewing the legislation that criminalizes abortion in Brazil. The time delimitation of this research corresponds to the periods before and immediately after the First and Second National Conferences of Policies for Women (during Lula's first and second terms). This work is also about another initiative that has happened at the same time: the establishment of a debate in the Supreme Federal Court regarding the approval of a permissive for cases of anencephaly, furthering the work on several tactics developed to broaden the legislation that exists since 1940.

Keywords: Right to abortion. Legalization of abortion. Tripartite Commission. Lula Administration. Women's and feminist movements.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Processos/Eventos de diálogo entre movimentos de mulheres e feministas e Estado sobre DS e DR para as mulheres	45
Quadro 2	Repertório de atuação dos movimentos feministas em defesa da legalização do aborto	49
Quadro 3	Eleições presidenciais no período de 1985 a 2007	86
Quadro 4	Conquistas das mulheres por período presidencial	90
Quadro 5	Repertório de ação e mobilização de Campanha das Jornadas	108
Quadro 6	Repertórios e quadros interpretativos sobre a atuação feminista	117

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
AI-5	Ato Institucional nº 5
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AFM	<i>Articulación Feminista Marcosur</i>
Agende	Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, Rede Feminista de Saúde
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
ANIS	Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero
ANMTR	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
CF/88	Constituição Federal de 1988
CLADEM	Comitê Latino Americano pelos Direitos das Mulheres
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CDD	Católicas pelo Direito de Decidir
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEPIA	Cidadania Estudo Pesquisa Formação e Ação
CF/88	Constituição Federal Brasileira de 1988
Cfemea	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CN	Congresso Nacional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
CNMB	Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras
CNPM	Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres
CNTS	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
CONTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família

CT	Comissão Tripartite
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DH	Direitos Humanos
DSTs	doenças sexualmente transmissíveis
EC	Emenda Constitucional
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FEBRASGO	Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMPE	Fórum de Mulheres de Pernambuco
FSM	Fórum Social Mundial
Frente	Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto
GIRE	Grupo de Información en Reproducción Elegida
GT	Grupo de Trabalho
IPG	Instituto Patrícia Galvão
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MJ	Ministério da Justiça
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MS	Ministério da Saúde
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPF	Plataforma Política Feminista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
REDEH	Rede de Desenvolvimento Humano
REDE Saúde	Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos

SOF	Sempreviva Organização Feminista
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UBM	União Brasileira de Mulheres
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 MINHA RELAÇÃO COM O TEMA DO ABORTO	18
1.2 COMO CHEGUEI AO MEU OBJETO	23
1.3 AS ENTREVISTADAS.....	26
1.4 A PESQUISA	29
1.5 CONFRONTOS E MOVIMENTOS	31
1.5.1 Estratégia e Tática	37
2 DEMOCRACIA E INSTITUIÇÃO: PERCURSOS DA AUTONOMIA	43
2.1 ANTECEDENTES	43
2.2 UM ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES	49
2.3 OS ANOS 90 E A INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABORTO LEGAL NO PAÍS	50
2.4 A INSTITUIÇÃO DE MOVIMENTOS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL	54
2.5 OS ANOS DOIS MIL	56
2.5.1 A Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB)	58
2.5.2 As Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro	60
2.5.3 Uma Secretaria de Políticas para as Mulheres	61
2.5.4 As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM)	62
2.5.5 I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM)	65
2.5.5.1 Comissão de Revisão da Legislação Punitiva ao Abortamento no Brasil: Comissão Tripartite/CT	66
2.5.5.2 Os Debates no Congresso Nacional	72
2.5.6 A II CNPM e o II PNPM	77
2.5.7 Um Permissivo para a Anencefalia	80
3 “NÓS SOMOS TRIBUTÁRIAS DE NÓS MESMAS”	84
3.1 OS PARTIDOS NA RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA	84
3.2 OS ANOS 2000...	96
3.2.1 Como o Tema se Estabelece e as Expectativas com o I Governo Lula 101	
3.2.1.1 I Conferência	105
3.2.1.2 Comissão Tripartite	111
3.2.1.3 Anencefalia: Etapa Possível?!	115
3.3 FEMINISTAS, NEGRAS E ANTIRRACISTAS	123

4 A ONDA CONTRÁRIA	130
4.1 OS QUE QUEREM CONSERVAR	130
4.2 PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO	136
4.2.1 A Entrega e o Debate da Proposta Tripartite no Congresso Nacional	141
4.3 A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E O CNDM	147
4.4 O SEGUNDO MANDATO	150
4.3.1 II Conferência e a Ausência no II PNPM	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
FONTES	174
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICE A ROTEIRO PARA ENTREVISTAS	183
APÊNDICE B Quadro – As entrevistadas	186
ANEXO A MINUTA DE PROJETO DE LEI	187
ANEXO B COMPOSIÇÃO DAS JORNADAS BRASILEIRAS PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL E SEGURO	194

1 INTRODUÇÃO

O feminismo é uma forma de vida individual e uma forma de luta coletiva. (Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*).

O que me propus a resgatar com este trabalho foi uma história realizada, escrita e inscrita por mulheres em um espaço dominado por homens, o da política formal, aquele estabelecido a partir das relações de poder dentro do Estado¹, que esteve historicamente a elas interdito. É uma história que demonstra como ousaram trazer o que estava destinado a permanecer no âmbito do privado, porque limitado ao universo das mulheres, e não somente porque era da ordem do doméstico, para a esfera pública, transformando problemas vividos individualmente ou na privacidade relacionados com a vida reprodutiva em problemas políticos e que dizem respeito a toda a comunidade, questionamentos e demandas que reportam a uma nova compreensão dos direitos e de garantias de cidadania para uma parte significativa da população deles excluída. Refiro-me aos direitos reprodutivos. Segundo Rosalind Petchesky, estes são direitos que “se relacionam com autodeterminação em matéria de procriação e sexualidade. Ter direitos reprodutivos quer dizer ter controle dos nossos corpos e das nossas vidas, estarmos livres de maltrato e ter liberdade de expressarmos sexualmente” (1994, p. 31).

Trata-se de uma nova “geração de direitos” que não pode ser

[...] separada dos demais direitos civis, políticos e sociais, particularmente quando se faz referência à liberdade reprodutiva. Podemos, com efeito, pensar essa liberdade tanto do ponto de vista civil quanto política e social. Enquanto direito político, a liberdade reprodutiva está diretamente ligada às lutas dos movimentos de

¹ Maxine Molyneux (2003, p. 68), em um estudo comparado sobre os movimentos de mulheres na América Latina, define o Estado “como um conjunto de instituições coercitivas e administrativas que tem por objeto o exercício de diversas formas de poder. Reivindicam o controle sobre o território e governam mediante uma combinação de coerção e consentimento, destinando recursos econômicos e sociais às vezes formidáveis para a execução do que seus dirigentes definem como metas sociais e desenvolvendo suas políticas de acordo com ditas metas. Apesar de ser evidente que existe uma relação entre os estados e os governos, os primeiros incluem as instituições e os segundos, não são idênticos a elas. Os estados modernos se compõem de um aparato coercitivo para garantir a ordem pública e a segurança internacional; um aparato administrativo de serviço público que em geral abarca os sistemas de educação, saúde e assistência social; uma ampla gama de departamentos encarregados das políticas econômicas e fiscais; um aparato político de governo nacional e local e um complexo jurídico de leis e tribunais”. Esta será a acepção utilizada neste trabalho.

mulheres, isto é, à afirmação de um novo sujeito político que luta e negocia para o reconhecimento de uma identidade coletiva baseada na visibilidade das relações de gênero. Enquanto direito civil, essa liberdade está ligada ao princípio de individuação do liberalismo clássico, isto é, à capacidade do indivíduo de dispor de si mesmo. Por fim, enquanto direito social, a liberdade reprodutiva está associada às políticas de saúde pública (MARQUES-PEREIRA; CARRIER, 1997, p. 2).

As questões principais a serem abordadas por este estudo serão o aborto e as estratégias utilizadas pelos movimentos feministas para a sua legalização, compreendida a centralidade deste quando se trata de garantia dos direitos reprodutivos. O aborto, na literatura médica, é o produto do abortamento, isto é, da interrupção de uma gestação. No Brasil, o abortamento é uma prática ilegal, à exceção de casos de risco de morte para a mãe, de violência sexual, o estupro² e gravidez de fetos anencéfalos. Estima-se que, apesar de não permitido, o abortamento é praticado por cerca de um milhão e quatrocentas mil mulheres ao ano, forçadas, na situação da ilegalidade, a recorrerem a procedimentos inseguros e clandestinos, o que as expõe ao risco de morte. Neste trabalho, vamos utilizar o termo aborto não na versão utilizada pela área da saúde, mas conforme ele tem sido definido na linguagem jurídica: “a interrupção da gravidez provocada pela gestante (auto-aborto) ou realizada por terceiros, em qualquer momento do ciclo da gestação” (VENTURA, 2009, p. 144).

Alçar do privado ao público significa também ter que lidar com os diversos posicionamentos existentes na sociedade, que se explicitam quando estas questões vêm à tona. Não é que a diversidade de posições não estivesse dada anteriormente, mas a novidade é que, todas elas passam a ser expressadas de forma organizada e articulada. O contexto e os sujeitos das lutas, os limites, presentes na própria forma como as mulheres se organizam, serão parte desta reconstrução histórica a partir dos depoimentos orais de algumas militantes que atuaram nesta causa.

² Conforme o Código Penal de 1940. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal vai incluir um permissivo para a gravidez de fetos anencéfalos. Este tema será abordado em mais detalhes na sequência do trabalho.

1.1 MINHA RELAÇÃO COM O TEMA DO ABORTO

Em 1992, fui contratada para um trabalho de duas semanas para o SOS Corpo³ e, em 1993, recebi um anúncio de seleção aberta pela organização. Fiz a prova, a entrevista, passei! Meu primeiro dia de trabalho foi em um 8 de março. O Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) estava realizando uma festa-manifestação no Pátio de São Pedro, no centro histórico da cidade de Recife e fui convocada a contribuir com a preparação do ato para aquela noite. Eu tinha acabado de me formar em História no ano anterior, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), estava me especializando na área de documentação e organização de acervos e esta foi uma das primeiras funções que assumi na instituição, o que me colocou em contato direto com as publicações feministas. Nas leituras realizadas, todo um mundo novo se abriu para mim, pois identificava em outras mulheres os sentimentos de opressão, indignação e revolta que haviam me acompanhado pela vida afora. Os livros, cartilhas, panfletos, folhas soltas... foram, de alguma forma, os meus “grupos de reflexão⁴”. Assim começou a minha história com o feminismo.

Uma das primeiras atividades coletivas de que participei também me marcou profundamente. Tratou-se de um debate, no período preparatório para a Conferência de Beijing, sobre o financiamento da *United States Agency for International Development* (USAID) para a ida das mulheres brasileiras à Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU). Anos antes, quando morava em Belo Horizonte, eu havia participado dos comícios pelas “Diretas Já.” Aquela reunião, para mim, foi um momento ímpar, porque pude perceber na recusa a este apoio, em si, uma ousadia comprometida politicamente com a história recente de luta contra a ditadura militar.

³ Organização sediada em Recife, hoje Instituto Feminista para a Democracia, na época, SOS Corpo Gênero e Cidadania.

⁴ Conforme Maria Betânia Ávila (2007, p. 100) “nestes grupos discutiam-se as experiências pessoais e coletivas problematizando o contexto social nas quais elas se davam, os problemas vividos no interior da família, do trabalho, da escola, do bairro onde se mora, das relações amorosas, etc. O método tinha como objetivo construir análises coletivas que permitissem uma passagem da questão individual para uma análise sobre as relações sociais e suas estruturas de poder que afetavam a vida das mulheres e não estavam concebidas nem legitimadas como um problema para a ciência social, nem para a política”.

No período em que trabalhei como documentalista, comecei a participar das reuniões do FMPE e cheguei a integrar o Grupo Loucas de Pedra Lilás, um grupo feminista performático, em duas atividades de rua, no 28 de setembro, dia de luta pela legalização do aborto. Nesta época, as atividades das Loucas eram organizadas a cada evento do calendário feminista, com aquelas que queriam tomar parte. Esta era uma data em que a disposição das militantes não era tão grande, como no 25 de novembro⁵, por exemplo, e, então, eu me apresentava. Infelizmente, minha capacidade interpretativa era muito limitada, mas nunca deixei de participar, contribuindo de outra forma: no diálogo com transeuntes, na distribuição de panfletos, etc.

O FMPE foi muito importante para a minha formação de ativista, uma coisa que sempre gostei muito de fazer. No Fórum, cheguei a ser da coordenação colegiada, em um momento difícil – quando companheiras de movimento passaram a assumir cargos de gestão nas administrações do Partido dos Trabalhadores (PT). Os debates eram muito acalorados porque, em todas nós, emergia uma série de ambiguidades: o movimento incentivava e estava junto à militância partidária na cobrança de instituição de organismos para as mulheres. Mas, ao mesmo tempo, se sentia traído muitas vezes por aquelas que, havia pouco tempo, eram companheiras de movimento e passaram a assumir cargos governamentais. Mudanças de posições provocaram tensões nas relações e também na ordem dos enfrentamentos. Fui também representante do FMPE junto à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e integrei a sua coordenação política nacional.

Algum tempo depois, passei ao quadro das educadoras do SOS Corpo, realizando atividades com mulheres do meio popular, em regiões do estado de Pernambuco. Trabalhávamos também com agentes comunitários/as e profissionais de saúde e da educação. No meu caso, principalmente sobre temas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, como a contracepção, a prevenção ao câncer uterino, às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e à AIDS e o aborto. Elaborávamos a metodologia e também os materiais educativos complementares a estas atividades.

Particpei pontualmente de algumas pesquisas. Numa delas, sobre mulheres que foram atendidas pelos serviços de aborto legal, fui a campo como

⁵ Dia de luta pelo fim da violência contra as mulheres.

pesquisadora. Pude perceber com esta escuta a importância do apoio recebido, em sua maioria, por meninas que foram violentadas sexualmente. Em primeiro lugar, a solidariedade de pessoas das suas famílias, em geral, suas mães e em seguida o acolhimento feito pelos profissionais da rede pública de saúde. O que percebi em seus relatos é que a forma como foram recebidas fora fundamental para que essas mulheres e meninas fossem resgatadas da solidão e adquirissem autoconfiança para superar o problema enfrentado e seguir em frente nas suas vidas. Por outro lado, também pude verificar, em um dos casos, que, quando o serviço não cumpriu o seu papel, isso foi vivido como um golpe, um reforço à violência sofrida.

Esses contatos me possibilitaram compreender a necessidade, e também os impedimentos, para a instalação dos serviços de aborto legal no país. Experiências como estas fazem com que eu jamais possa dizer que a luta pela instalação destes serviços, os de acesso ao aborto legal, é uma luta “etapista” ou que nos distancia da legalização do aborto, como afirma um campo das feministas. Muito pelo contrário, penso que investir na implantação dos serviços de aborto legal, de atendimento a mulheres vítimas de violência, é um passo fundamental para alcançar o objetivo em defesa da autonomia reprodutiva e sexual das mulheres. Compartilho com Maruja Barrig e Virginia Vargas quando, remetendo a Giddens na sua definição de que “autonomia é a liberdade para atuar”, acrescentam que “é também a liberdade para pensar” (2000, p. 35). A autonomia sempre foi um valor ético importante para o feminismo, desde a autonomia pessoal até a coletiva, de organização e, a partir delas, a de poder transformar o mundo. Se, nas situações extremas de violência e restrição da liberdade abre-se alguma possibilidade de escolha, ela vale a pena.

Sou uma daquelas que pode ser identificada a uma geração intermediária de feministas, que sucedeu ao feminismo histórico ou fundador. A primeira geração depois desta. Minha chegada ao SOS Corpo se dá, inclusive, em um momento de transição na sua forma de organização, momento de muitos conflitos. Eu não tinha a menor ideia do que estava acontecendo, mas qualquer coisa que eu dissesse ou fizesse, me posicionava. Céli Regina Pinto (2003), em trabalho sobre a história do feminismo no Brasil, fala do surgimento das organizações não governamentais (ONGs), das diversas formas de atuação, dos públicos aos quais se direcionavam e de como, na década de 90, elas vão imprimir um caminho de institucionalização do movimento. Retomo aqui uma análise consonante à sua, feita por Miriam Grossi:

[...] a transformação dos grupos autônomos em ONGs implicará mudanças dos critérios de inserção nos grupos. De grupos abertos a toda e qualquer interessada, 'fecham'-se em diretorias e conselhos. As ONGs passam por diferentes etapas de constituição: de um projeto igualitário, no qual a utopia da abertura à participação de qualquer um estava presente, o grupo fecha-se cada vez mais, criando regulamentos e diferenças entre as participantes (GROSSI, 1997, p. 294).

À parte certa concordância com os limites que esta nova forma de organização pode colocar para uma participação mais abrangente, gostaria de afirmar que, não só no meu caso como no de muitas outras mulheres, a aproximação com os movimentos foi um caminho aberto a partir do trabalho técnico em uma ONG. Neste caso, uma ONG entre outras situadas no nordeste do país, em um estado com larga tradição de mobilização social e em que organizações como o SOS Corpo estão comprometidas em dar sustentação para um movimento de mulheres que é reconhecido pela sua força e vigor. A função técnica, nestes casos, não pode ser pensada de forma apolítica, porque ela não se dá apartada de identidade e engajamento. O trabalho foi em si também um processo educativo e de formação política que, possivelmente, não teria acontecido de outra forma. Se, por um lado, essas organizações limitaram, por outro, abriram novos caminhos quando identificaram simpatias e aproximaram militantes em potencial. E foi a partir deste espaço de trabalho que me inseri na militância feminista.

Em 2002, logo após a realização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB)⁶, passei a integrar a Secretaria Executiva Colegiada da AMB como Secretária Adjunta. No mandato posterior, passamos a ser duas secretárias, eu e Silvia Camurça, também do SOS Corpo. Na AMB, fui responsável pela linha de ação pela legalização do aborto e também por acompanhar as atividades e fazer o diálogo da AMB junto aos movimentos de direitos humanos.

Pude constatar como o debate sobre o aborto estava distante de grande parte dos fóruns e articulações estaduais de mulheres em todo o país e de como as militantes se sentiam inseguras para enfrentá-lo, o que para elas era um desafio a ser superado.

Tratamos, então, de promover atividades de formação. Geralmente, íamos àqueles estados nos quais a Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos não se fazia tão presente, já que as militantes da Rede Saúde,

⁶ Será mais detalhada nos capítulos seguintes.

como é conhecida, costumavam ser as mobilizadoras desta pauta. Em todos estes lugares, organizava-se também um debate com defensores/as dos direitos humanos e outros setores da sociedade e se buscava abrir espaços nos veículos de comunicação para entrevistas sobre as atividades e sobre o tema. Isto é, aos eventos educativos se somavam a ação política e de opinião pública. Procurávamos abranger aquelas questões que foram identificadas como problemas a serem enfrentados.

Outras organizações feministas também passaram a realizar formação em várias regiões do país. A circulação de informação passou, então, a ser feita de forma mais intermitente, através dos boletins e dos grupos virtuais de discussão, um recurso que antes não estava acessível. As dificuldades encontradas eram semelhantes. Particularmente a de mobilizar em torno ao tema, não só entre as mulheres, já que são raros os outros movimentos sociais e instituições que aceitam participar do debate e/ou se posicionar de forma comprometida com esta causa.

Se estar na AMB deu-me a oportunidade de conhecer o movimento de mulheres de todo o país, possibilitou também conhecer parte da América Latina, porque me levou a participar do processo de criação da *Articulación Feminista Marcosur* (AFM), chegando a ser, por um período, uma das suas coordenadoras. Como parte das atividades promovidas pela *Articulación Feminista Marcosur*, a AMB se engajou na Campanha contra os Fundamentalismos e promovemos, com outras organizações, debates entre movimentos no processo do Fórum Social Mundial (FSM). Finalmente, entre outras coisas que poderiam ser citadas, investimos no diálogo com as organizações e movimentos de Direitos Humanos (DH), participamos das Conferências de DH, sempre pautando a questão do aborto entre outros temas, como o da violência contra as mulheres. É importante lembrar que as ações de rua também faziam parte deste repertório.

Representei a secretaria da AMB junto à coordenação política das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro – Jornadas, criada no início de 2004. E, foi como integrante da AMB e das Jornadas que participei de todo o processo que será relatado neste trabalho. Sou, portanto, um dos sujeitos desta história que vou contar.

1.2 COMO CHEGUEI AO MEU OBJETO

No período em que participei das ações dos movimentos pela legalização do aborto refletia, permanentemente, sobre a nossa forma de atuar. Ouvia, ao mesmo tempo, os diversos posicionamentos e críticas que eram feitas por umas e outras em espaços de debate, reuniões e, às vezes, em conversas privadas ou em pequenos grupos e, claro, tinha também as minhas opiniões sobre o que ocorria e transbordava à militância. Mas percebia ser esta uma discussão que nunca ficava muito explicitada, em função da necessidade de consensos que, por vezes, impedem o maior envolvimento das discordantes. Nem sempre aceitar algum encaminhamento significa empenho no seu desenrolar e o silêncio que, muitas vezes, costuma ser compreendido como concordância, pode ser apenas uma forma de deixar as coisas acontecerem como aquelas, que estão mais empenhadas, pensam que deve acontecer.

Desde o primeiro momento do meu plano de voltar à Universidade para a realização de um mestrado, este seria o tema a ser trabalhado: as estratégias. Inicialmente, pensei em fazer um estudo comparativo entre os movimentos dos diversos países da América Latina buscando saber por que, em um cenário de avanço global da Igreja Católica na sua vertente conservadora, em que as forças contrárias ao direito de decidir das mulheres estavam atuando organizadamente em toda a região, alguns países como a Colômbia e o México, sujeitos aos mesmos tipos de pressões, alcançaram modificar as suas legislações de forma positiva para as mulheres. E outros, como Argentina e Uruguai, ampliavam o debate e a aceitação na sociedade. Cheguei a acumular bibliografia sobre todos esses países, mas, ainda havia que sistematizar dados e informações sobre a experiência do Brasil. Não preciso entrar em detalhes para dizer que, pelo tamanho da tarefa que me propunha, fui dissuadida a deixar este projeto para um estudo de mais longo prazo.

Parti, então, de algumas evidências: o meu tempo histórico era o contemporâneo. A minha primeira consulta foi ao recém-lançado levantamento bibliográfico “*20 Anos de Estudo sobre Aborto no Brasil*” (BRASIL, 2009), que, com foco nos trabalhos sobre o aborto como uma questão de saúde pública, relaciona, também, artigos e documentos sobre a atuação feminista. Fiz consultas à revista Estudos Feministas, uma referência para o que se produz na área. Em ambos, pude

verificar que os estudos sobre a ação do movimento estavam geralmente voltados para a questão junto ao legislativo e ao judiciário.

No início dos anos 2000, final do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) vinculada ao Ministério da Justiça. A Secretaria passou a status de Ministério em 2003, no Governo Lula, ano em que também começou a ser preparada a primeira Conferência de Políticas para as Mulheres. Iniciam-se as consultas das demandas sobre políticas a partir dos municípios e dos estados, culminando na realização da Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (CNPM) em julho de 2004. A segunda Conferência se deu em 2008.

Tanto a Secretaria como as conferências se apresentavam como uma novidade, um canal aberto, dentro do Executivo, para viabilizar e incorporar antigos anseios das mulheres e feministas. As conferências se mostravam como momentos de confluência de tudo o que estava acontecendo fora delas. Parecia bastante emblemática, no entanto, a *diferença da* postura governamental em resposta às duas primeiras conferências realizadas, apontando no sentido da legalização da prática do aborto no Brasil. Se, na primeira, a demanda fora acatada no Plano de Políticas e o governo empreendeu ação a partir do seu reconhecimento, na segunda o resultado não foi incorporado com a mesma ênfase. O que diferenciava um contexto do outro, tanto na forma de atuação feminista como na resposta governamental, que levou a resultados tão díspares?

Elegi a perspectiva dos movimentos como o meu campo de análise. Afinal, acumulara em todos os anos de militância um arquivo de documentos composto de relatórios de reuniões, debates na lista eletrônica das Jornadas, matérias de jornais, boletins internos de redes e articulações,... Em resumo, uma série de documentos que compunham uma historiografia, os quais, como afirma Jo Freeman (1977, p. 14): “[...] não se referem a nenhum método em particular, senão a uma mistura complexa de técnicas de recopilação de dados que varia com o tempo e com as circunstâncias”.

Conhecer as pessoas que participaram como liderança dos debates preparatórios para as Conferências e aqueles que a estas se seguiram, pode ser considerado positivo por vários aspectos: eu sabia quais eram as testemunhas-chave para reconstruir este percurso, ainda que não tivesse conversado com todas

elas⁷; e estas se colocaram de forma bastante disponível em relação às entrevistas e para auxiliar o meu trabalho de pesquisa, indicando nomes, bibliografia, fazendo inclusive chegar às minhas mãos documentos que poderiam contribuir para os meus estudos. Por outro lado, conhecer todo o processo e conhecê-las me permitia adequar as perguntas a serem feitas a partir do que cada uma poderia relatar em maior profundidade. Sem contar que o fato de estar familiarizada, de certa forma, com as idiosincrasias de cada uma dentro das relações políticas estabelecidas nos movimentos, poderia ser considerado no momento de analisar as respostas. Mesmo que a minha postura nesta relação com o movimento não tenha sido apenas de observadora, já que, antes de tudo, era uma militante, posso afirmar que fui uma “participante observadora”, antecipadamente, conforme observa Minayo:

Na medida em que convive com o grupo, o observador pode retirar de seu roteiro questões que percebe serem irrelevantes do ponto de vista dos interlocutores; consegue também compreender aspectos que vão aflorando aos poucos, situação impossível para um pesquisador que trabalha com questionários fechados e antecipadamente padronizados. A observação participante ajuda, portanto, a vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados (2008, p. 70-71).

As entrevistas, realizadas a partir de um roteiro aberto, cada uma de per si compreendida como uma documentação oral da história do feminismo no Brasil, são mais abrangentes e mais complexas do que o que vai ser abarcado por este texto. A cada leitura, me vem a certeza de que deveriam estar disponíveis enquanto registro da história das mulheres e de mobilizações sociais. Esta é uma constatação presente entre as historiadoras: a ausência de documentos que sejam fonte para uma reconstituição da história. Estes relatos são memórias de um período recente e poder contar com elas para evitar que a história, a partir deste século, não seja lida da forma restrita como foi feita até os tempos próximos, é uma preocupação do feminismo que beneficiará a todas as pessoas.

⁷ O critério para a seleção das entrevistadas será apresentado no Capítulo 2.

Esses relatos foram categorizados, com o apoio de uma pesquisadora, no programa SPSS⁸, que tem sido um dos programas de análises estatísticas mais utilizados nas Ciências Sociais. O meu objetivo, com esta classificação das falas, foi identificar o que elas tinham de comum e de diverso entre si e, a partir desta separação, buscar, em cada relato o que fosse emblemático em um ou em outro sentido. Finalmente, gostaria de acrescentar que, ter me afastado das atividades de militância nestes anos de mestrado e a introspecção e dedicação aos estudos a que ele nos remete me permitiram o necessário distanciamento, tanto para não interferir de forma indevida, nas entrevistas, como para poder elaborar este relatório. Persiste, no entanto, no meu olhar de pesquisadora, a perspectiva de uma feminista que defende e que luta pela legalização do aborto.

1.3 AS ENTREVISTADAS

No total, foram entrevistadas vinte e duas mulheres. Os critérios iniciais para a seleção foram: ser da sociedade civil organizada; ter participado de, pelo menos, uma das duas CNPMs, a primeira ou a segunda, mas não só. Ter também liderado os debates e negociações para a construção e aprovação de uma proposta referente ao aborto legalizado; e/ou ser uma feminista que estuda o aborto sob algum aspecto. Outro critério, transversal, mas não eliminatório, foi ser integrante das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro.

Por que isto foi considerado importante? Pela constatação de que as articulações estabelecidas pelas Jornadas foram fundamentais para promover uma ação concertada de organizações e movimentos, grande parte deles integrantes das Jornadas, nas Conferências. Por outro lado, a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), que não as integrou, representa um outro significativo campo do movimento com o qual as Jornadas constituíram uma aliança para a defesa das propostas sobre o aborto nas Conferências. Esta aliança, que começa a se desenhar a partir desses espaços de debates e acordos sobre propostas de políticas públicas (as conferências), vai se efetivar mais tarde, em 2008, com a criação da Frente pela não Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, mas não sem tensões e

⁸ O SPSS é um programa que transforma dados em informações, e vice-versa, informações em dados que podem ser comparáveis. SPSS é a sigla para *Statistical Product and Service Solutions*.

críticas de ambas as partes, o que poderá ser verificado na sequência deste trabalho.

À medida que as conversas com essas militantes foram avançando, houve necessidade de incluir novos nomes a serem consultados, por indicação, ou até mesmo para aprofundar algum tema mais específico a ser complementado, como é o caso da anencefalia. Duas outras integrantes do movimento de mulheres negras foram contatadas para participarem do estudo, mas não houve forma de compatibilizar as agendas no período da visita às suas cidades de moradia. Apesar de o objetivo ser ouvir, pelo menos, uma mulher de cada segmento, este trabalho teria se enriquecido ao ouvir outras feministas do movimento de negras/os, pois são as mulheres negras as que mais morrem em função do aborto clandestino no Brasil. Infelizmente, acabou não sendo possível.

Durante as viagens, foi feita a tentativa, por meio eletrônico, de marcar duas entrevistas com o objetivo de atingir a região norte do país e uma mulher jovem, do Nordeste, indicada pela Marcha Mundial de Mulheres. No caso destas duas entrevistas, que acabaram sendo feitas virtualmente através da resposta ao questionário, percebeu-se que o roteiro, o mesmo elaborado para as entrevistas face a face, não funcionou a contento. Nenhuma das duas entrevistadas respondeu a todas as questões colocadas, provavelmente pelo fato de ele ter se tornado muito extenso, já que boa parte das questões orientavam as várias possibilidades de atingir o resultado desejado com as perguntas. A decisão inicial por não mantê-las, com receio de que algum aspecto importante deixasse de ser abordado, não se mostrou acertada. As respostas trouxeram informações suficientes e fundamentais para acatar os dois questionários nas análises. A experiência demonstrou, no entanto, não ser viável prosseguir na realização de outras consultas por escrito.

Para registro, foi entrevistada uma pessoa de cada um dos seguintes Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima; quatro pessoas em Brasília e quatro no Rio de Janeiro; três pessoas em Pernambuco e seis pessoas em São Paulo. A intenção era ouvir mulheres com ação para além dos seus Estados, mas, ainda assim, procurou-se construir uma amostra representativa do país, dentro dos limites de um trabalho deste porte.

Reconheço que este estudo seria mais interessante se pudessem ser ouvidas integrantes da SPM, parlamentares, outros setores da sociedade civil organizada que participaram do processo e que devem ter uma visão crítica sobre a

forma como os movimentos feministas atuaram. Este seria, no entanto, um trabalho que exigiria um maior período de tempo para a sua execução, além de mais recursos do que aqueles disponíveis. De alguma forma, seria também outro trabalho, no sentido de que o propósito deste é sistematizar e analisar a visão das próprias feministas sobre como se movimentaram em relação ao tema nas duas Conferências.

Apenas uma das entrevistadas estava trabalhando no governo durante o período correspondente a este estudo, mas esta informação só foi obtida no momento do nosso encontro. Como esta mulher é uma antiga liderança de um setor do movimento e como ela foi uma das pessoas da SPM que acompanhou o trabalho da Comissão Tripartite, avaliou-se ser importante manter a sua entrevista para esta análise. Aliás, este foi um dos critérios específicos, dentre outros observados: ter participado da Comissão Tripartite; ter sido secretária executiva das Jornadas; ter participado da Comissão Organizadora das Conferências; ser representante feminista junto ao CNDM. Maria Ednalva Bezerra de Lima, a ex-secretária da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT, que integrou o CNDM e a CT, falecida, teria sido uma pessoa a ser ouvida. A sua atuação, não só na I CNPM, mas também no movimento sindical, foi significativa e contribuiu para os resultados alcançados.

Algumas outras pessoas foram sondadas, inicialmente, sobre a possibilidade de darem entrevistas, contatos estes que foram feitos no momento inicial de realização da pesquisa de campo. No decorrer da leitura das transcrições, constatou-se, no entanto, que estas poderiam ser interrompidas pelo que é considerado um critério de saturação em pesquisas qualitativas, segundo Deslandes (apud MINAYO, 2008, p. 48), isto é, “quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação”. Ainda que cada pessoa possa apresentar uma nova forma de abordar o tema, considerou-se, também, o fato de que, nos movimentos sociais, muitas avaliações são construídas de forma coletiva em encontros e reuniões realizados com esta finalidade e o material que já estava em mãos permitia identificar os diferentes posicionamentos existentes, conforme serão apresentados.

A maioria das mulheres ouvidas pela pesquisa se encontra na faixa dos cinquenta ou sessenta anos (17 entre 22). Possuem, portanto, uma larga trajetória de militância e de reflexão sobre ela. Pode-se afirmar que foram todas elas precursoras do feminismo no Brasil; três se encontravam na faixa dos quarenta, uma

na de trinta e uma na de vinte anos. Todas são reconhecidas pela liderança de processos em defesa da legalização do aborto. Como foi dito por uma das entrevistadas, nacionalmente ela não era reconhecida como uma “feminista histórica”, mas no seu Estado, sim (Geralda). São também as dinâmicas locais que compõem o quadro nacional de acumulação de forças, o que deve ser reconhecido num estudo como este.

É importante destacar que a relação partidária não foi um dos critérios para a solicitação de entrevistas, mas buscou-se garantir que esta possibilidade estivesse presente: ser ou ter sido militante partidária, tanto como ser militante autônoma, ou seja, sem qualquer vinculação a partido; assim também como garantir a participação em determinadas redes e articulações representativas de alguns campos dos movimentos: Articulação de Mulheres Brasileiras, Marcha Mundial de Mulheres, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, Liga Brasileira de Lésbicas, Rede Saúde, União Brasileira de Mulheres. Todas por sua abrangência nacional e pela forma como estão engajadas na defesa da legalização do aborto. Nunca é demais afirmar que os movimentos de mulheres e de feministas brasileiros são maiores do que a abrangência dos segmentos abarcados por eles⁹. No quadro apresentado no Apêndice B, foram relacionados locais de militância de cada uma delas. Circular entre diversos espaços é uma característica da atuação nestes movimentos. Foram citados apenas aqueles com as quais cada uma está mais identificada.

Todas as feministas ouvidas autorizaram, verbalmente, a publicação das suas declarações¹⁰. Ainda assim, decidimos pela preservação dos seus nomes, isto é, aqueles declarados aqui são fictícios.

1.4 A PESQUISA

A pesquisa na qual se baseia esta dissertação tem como propósito responder a duas questões básicas: quais as principais estratégias utilizadas pelos

⁹ Outra coisa importante a ser anunciada: não foram feitas edições das falas aqui registradas, mas, foram sim retiradas as frases repetidas, os nés, huns! hans! E outras expressões que normalmente são utilizadas oralmente, mas que num texto escrito interrompem e dificultam a leitura.

¹⁰ As entrevistas foram gravadas e transcritas. Os textos estarão arquivados no Centro de Documentação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

movimentos feministas no Brasil para ampliar o diálogo sobre o tema da legalização do aborto, a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e da realização das Conferências Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres (CNPMS)? Como esses movimentos interpretam os avanços e retrocessos formais enfrentados neste processo recente de busca por ampliar os permissivos legais sobre o aborto, a partir destes novos espaços de diálogo com o Executivo?

O trabalho busca inicialmente resgatar, através do estudo da apropriação de propostas no campo formal do direito e no campo substancial das políticas públicas, o período de 2004 a 2008, *dentro do* contexto em que assume a Presidência da República, em primeiro (*jan 2003 a dez 2006*) e segundo mandato (*jan 2007 a dez 2010*), um integrante do Partido dos Trabalhadores (PT), o Presidente Luís Inácio Lula da Silva¹¹. Contexto também de realização das duas já citadas conferências e da consolidação dos debates sobre políticas para as mulheres em plano nacional. O período foi demarcado levando em consideração os processos preparatórios e aqueles imediatamente posteriores, quando as propostas aprovadas nas conferências (2004 e 2007) são reconhecidas na elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, de 2005 e 2008. O proposto é investigar e analisar as formas como os movimentos feministas verificam os efeitos das estratégias utilizadas nas duas conferências, compreendendo a autorreflexão como parte do processo instituinte dos próprios sujeitos e das pautas políticas.

É importante destacar que, no período estudado, muitas coisas aconteceram no país relacionadas à questão do aborto que não serão tratadas aqui, a não ser que estejam particularmente direcionadas ao que se busca atingir com as análises. A ação do movimento, as iniciativas de outros sujeitos, são muito mais amplas do que o foco dado a este estudo.

Focalizando, pois, as duas CNPMS, pretende-se examinar, a partir das próprias representações dos movimentos feministas, as transformações nas estratégias e agendas políticas acerca da legalização do aborto, diante das modificações mais gerais no campo de lutas, ou seja, considerando o período em face de circunstâncias bastante visíveis da história recente: em primeiro lugar, o aparecimento de novas arenas de diálogo e a formulação de políticas e novos

¹¹ O primeiro mandato foi de 2003 a 2006 e o segundo de 2007 a 2010. Não pretendo analisar todo o percurso, mas apenas o que se refere às duas conferências, conforme afirmado, no sentido de que elas me parecem paradoxais para demonstrar a mudança de comportamento governamental em relação ao tema, entre um mandato e outro.

instrumentos de negociação com o poder executivo no plano nacional; em segundo plano, frente ao fortalecimento de uma escala transnacional de mobilização pró e antilegalização; por fim, à luz da transformação das ações, dos discursos favoráveis e das conquistas efetivadas em relação aos permissivos legais, tanto em sentido neoconservador e controlista, como representativos de uma tendência à superação do movimento no âmbito específico aos direitos reprodutivos rumo aos significados políticos mais amplos que a autonomia e liberdade das mulheres, no domínio de seu próprio corpo, têm para o entendimento dos processos democráticos.

O objetivo geral deste estudo, portanto, é investigar as estratégias utilizadas pelos movimentos feministas no sentido de ampliar o diálogo sobre a legalização do aborto com o executivo, a partir da criação da SPM e da realização das CNPMs. Como objetivos específicos, este estudo pretende inicialmente sistematizar a experiência recente (2004 a 2008) de ação, no Brasil, dos movimentos feministas em defesa da legalização do aborto; identificar a percepção e a avaliação de feministas sobre estratégias dos movimentos no processo de formulação e implementação de políticas e as respostas governamentais dadas a estas estratégias; e verificar as principais resistências e entraves para o alcance dos objetivos feministas.

Para realizar esta análise, buscaram-se subsídios na teoria dos movimentos sociais, com o propósito de poder inserir a perspectiva de movimentos de mulheres nas características mais gerais dos movimentos sociais contemporâneos, para que os limites encontrados, tanto para a ação feminista como para a resposta governamental, não estejam isolados de um contexto que é de estímulos e restrições mais abrangentes.

1.5 CONFRONTOS E MOVIMENTOS

A socióloga Maria da Glória Gohn (2011) esboçou um mapeamento das lutas sociais por construção de cidadania no Brasil nos séculos XIX, XX e início do século XXI. Neste levantamento inicial as mulheres estão raramente visíveis como partícipes de momentos instituintes do que hoje reconhecemos como uma nação forjada à força. Pesquisas historiográficas contemporâneas começam a preencher estas lacunas. Resgatam, por exemplo, as formas de resistência das mulheres

negras à escravidão e mobilização de mulheres pela abolição¹². Segundo Branca Moreira Alves,

Houve a formação de diversos Clubes e Ligas abolicionistas dirigidos e compostos por mulheres, que também participaram em associações masculinas. Também pela Imprensa muitas mulheres se manifestaram a favor da liberdade dos escravos (1980, p. 92).

Historiadores deste período, ainda que não abarquem a participação feminina, podem nos ajudar a observar porquê as rebeliões que aconteciam em áreas urbanas e rurais não eram ações do que se compreende hoje como movimentos sociais. Geralmente eram pontuais e não se estabeleciam ou permaneciam no tempo. As revoltas costumavam ocorrer no calor do momento, não apresentavam qualquer projeto político de longo prazo que os orientasse, dando-lhes sentido e direcionamento. Não havia, também, unidade entre elas. As manifestações, mesmo que tivessem origem comum, nas suas reivindicações, a outras acontecidas em diversas regiões do país, eram independentes, ainda que pudessem influenciar umas às outras. As formas de comunicação eram muito restritas, se consideramos o que elas possibilitam na atualidade.

Estudiosos da ação coletiva, Charles Tilly (2007, 2010; TILLEY; WOOD, 2009) e Sidney Tarrow (TILLY; TARROW, 2009; MCADAM; TARROW; TILLY, 2009), destacam que os movimentos sociais surgidos nos últimos anos, tendo sucesso ou não nos seus objetivos, alcançaram iniciar importantes mudanças políticas e culturais, nacionais e internacionais. Estabelecem, dialogando com outros pesquisadores, uma diferenciação entre os confrontos políticos que caracterizaram a ação coletiva até o início do Estado Moderno e os movimentos sociais organizados na atualidade. Segundo Tarrow, o confronto político:

[...] ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores. Tais confrontos remontam ao início da história. Mas, prepará-los, coordená-los e mantê-los contra opositores poderosos é a contribuição dos movimentos sociais – uma invenção da Idade Moderna, que acompanhou o surgimento do Estado Moderno. [...] o confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios. Eles agem através de repertórios de

¹² A existência dos novos movimentos sociais e a influência que imprimiram aos estudos acadêmicos têm sido importantes para promover esta revisão da historiografia.

confronto conhecidos, expandindo-os ao criar inovações marginais. O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores, quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é o movimento social. (TARROW, 2009, p. 18).

Resumindo,

[...] merecem o nome de movimentos sociais as seqüências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos (TARROW, 2009, p. 1).

Um belo exemplo de confronto nos é dado pela historiadora Michele Perrot (2005), quando nos conta sobre como as mulheres francesas, na primeira metade do século XIX, se rebelaram diante da tentativa de substituição de instrumentos manuais de trabalho por novas máquinas inglesas, automáticas, convocando à destruição do novo maquinário. Elas eram barulhentas, se revoltavam e eram capazes de, em turba, apedrejar, agredir fisicamente aquele que representasse os proprietários das máquinas. Essas manifestações de desagrado mais densas, porque, como se pode observar, chegavam a mobilizar centenas de pessoas, se tornarão possíveis a partir do momento em que nos centros urbanos se aglomera um número maior de habitantes. Não chegaram, por isto, a ter permanência.

Céli Regina Pinto (2003) demarca as origens do feminismo brasileiro em 1832, com a publicação do livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, por Nísia Floresta. Nos séculos XIX e XX, pode-se encontrar um número significativo de publicações de mulheres que reivindicam direitos, tendo o acesso à educação como a questão prioritária. Já na primeira metade do século XX, o que vai caracterizar a demanda das mulheres será o direito ao voto e de participação nos processos eleitorais também como candidatas¹³. Com o acirramento das lutas urbanas, se farão presentes nas lutas de trabalhadores migrantes, das organizações sindicais e anarquistas. Se a demanda por creches já se anunciava, o direito ao aborto não está registrado como parte do repertório destas movimentações femininas.

¹³ Branca Moreira Alves, em: **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil (Ed. Vozes, 1980) resgata esta luta em detalhes.

No que se refere ao aborto como tema de sublevação e resposta do Estado, a historiadora Joana Maria Pedro, no seu estudo sobre esta prática e a do infanticídio em Santa Catarina, relata que:

[...] foram práticas comuns em diferentes períodos da história do Brasil, sendo alvo de leis, de investigações pelas visitas da Inquisição, de preocupações da medicina e do setor público, que aos poucos ia se constituindo na nação que se formava. As formas como estas práticas foram registradas, discutidas, enfrentadas e criminalizadas podem nos fazer perceber de que maneira a 'civilização brasileira' foi sendo construída, tentando reger, entre outras coisas, os produtos do corpo feminino, através da regulamentação de condutas sexuais das mulheres, no interior de relações hierarquizadas de classe e gênero. [...] Apesar de não serem as mulheres as únicas responsáveis pela concepção, somente elas foram responsabilizadas pelos filhos que geraram. (2003a, p. 21).

Enquanto tema a merecer atenção do Estado, a primeira legislação a prever o aborto como crime será o Código Criminal do Império, de 1830¹⁴. Com a República, o Código Penal de 1890¹⁵ manteve a punição às mulheres que o praticassem, com atenuantes para os casos de estupro, como forma de proteger a honra da violentada e, já aí, também se reconheceu os casos de aborto necessário, para salvar a vida da gestante. Estes permissivos vão ser retomados no Código Penal de 1940¹⁶, que criminaliza qualquer outra possibilidade de interrupção da gravidez que não sejam estas duas, com penas de até três anos de reclusão (FREITAS, 2011, p. 9).

Em 2004 e no período abarcado por este estudo, a prática do aborto ainda estava regida pelo Código Penal de 1940. Naquele ano foram realizados 1.600 abortos legais (permitidos pelo CP) nos 51 serviços especializados existentes; ocorreram 243.998 internações motivadas por curetagem pós-aborto (espontâneos ou provocados). Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), 31% das gestações terminavam em abortamento no Brasil, ocorrendo, anualmente,

¹⁴ Código Criminal do Império do Brasil. Seção II – Infanticídio, no artigo 199, penaliza de um a cinco anos com prisão e trabalho.

¹⁵ Código Penal da República, Título X: Dos Crimes contra a Segurança de Pessoa e a Vida. Capítulo IV-Do Aborto. Estabelece o atenuante para os casos de aborto voluntário, praticado para “ocultar desonra própria”. São diversos os formatos das penas.

¹⁶ Código Penal. Capítulo I: Dos Crimes contra a Vida.

aproximadamente 1,4 milhões de abortamento (espontâneos ou provocados). O que representa uma taxa de 3,7 abortos para cada 100 mulheres entre 15 e 49 anos.

Em um trabalho publicado em 2009 pelo Ministério da Saúde, “20 anos de pesquisa sobre aborto no Brasil”¹⁷, foram analisadas 2.109 fontes, com ênfase em estudos populacionais, que permitiram traçar um perfil das mulheres que fazem aborto no país. Predominavam mulheres entre 20 e 29 anos, em união estável, com até 8 anos de estudo, trabalhadoras, católicas, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos. Abortam com misoprostol (Cytotec) (BRASIL, 2009a, p. 15), isto é, fazem uso do aborto medicamentoso, o que contribui para a redução das taxas de mortalidade materna no país.

Mesmo sendo considerado crime, o aborto contará com a condescendência da sociedade e serão raros os casos de punição. Vivenciado na privacidade, na solidão e no silêncio, só vai começar a se instituir como um problema público a partir da segunda metade do século XX.

Cronologias de movimentos sociais e de mulheres foram consultadas na procura de alguma referência sobre manifestações de confronto relacionadas ao aborto ou qualquer outro tema relacionado à saúde reprodutiva que antecedessem à década de 70 do século passado. Historicamente, até o momento, estas não estavam registradas no universo de preocupações e ações dos movimentos sociais. É nos trabalhos produzidos por feministas ou a partir da reorganização de movimentos de mulheres/feministas iniciadas no final da década de 70 que o registro emerge. Não foram localizadas manifestações coletivas compiladas antes deste período. O que vamos encontrar serão atitudes de resistência individual nas mulheres que recorreram a esta prática e foram por isso denunciadas ou punidas. É importante destacar, no entanto, que é necessária uma pesquisa mais aprofundada no futuro antes de qualquer afirmação mais definitiva a este respeito.

Se consideramos o feminismo como uma forma de estar no mundo, ao longo da história, muitas mulheres podem ser identificadas com ele. Segundo Ana de Miguel (1995, p. 17), ele existe “sempre que as mulheres, individual ou coletivamente, reagem ao injusto e amargo destino a que as submete o patriarcado e reivindicam uma situação diferente, uma vida melhor”. Remeto também a essa autora para registrar que este estudo vai estar circunscrito a uma ação coletiva mais

¹⁷ Pode ser acessado em [HTTP://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livreto.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livreto.pdf) O estudo foi coordenado pelas pesquisadoras feministas Débora Diniz e Marilena Correa.

permanente, em que mulheres articularão teoria com prática em um conjunto coerente de reivindicações e à forma como se organizaram para consegui-las. Compreendo o feminismo brasileiro como parte do movimento de mulheres, mas ele pode ser vislumbrado, também, para além do movimento, composto também por feministas que integram governos, universidades, outros espaços de atuação que não a militância coletiva da sociedade civil. Em todos estes casos há uma militância que está vinculada a um compromisso com uma forma diferente de estar no mundo, de se relacionar com ele e de transformá-lo.

Há que reconhecer que o Brasil não está isolado do mundo, e que as manifestações e contextos de outros países expandem e influenciam movimentos nacionais. Exemplifico com o lançamento de *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir em 1949, obra fundamental entre outras que surgirão no período¹⁸, a inspirar a reflexão e ação feminista, que vai se consolidar nos movimentos surgidos a partir das décadas de 60 e 70. Neste momento, começará também a difusão dos métodos de contraceptivos modernos, modificando comportamentos relacionados à reprodução e à sexualidade. Período que marcará a explosão de manifestações sociais que “se caracterizam por reivindicar mais qualidade de existência humana e por questionar as relações de poder em todos os terrenos” (ÁVILA; CORREA, 1989, p. 65) que serão determinantes para influenciar o surgimento dos denominados novos movimentos sociais, os feministas entre eles.

Em 1974 o aborto vai ser legalizado na França católica. Em 1975, a ONU promove o Ano Internacional da Mulher e realiza uma Conferência que estimulará a expansão do debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a reorganização das mulheres em coletivos. No Brasil, realiza-se um seminário para debater a questão da mulher e é neste mesmo ano que começa uma movimentação de brasileiras pela anistia aos presos e exilados políticos do regime militar. Como se pode ver, este não é um movimento isolado nem do que estava acontecendo em outros países nem do que ocorria no Brasil. Será parte de uma crescente manifestação social contra a ditadura e contra tudo o que ela significou para o cerceamento das liberdades individuais e coletivas, estando inserido nas movimentações que reivindicam a democratização dos processos políticos.

¹⁸ *A mística feminista*, de Betty Friedan (1963); *A dialética do sexo*, de Shulamith Firestone (1970); e *Política sexual*, de Kate Millett (1971), entre outras.

As feministas trazem para os debates as suas propostas a resignificarem uma compreensão da democracia, considerada por elas bastante restrita. Propõem redimensioná-la a partir do que era até então considerado do campo do privado. É simbólica a insígnia “o pessoal é político”. A partir de um estudo de movimentos operários do ABC paulista, Eder Sader define a novidade existente nesta movimentação social:

[...] irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. [...] foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas (1988, p. 26-27).

Assim, a nova movimentação de feministas surgida a partir da década de 1960 (1970 no Brasil), pode ser identificada com o que foi definido por Tarrow como movimentos sociais. Entre a resistência individual e estes outros, foi marcante a organização das mulheres e feministas na luta contra a escravidão, pelo direito à educação e pelo direito ao voto. No caso destas lutas, não persistiram enquanto objeto de mobilização coletiva após a conquista do seu objetivo central. Enquanto que as atuais se caracterizam dentre as novas formas de organização de grupos sociais que surgem paralelamente ao processo de instituição de um ideal de direitos humanos e de cidadania.

1.5.1 Estratégia e Tática

Ricardo Gebrim, em apresentação do livro da socióloga Marta Harnecker, nos conta que “estratégia” e “tática” são conceitos de origem militar, reapropriados para a linguagem política na época das revoluções burguesas (2003, p. 7; 9). Harnecker (2003), marxista, vai buscar, na obra de Lenin e na perspectiva da luta de classes, atualizar os significados de estratégia, tática e correlação de forças, inter-relacionados entre si. Utiliza os termos com referência a partidos políticos e ao movimento bolchevique, uma herança dos movimentos comunistas que persiste nas práticas normalmente adotadas pelos partidos e pelos movimentos sociais na atualidade. Utilizo uma referência de origem marxista por ser a que influenciou a esquerda brasileira e seus termos estarão presentes nas falas e nas análises de algumas das entrevistadas neste trabalho, mas nem sempre utilizados da forma

correspondente, visto que, na maioria das vezes, utiliza-se o termo estratégia para aquilo que poderia ser definido como uma tática.

Estratégia e tática se referem a uma forma de orientação, condução e a procedimentos políticos. Para pensá-las, é preciso que estejam ancoradas a uma situação concreta, daí a importância de se realizar, sempre que estejam em debate, a análise de conjuntura a partir da correlação de forças presentes na sociedade e na realidade específica sobre a qual se pretende incidir. Remeto-me ainda, como complementação, ao que está apontado como pré-requisito para se avaliar o universo de oportunidades e restrições, conforme definidos pelos pesquisadores Tarrow (2009) e Tilly (2007, 2009) explicitado na sequência, para pensar sobre os recursos utilizados por feministas na sua ação política.

Harnecker (2003, p. 106) faz um resumo do que foi apresentado por Lenin como sendo os critérios a serem observados para se determinar *correlação de forças*, que são:

a) não ser prevista com antecedência, mas no exato momento em que o enfrentamento ocorre;

b) definir, ou reconhecer quais são as forças que se enfrentam, que estão mobilizadas para alcançar os seus objetivos. Para ele o mais importante que a superioridade numérica é o envolvimento e a disposição para com a causa a ser defendida (a consciência), estar em lugares decisivos em momentos decisivos, o que vai inclusive contribuir para conquistar setores vacilantes;

c) ter presente “o grau de coesão ou o grau de contradição existentes em cada setor de luta. Um inimigo unido não é o mesmo que um inimigo dividido”; a desunião, de cada setor envolvido, é vista aqui como um impeditivo a que se alcance o sucesso;

d) a importância de uma dinâmica de mudança na correlação de forças, quando se está em desvantagem, cabendo a vitória final a quem alcança a superioridade;

e) uma situação de equilíbrio de forças pode ser fundamental para atrair novos colaboradores que se incorporem à luta; a depender de quem consiga romper o equilíbrio a seu favor; e

f) as pequenas vitórias alcançadas são fundamentais para atrair setores vacilantes.

Quanto aos *objetivos estratégicos*, o final é aquele que se busca em última instância. No caso deste trabalho, consideramos que, para o movimento feminista, quando atuando em defesa da legalização do aborto, o objetivo é garantir que as mulheres possam viver de forma autônoma e com liberdade, com instrumentos e reconhecimento social para exercer autonomia e liberdade sobre o próprio corpo, seus desejos e afetos, o que implicaria em um maior grau de democratização da sociedade brasileira, de suas instituições, normas, das relações vivenciadas tanto no espaço público como no privado.

Os *objetivos estratégicos parciais* são aqueles “perseguidos em cada etapa particular da luta” (HARNECKER, 2003, p. 77), logo, a legalização do aborto se conformaria como um objetivo estratégico parcial.

Finalmente, *táticas* são procedimentos concretos relacionados com o plano estratégico geral que são desenvolvidos a cada contexto. Táticas utilizadas serão apresentadas de forma mais clara nos próximos capítulos. Como afirmado anteriormente, os conceitos de estratégia e tática foram utilizados inicialmente com relação a guerras ou processos revolucionários, isto é, de luta pelo poder.

O feminismo não tem sua ação voltada para a ocupação dos espaços de poder e o compreendem não como uma meta a ser alcançado. Existem diversas formas de compreender o poder, a partir das correntes teóricas políticas, sociais, e mesmo para os feminismos, para o qual a teoria é uma forma de desafiar e mudar a sociedade. Se para a maior parte das teorias políticas o poder é definido como o *poder sobre*, isto é “a capacidade de um ator individual ou institucional de influir nas decisões de outros atores de forma a se favorecer” (VÁZQUEZ, 2013, p. 14), de alcançar os seus objetivos. Já as ciências sociais consideram que o surgimento dos novos movimentos sociais e os contextos de cada situação demandaram uma complexificação da definição de poder. Nesta perspectiva emerge a conceituação do *poder para*, isto é, o poder visto também como uma chave para entender a transformação de relações preestabelecidas, o poder como ação política, como capacidade de agencia dos sujeitos, individuais ou coletivos, mesmo que estes estejam em situação de subordinação. O poder, nesta acepção, a qual utilizaremos neste trabalho, não seria um jogo aonde alguns sempre perdem e outros ganham, mas uma “forma para transformar a si mesmo, aos outros e ao mundo” (VÁZQUEZ, 2013, p. 14-16).

Busquei em alguns teóricos dos movimentos sociais referências para pensar as estratégias dos movimentos feministas brasileiros na luta pela legalização do aborto. Os conceitos e categorias propostos por Tarrow e Tilly para analisar os movimentos e a abrangência dos regimes democráticos nas sociedades contemporâneas possibilitam alguns caminhos de interpretação para a realidade brasileira, além do que confluem para os conceitos de tática e estratégia, complexificando-os. Se Tilly foi pioneiro em formular uma abordagem para confronto e movimentos sociais, guiando-se pela teoria social e fundamentando-se na história, ele foi fundamental também para estabelecer uma linha de estudos que buscasse analisar as oportunidades e as restrições políticas para a ação dos movimentos sociais. Segundo Tarrow, *oportunidades* “seriam dimensões consistentes, mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais, da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político”. Pesquisas sobre diversos países o levaram a inferir que mesmo os desafiantes considerados mais fracos ou desorganizados podem tirar proveitos das oportunidades. Por outro lado, as *restrições* seriam “fatores, tal como a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes – que desencorajam o confronto” (TARROW, 2009, p. 38). Ambos, oportunidades e restrições, mudam de acordo com as circunstâncias históricas e políticas.

Quando as oportunidades se abrem e as restrições recuam, três são os principais recursos utilizados pelos movimentos sociais: repertório de confronto, quadros interpretativos e estruturas de mobilização.

Repertório de confronto foi definido por Tilly, em 1995, como “maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados”. Posteriormente, ao aprofundar este conceito identifica-o a “rotinas aprendidas, compartilhadas, executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha”, quando as pessoas estão em busca de vantagens táticas (TARROW, 2009, p. 51). Na sequência, explica que este repertório não se refere apenas àquilo que as pessoas sabem fazer, mas também ao que se espera que elas façam e ao que foi aprendido por já ter sido feito anteriormente.

Quadros interpretativos são significados construídos capazes de convencer participantes de que as causas defendidas por certo movimento são justas e importantes. *Direitos e cidadania* são quadros interpretativos centrais para os novos movimentos sociais e, no caso específico das feministas, a defesa do

aborto compreendida como um direitos reprodutivo surgirá como proposição a ampliar estes quadros interpretativos, que criam ou evidenciam identidades políticas, culturais, etc. Considera-se abrangente um quadro interpretativo quando ele é bem sucedido no seu reconhecimento.

E, finalmente, *estruturas de mobilização* são as formas como os movimentos se organizam para embasar a sua ação. Vários fatores seriam levados em conta neste aspecto: dinâmicas de comunicação, de tomadas de decisões, sustentabilidade, composição, etc. Tarrow (2009, p. 160). O autor ressalta que “as formas mais efetivas de organização são baseadas em unidades locais, parcialmente autônomas e contextualmente enraizadas, ligadas por estruturas conectivas e coordenadas por organizações formais”. Para ele, sem estruturas como estas os movimentos tenderiam a se dissipar ou as energias se dispersariam.

Acredito ser possível, como forma de conclusão deste capítulo, ler estes processos de consulta dentro das conferências de políticas para as mulheres na perspectiva do que também está proposto por Tilly (2010, p. 45) como uma forma simplificada para verificar o grau de democracia de um regime. O autor estabelece as possibilidades de uma consulta mútua vinculante, ampla, igual e protegida como um dos pontos de partida para esta avaliação. Propõe que para um estudo que avalie a abrangência da democracia como forma de percepção do comportamento do Estado em relação às demandas cidadãs, possa se considerar quatro aspectos: a) até onde se explicitam realmente estas demandas; b) até onde estas demandas se traduzem em práticas do Estado; c) em que medida estas demandas recebem proteção política do Estado; e d) até que ponto a tradução das demandas em práticas estatais compromete a ambos, cidadãos/ãs e Estado.

Para empreender a tarefa de leitura da realidade à luz de autores acima citados, este trabalho está dividido em três capítulos.

O primeiro apresenta um painel, a partir de documentos e publicações, de todo o período a ser abordado. Ainda que tenha sido feita a delimitação aos anos de 2004 a 2008, que o foco seja dado para as duas Conferências e os projetos para a execução de políticas delas resultantes, fatores que as antecedem e que ocorrem paralelamente a elas foram considerados significativos para a compreensão e análise que integram o panorama. Neste sentido, o capítulo vai abarcar fatos que estão nas origens da ação dos movimentos feministas em defesa dos Direitos Reprodutivos e pela legalização do aborto, o que foi incorporado pelo Executivo,

considerando todo o período de abertura democrática e de restauração do governo civil.

Dentre as estratégias e eventos considerados fundamentais para a forma como este processo de diálogo sociedade civil–executivo se estabeleceu, foram consideradas a abertura de organismos voltados para a promoção de políticas e a forma como estes fundaram novos canais de diálogo entre movimentos e governo. São apresentadas as principais redes e articulações nacionais que estiveram, no período, mais envolvidas com o tema; a constituição das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, as Jornadas, consideradas em si como estratégicas para a articulação da militância em torno ao tema e à forma como se chegou às duas conferências. Este capítulo também tratará de um processo que foi impulsionado paralelamente, neste caso voltado para o Judiciário, no sentido de ampliar os permissivos no Código Penal Brasileiro. De forma geral, o primeiro capítulo aborda todos os aspectos conjunturais e da movimentação feminista que serão aprofundados nos dois capítulos seguintes.

No segundo e terceiro capítulos, às referências documentais, se somam os depoimentos de feministas, sujeitos que deslançaram os eventos historicizados. Os temas abarcados nos dois capítulos estão divididos segundo uma avaliação que considera um contexto em que a capacidade de pressão feminista esteve acentuada. Um período em que as possibilidades de consultas democráticas e vinculantes evidenciaram os diálogos sobre direitos e política, em uma anunciada conformação dos direitos reprodutivos para a redefinição de uma cidadania a partir das mulheres, tratado no segundo capítulo. Já no terceiro abordo a situação que leva ao retraimento do diálogo estabelecido no primeiro mandato do Governo Lula e o descenso da ação feminista, se conformando a um momento de autoavaliação e recuperação de forças. No segundo capítulo, portanto, demonstramos como as demandas das mulheres receberam proteção política do Estado, e no terceiro, como o Estado se descompromete delas, relegando movimentos à solidão dos seus propósitos de ampliação democrática.

2 DEMOCRACIA E INSTITUIÇÃO: PERCURSOS DA AUTONOMIA

Neste capítulo será apresentado um panorama sobre os contextos que precedem e nos quais acontecem as duas conferências de políticas para as mulheres realizadas na década inicial dos anos 2000, as primeiras realizadas no país. São abordados eventos concomitantes que se articularam numa conjuntura inicialmente propícia e na sequência mais restritiva aos avanços. Como foi dito anteriormente, o foco deste trabalho é o debate sobre o aborto nestas duas conferências, a proposta é identificar formas de mobilização feminista e o que delas foi resultante. Alguns aspectos relacionados serão vistos apenas de passagem, pois não é intenção, nem seria possível neste trabalho, abarcar tudo o que se refere à luta pela legalização do aborto no período. Nem mesmo aqueles aspectos implicados com a democratização do país em toda a sua complexidade, como o debate sobre laicidade do Estado e o reconhecimento da cidadania às mulheres, por mais intrinsecamente vinculados que estejam.

Nos capítulos posteriores, o que foi visto aqui será aprofundado e complementado, a partir da visão de feministas que participaram das duas conferências e das articulações para que uma proposta sobre o tema fosse aprovada. A idéia central é sistematizar como, ao se instituir dentro do aparelho de Estado uma Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), organismo responsável pela elaboração de políticas públicas voltadas para este segmento, o diálogo sobre a legalização do aborto se estabeleceu entre sociedade civil organizada e Estado e quais foram os limites conformados pelo debate democrático que a ele se contrapuseram.

2.1 ANTECEDENTES

O mundo presenciou, no final dos anos 60 (1968 é um ano de referência) uma série de mobilizações em vários países, muitas das quais tiveram as universidades como epicentro. Em Berlim Ocidental, estudantes contrários à intervenção norteamericana no Vietnã e contra o governo de seu país foram às ruas. Na França, estudantes reivindicavam mudanças na política educacional e se aliaram aos sindicatos contra o governo. Em Quebec, Canadá, estudantes decretaram greve reclamando um estado socialista independente; no México, várias

greves estudantis reivindicavam liberdades civis. Polônia, Paquistão, Praga... o clima era de descontentamento e de reação ativa e as mulheres estavam presentes. Estes ares insurgentes também ventilavam a América do Sul, aonde vários países se encontravam sob regime ditatoriais.

O ano de 1964 foi o ano do golpe militar no Brasil. Mais uma vez na sua história, um período de crescentes manifestações sociais era interrompido pela força. Em 1968¹⁹, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) a justificar o aumento da repressão, das prisões e do exílio, há um recrudescimento da ditadura. Oponentes do regime se organizavam em grupos de guerrilha urbana e rural e também junto a setores das classes populares urbanas. A Igreja Católica adepta da Teologia da Libertação apoiou e contribuiu com a resistência; era parte dela. A década de setenta, derradeira dos militares no poder, foi também aquela em que os descontentamentos da sociedade se tornaram visíveis através de mobilizações públicas. Momento em que ganham corpo os denominados novos movimentos sociais, dentre eles, o feminista. Foi um período muito provocador e fértil à organização social e política. Um processo interrompido em 64, que continuou sendo gestado durante a ditadura, “explodiu” da contenção com toda a força.

O feminismo que surgiu no Brasil na década de 1970 foi iniciativa de mulheres de esquerda, intelectuais, em diálogo com mulheres do meio popular. Elas se encontravam nas atividades de autoconsciência e nos pequenos grupos de debates que começaram a ser articulados. A Educação Popular, preconizada por Paulo Freire, era uma referência para estes espaços de diálogo. Algumas das militantes precursoras, que haviam voltado da Europa, onde compartilharam experiências de organização feminista, fizeram parte da luta contra a Ditadura e no período de distensão se mobilizaram pela anistia aos/às presos/as políticos/as. Ao mesmo tempo foram críticas à esquerda que relegava as questões trazidas por elas e para o que elas consideravam um processo de abrangente transformação social. Defendiam a “democracia na rua e em casa” e levantavam questões que foram vistas como não importantes para a redemocratização do país, ou hierarquicamente inferiores às batalhas a serem enfrentadas. Porém, vinham com tal força essas

¹⁹ Relação de presidentes para o período em referência neste texto: 74/78: Ernesto Geisel (militar); 79/84: João Batista de Oliveira Figueiredo (militar); 85/89 morto Tancredo Neves que fora eleito pelo Colégio Eleitoral, assume o seu vice José Sarney; 90/92: Fernando Collor de Mello, que sofreu impeachment; 92/94 Itamar Franco (vice de Collor de Mello); 95/2002: Fernando Henrique Cardoso; 2003/10 Luís Inácio Lula da Silva.

questões que foi impossível não lhes dar atenção nos anos que se seguiram, mesmo que sempre surgissem justificativas para relegá-las ao lugar da minoridade.

Os Seminários Públicos que se fizeram na época da ditadura, nos anos setenta, ainda que na já chamada abertura ou distensão, foram feitos em nome da sociedade civil e em época onde os partidos políticos não tinham liberdade de organização democrática. No momento em que a organização partidária de forma democrática se pode ordenar, foi aquele em que o debate sobre o posicionamento da organização das mulheres em relação aos partidos políticos se deu de forma bastante acalorada. Possibilitar a existência de espaços de debates sobre a condição feminina e a ação política das mulheres e, ao mesmo tempo, defender as pautas de luta da esquerda, foi uma forma de demarcar o propósito de constituição de uma trajetória de autonomia, ainda que sem rompimento com os ideais dos que lutavam por democracia. As feministas não abandonaram o diálogo ou deixaram de confrontar os conflitos estabelecidos diante das agendas para elas consideradas prioritárias, ainda que tenham feito recuos estratégicos, conforme será demonstrado no resgate histórico a que este capítulo se propõe.

Nos anos de 1983 e 1984, as intensas manifestações por eleições diretas acabaram frustradas. O desejo de ruptura com a velha ordem se ressentiu diante de uma transição conservadora negociada com setores da sociedade que estiveram no poder durante o período ditatorial, em nome da governabilidade. Esta palavra será resgatada em outros momentos, como justificativa para acordos políticos entre setores considerados de esquerda e progressistas e aqueles mais conservadores e à direita e o amplo leque de posições existentes entre uns e outros. Feministas avaliarão muitas vezes que direitos das mulheres e de outros setores organizados são frequentemente barganhados nestes acordos. Naquele momento a defesa de uma nova Constituição, que reconfigurasse as relações políticas e o papel do Estado à luz da nova conjuntura, passou a motivar a mobilização insurgente.

Segundo Gohn (2003, p. 52-53), no cenário da década de 80,

[...] várias conquistas se efetivaram. Dentre elas destacamos duas: primeiro, a constituição de um campo democrático no seio da sociedade civil, formado por movimentos populares; por movimentos sociais pluriclassistas, como o de mulheres, de negros, de ecológicos, etc.; por lideranças das novas centrais sindicais; por parlamentares e partidos políticos oposicionistas; por entidades profissionais comprometidas com a democracia; e por ONGs então

emergentes na cena política nacional. O novo campo democrático desenvolveu uma cultura política de mobilização e de pressão direta, como prática principal para viabilizar o encaminhamento das demandas que compunham suas agendas. [...] Tratava-se de saber negociar com os governos constituídos, pertencentes na época, em grande escala ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

O PMDB foi o partido em que a oposição ao regime de exceção esteve mais concentrada e que também arregimentou um grande número de candidaturas vitoriosas no período subsequente à queda do regime militar. Em 1979 foi feita uma reforma partidária que desmontou o bipartidarismo e novas legendas se formaram agrupando alianças em 23 partidos. Em 1980 assistiu-se ao nascimento do Partido dos Trabalhadores, oriundo principalmente dos movimentos sindicais do ABC paulista. As alianças político-partidárias que se conformaram convocaram os movimentos à arquitetura de novas formas de participação e diálogo com as estruturas do Estado, buscando, também, a democratização destas estruturas. É nesta perspectiva que vai se realizar o debate sobre a instituição de conselhos como um espaço mais permanente e aberto para a definição de políticas públicas. Uma experiência incipiente, ainda que o debate sobre a constituição destes conselhos – caráter, responsabilidades, formas de participação, dentre outras questões – seja um debate que permanece até os dias atuais. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) os reconheceu como novos espaços de participação. Mais uma vez remeto às palavras de Gohn, para quem:

O conceito de participação cidadã está lastreado na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e em nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado, remetendo à definição das prioridades nas políticas públicas a partir do debate público. A participação passa a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque toda a ênfase passa a ser dada nas políticas públicas. A principal caracterização desse tipo de participação é a tendência à institucionalização, entendida como inclusão no arcabouço jurídico institucional do Estado, a partir de estruturas de representação criadas, compostas por representantes eleitos diretamente da sociedade de onde eles provêm (2003, p. 57).

O movimento de mulheres e feministas foi partícipe ativo da definição desta nova estrutura da qual as conferências e conselhos são parte. Todas as

iniciativas que foram feitas pelo Estado brasileiro neste período o foram porque existiu um amplo leque de movimentos que reivindicavam, pressionavam, dialogavam e contribuíram para que o alargamento das concepções de direitos e políticas pudesse promover um redesenho dos aparatos do Estado. Participaram, inclusive, ocupando espaços dentro desta estrutura de gestão. Foram também influenciados e, em alguns momentos, capturados por ela.

Quadro 1 – Processos/Eventos de diálogo entre movimentos de mulheres e feministas e Estado sobre DS e DR para as mulheres

Ano	Atividade/Evento	Convoca	Resultado
1983-1984	Convocação de Comissão para elaborar política de saúde da mulher	Ministério da Saúde	Assistência Integral à Saúde da Mulher: Bases de Ação Programática (PAISM)
1986	Encontro Nacional de Mulheres	CNDM	Carta das Mulheres aos Constituintes (Constituição de 1988)
1986	I Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher	Ministério da Saúde	Relatório final ²⁰
1986	Criação da Comissão de Estudos sobre Direitos Reprodutivos	Ministério da Saúde	Posicionamentos sobre diversos temas (esterilização em massa, norplant, aborto...)
1994	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD -Cairo)	ONU	Plataforma de Ação
1995	Conferência sobre a Mulher (Beijing)	ONU	Plataforma de Ação
2002	Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras ¹	Comissão Organizadora Nacional	Plataforma Política Feminista
2003	Elaboração da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) ²¹	Ministério da Saúde (Área Técnica de Saúde da Mulher)	Pacto Nacional pela Redução da Morte Materna e Neonatal – Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
2004	I CNPM	SPM e CNDM	I PNPM
2005	Comissão Tripartite	SPM e CNDM	Pré-proposta de projeto de lei para a descriminalização do aborto
2007	II CNPM	SPM e CNDM	II PNPM

Nota: – A CNMB foi um processo exclusivo do movimento, mas o seu resultado, ainda que objetivasse de forma mais ampla um diálogo com a sociedade, foi instrumento de posicionamento também no diálogo e relação com os poderes constituídos.

²⁰ Entre os temas presentes está o aborto, em que já se propunha a sua descriminalização e a sua legalização, além de maior agilidade nos processos legais para a sua autorização em caso de estupro e a garantia plena do seu atendimento por parte dos serviços públicos de saúde.

²¹ Entre seus objetivos e estratégias, prevê “qualificar e humanizar a atenção à mulher em situação de abortamento”. Ver: <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/politica_nac_atencao_mulher.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

No Quadro 1, são identificados eventos específicos que são referenciais para o debate sobre Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos neste contexto. Demarcam uma trajetória de diálogo com o Estado, no campo internacional e nacional. Nem todos estarão sendo abordados neste trabalho, mas precisam estar registrados como parte de uma história de instituição do debate público em que o tema do aborto esteve presente:

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) citado no Quadro 1 é considerado um ícone por ter sido o primeiro programa de saúde no Brasil em que a integralidade é anunciada como fundamento. Se, desde a década de 1960, clínicas de planejamento familiar, vinculadas a uma política de controle de natalidade atuavam livremente no país e a saúde das mulheres era compreendida apenas como saúde materna, com o PAISM, conforme avalia a Rede Saúde,

[...] passou-se a compreender um novo conceito de atenção à saúde, que tem nas mulheres não mais objetivos reprodutivos das ações de saúde materno-infantil, ou de sua exclusão, e sim sujeitos ativos no cuidado de sua saúde, em todos os ciclos da vida, e para quem a reprodução é um direito e não um dever ou desígnio²².

Este programa estabeleceu as bases de uma política de saúde para a população feminina. Apesar de estar nele anunciada a atenção à saúde em todas as fases da vida, fica, no entanto, muito centrado nas questões da reprodução, já que pretendia ser uma resposta para o debate sobre o controle da natalidade muito evidente naquele momento. Vejam, por exemplo, que nos conteúdos programáticos os três itens destacados foram a assistência clínica ginecológica, a assistência pré natal e a assistência ao parto e ao puerpério imediato. Mas, é importante destacar que nele estão previstas ações para o planejamento familiar que incluíam atividades educativas e de acompanhamento à utilização de métodos contraceptivos. No que se refere ao aborto, na introdução é apontada a necessidade do cuidado com as repercursões biopsicossociais da gravidez não desejada e do abortamento, compreendidas como questões que vinham sendo relegadas. Entre os seus objetivos está previsto “evitar o aborto provocado, mediante a prevenção da gravidez indesejada” (BRASIL, 1984, p. 17). Apesar da timidez com que foi abordado, no contexto do PAISM serão criados os serviços de aborto legal no país, como veremos

²² www.redesaude.org.br/portal/trilha/docs/002.pdf p 2.

mais à frente. A forma como ele se estabeleceu, no entanto, não será detalhada neste trabalho. São várias as pesquisadoras que se detiveram a fazer este registro. Entre elas, cito Ana Maria Costa (1999), que participou da sua elaboração.

2.2 UM ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES

O momento era propício a uma nova institucionalidade. Em 1982, foram criados os primeiros conselhos estaduais das mulheres²³, em São Paulo e Minas Gerais e, em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) que, na sua composição inicial contava com a presença de feministas reconhecidas em todo o país. Isto contribuiu para que, no período subsequente, as mobilizações das mulheres acontecessem a partir do CNDM. Foi através de viagens aos Estados que suas integrantes conclamaram ao debate sobre a Constituinte e garantiram que cerca de duas mil mulheres participassem de um Encontro Nacional, realizado em 1986, em Brasília, no Congresso Nacional. Neste processo, foi elaborada a Carta das Mulheres aos Constituintes que incluía, entre as propostas, a legalização do aborto.

O lobby feminista, as alianças com as parlamentares (26 mulheres foram eleitas para a Assembléia Constituinte), a alegria e o bom-humor²⁴ com que responderam às críticas que tinham a intenção de desmobilizá-las, enfim, a grande disposição para o ativismo e a articulação contribuíram para que 85% das propostas apresentadas fossem incorporadas à nova Constituição. Entre as que ficaram de fora, a do aborto, devido ao embate com a Igreja Católica. Este, pode-se dizer, foi o primeiro embate público significativo. Envolvia também as discussões sobre

²³ Esses conselhos vão ser nominados de formas diversas: da condição feminina, de direitos [...] Até hoje, nos locais aonde são os únicos organismos existentes, possuem características bastante ambíguas. Alguns são responsáveis por implantar políticas para as mulheres (papel das atuais secretarias, coordenadorias, superintendências) e ao mesmo tempo são reconhecidos por ter caráter apenas consultivo, recursos limitados para as funções demandadas, etc. À medida que as secretarias foram sendo implementadas o papel destes conselhos começou a ficar mais delimitado como consultivos e/ou deliberativos. Os problemas dos conselhos de mulheres não são de sua exclusividade.

²⁴ “O que estão querendo estas mulheres?”, provavelmente pensaram alguns deputados que se apressaram em tentar desvalorizar o trabalho do Grupo, chamando-as de ‘lobby do batom’. Mas as mulheres não se intimidaram [...]. Conseguiram transformar, estrategicamente, aquilo que pretendia ser uma afronta. [...] Daí nasce forte e decisivo o lobby do batom”. (SHUMAHAR, 2008, p. 90).

planejamento familiar cuja principal tensão se dava em torno da polarização controlistas²⁵/anticontrolismo. As tensões se deram, principalmente, entre entidades privadas de planejamento familiar, igreja e feministas. Rocha (1998, p. 45) relata:

no caso da participação da Igreja Católica e do movimento feminista, vale salientar que durante o processo constituinte ambos apresentavam uma visão crítica ao antinatalismo mas, por outro lado, apresentavam visões distintas quanto à decisão sobre procriação. De fato a Igreja trabalhava com o conceito de paternidade responsável e com a idéia da defesa da vida desde o momento da concepção, ao passo que as feministas trabalhavam com o princípio da autonomia na decisão sobre o assunto.

A Constituição de 88 estabeleceu, ao final, um dispositivo sobre planejamento familiar²⁶.

2.3 OS ANOS 90 E A INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABORTO LEGAL NO PAÍS

Diante do impasse sobre a questão do aborto na Constituinte, outra tática começou a ser implementada ainda no final dos anos 80: garantir o atendimento ao aborto previsto por lei nos serviços públicos de saúde. O primeiro serviço foi instituído em 1989, quando Luíza Erundina (PT/SP) assumiu a prefeitura da capital do Estado de São Paulo. A médica Maria José Araújo, que era a Coordenadora de Saúde da Mulher, e a feminista negra Edna Roland (TALIB; CITELI, 2005; ROLAND, 2000) foram as responsáveis pela implantação pioneira no Hospital de Jabaquara. Esta iniciativa se difundiu não sem muitos entraves e dificuldades, para outras regiões do país.

²⁵ Que defendem o controle de natalidade por parte do Estado.

²⁶ O artigo 226, parágrafo 7, da Constituição Federal, estabelece: “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas”. Este artigo foi regulamentado em 1996, pela Lei Federal nº 9.263 (com vetos) e, em 1997, quando caem os vetos, define no seu segundo artigo “entende-se planejamento familiar como um conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole da mulher, pelo homem ou pelo casal” (VENTURA, 2009, p. 59; 91).

Feministas corroboram a avaliação de Araújo, quando esta afirma que

[...] a implantação de políticas públicas para mulheres, tanto nos estados como nos municípios, se deve, sobretudo, à presença de ativistas feministas nos postos de decisão, e ao compromisso de governos democráticos com as reivindicações dos movimentos sociais (ARAÚJO, 1998, p. 35).

Instituir os serviços e elaborar as normas de procedimento foi motivo de grande debate em toda a sociedade. *A primeira Norma Técnica que regulava a nível federal e, portanto, nacional, o atendimento ao aborto legal foi assinada em 1998. Em 2005 foi elaborada uma nova Norma Técnica que dispensou a apresentação do Boletim de Ocorrência policial e tinha como garantia a declaração da mulher.* No entanto, muitos serviços não abrem mão do BO.

Até os dias atuais (2012) em que 60 serviços estão declarados pela Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde (MS), eles continuam funcionando de forma praticamente clandestina, mesmo dentro dos próprios hospitais onde estão implantados. A invisibilidade, ainda que seja alegada como forma de resguardar a possibilidade de que continuem funcionando, é em si também um entrave ao acesso²⁷. E, quando este acontece, o que está preconizado pelas normas técnicas nem sempre orienta os atendimentos.

O debate provocado pela instalação dos serviços foi bastante positivo porque possibilitou identificar e formar quadros profissionais aptos a atenderem mulheres em situação de violência sexual, em risco de morte e com maior sensibilidade para os casos de aborto incompleto. Para a sociedade como um todo, fez avançar a compreensão dos permissivos previstos no Código Penal de 1940 como um direito a ser respeitado. Em uma análise retrospectiva sobre o comportamento da mídia nos anos 90, realizada pelas feministas Magaly Pazello e Sônia Correa (2002), constata-se que houve uma mudança do olhar dos meios de comunicação sobre o tema. Duas principais características desta modificação são

²⁷ Rosângela Talib e Maria Teresa Citeli (2005) realizaram, para a organização Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), um estudo de avaliação dos serviços de aborto legal em hospitais públicos no período de 1989 a 2004. Foram pesquisados 56 serviços, 37 deles atendiam ao aborto legal. A relação dos serviços e uma avaliação mais aprofundada podem ser encontrados na publicação, que está citada na bibliografia deste trabalho. A informação de 60 serviços foi dada pela responsável pela Área Técnica de Saúde para a mulher, em reunião com movimentos sociais em 2012, da qual a autora deste trabalho participou.

apontadas: a saída do aborto das páginas policiais dos jornais para editorias as mais diversas e o aumento do leque e da diversidade de vozes que passaram a fazer parte do debate, que deixou de ser apenas uma polarização entre Igreja e feministas. A novidade que os serviços significaram e a discussão que provocaram foram, por certo, fundamentais para a modificação verificada na opinião pública.

Essa tendência observada nos meios de comunicação pelas duas pesquisadoras vai se consolidar em crescimento no período em estudo. Mas o que vai se verificar, posteriormente, é que se o espaço para a opinião da Igreja permanece e as falas diversas também, estabelecem-se limites para as declarações feministas. Se autoimposto, se a prioridade foi dada a outros espaços em evidência como as redes sociais, ou se cerceado, isto precisa ser melhor avaliado pelas estudiosas da comunicação.

É preciso evidenciar, porém, que no feminismo brasileiro há um debate entre aquelas que defendem a centralização dos esforços na luta pela legalização e as que acreditam ser a defesa da legalização o objetivo fim, defendendo, porém, que a luta por uma nova legislação e por políticas públicas se constitui pela transformação do próprio Estado em mudanças graduais, a exemplo da instalação dos serviços de aborto legal, que seriam fundamentais para promovê-las. As duas formas de atuação têm estado presentes nos repertórios de ação utilizados neste período, mas não sem conflito permanente. As defensoras da segunda postura costumam ser criticadas, acusadas por um suposto relegar do debate junto às mulheres, circunscrevendo-o a especialistas (SILVEIRA, 2006, p. 35).

No Quadro 2, procuro estabelecer algumas das principais linhas de ação que foram utilizadas pelos movimentos neste período e o que pode ser visto como positivo, potencializador ou negativo, limitador quando se prioriza apenas uma das opções, o diálogo com a sociedade civil, em detrimento do diálogo com os poderes instituídos ou vice-versa.

Para os diversos setores do movimento brasileiro, mesmo que as organizações se dedicassem com prioridade a um campo ou atividade mais especializada ou pontual, no geral, é difícil definir as articulações nacionais somente dentro de um deles. Mesmo que seja em momentos pontuais ou na forma de apoio/adesão, elas de forma geral ultrapassam estas fronteiras.

Quadro 2 – Repertório de atuação dos movimentos feministas em defesa da legalização do aborto

ATUAÇÃO	
Junto à SOCIEDADE CIVIL	Junto ao ESTADO
Táticas	
<ul style="list-style-type: none"> › Realizar atendimento com orientação para gravidez desejada e ou indesejada › Produzir informação para apoiar trabalho: pesquisas, estudos e análises, cartilhas, panfletos, cartões postais, etc. › Realizar debates com grupos populares de mulheres e com outros grupos para construir consensos sobre o tema › Realizar atividades públicas de posicionamento › Criar coalizão de alianças: dentro dos movimentos sociais, organizações científicas, profissionais, etc. › Criar e manter veículos de informação e articulação internos aos movimentos: boletins eletrônicos e outros › Criar e manter espaços eletrônicos de divulgação de ideias e propostas, como blogs, facebook, etc. › Articular cobertura da mídia 	<ul style="list-style-type: none"> › Incidir sobre todos os poderes, à medida das prioridades › Construir informações para apoiar argumentos › Criar coalizão de alianças com gestores/as e servidores/as público › Participar de forma organizada dos espaços convocados para debate sobre legislação e políticas públicas › Reunir grupos de interesse com decisores políticos: diálogo, pressão › Utilizar instrumentos políticos como abaixo-assinado, cartas de posicionamento, etc. › Realizar apresentações (debates, oficinas, seminários) com e/ou para decisores políticos e servidores/as públicos › Oferecer apoio legal, apoio para redação de leis ou políticas, assessoramento estratégico para decisores, gestores › Acionar o Ministério Público através de petições, abertura de processos, realização de audiências públicas › .Articular cobertura da mídia
Alguns Facilitadores que podem ser encontrados	
<ul style="list-style-type: none"> › Construção de uma agenda em acordo com aquelas que serão suas maiores beneficiárias. › Poder manter os princípios, sem necessidade de fazer negociações que os coloque em questão. › Assegurar algum nível de acesso seguro, enquanto continua a luta principal. 	<ul style="list-style-type: none"> › Oportunidade de fazer parte, e também sua linguagem e ideias, dos documentos e políticas elaborados. › Poder influenciar, na perspectiva de um atendimento de qualidade para as mulheres e a forma como os serviços se organizam para atendê-las.
Alguns dificultadores que podem ser encontrados:	
<ul style="list-style-type: none"> › Perda de oportunidades de intervenção devido à falta de informação e alianças com decisores políticos › Acesso restrito à maioria das mulheres, visto que a ação está voltada para aquelas que estão mais próximas aos movimentos 	<ul style="list-style-type: none"> › Perda do vínculo com a sociedade civil organizada › Às vezes, participar em compromissos estratégicos que podem prejudicar/afastar o objetivo central da ação

Fonte: Adaptado de quadro elaborado por Klugman e Hlatswayo (2001), cf. Bibliografia citada.

2.4 A INSTITUIÇÃO DE MOVIMENTOS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL

Nos meados dos anos 90 e início dos 2000, o CNDM já não possuía a mesma relevância do seu período inicial. Os governos do período limitaram os canais institucionais de diálogo com os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que os movimentos de mulheres e feministas criaram fóruns de debates e articulação em torno a redes temáticas ou com outras afinidades, regionais ou nacionais, caso da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos – Rede Saúde, criada em 1991 que persiste até os dias atuais. Outra tentativa, a de criar uma rede de combate à violência contra as mulheres, não alcançou resultados mais concretos, mesmo que o tema estivesse presente em todos os fóruns organizativos. Os empecilhos podiam ser políticos ou de outra ordem, como problemas de distâncias geográficas, dificuldades de comunicação, de recursos para encontros presenciais com participação mais ampliada, etc. A Rede Saúde, que alcançou superá-los em certa medida, teve importante papel na promoção de ações em torno do tema do aborto: articulou a participação das brasileiras na Conferência de População – Cairo 1994 –, e abarcou a coordenação nacional da Campanha 28 de Setembro de Luta pela Legalização do Aborto²⁸ referência impulsionadora das ações Latinoamericanas e do Caribe. As suas integrantes foram as mais ativas militantes na instalação dos serviços de aborto legal. Foi também, por uma iniciativa da Rede a criação das Jornadas Brasileiras para o Direito ao Aborto Legal e Seguro – Jornadas, nos anos 2.000.

Uma outra ação que caracterizou a década de 90 foi a mobilização dos movimentos sociais no reforço a uma agenda internacional defendida no denominado ciclo social de conferências das Nações Unidas²⁹. A participação nestes processos teve a finalidade de comprometer os estados nacionais com uma ampla pauta de direitos humanos a se confirmarem em legislações e políticas locais. Os movimentos de mulheres e feministas da América Latina e do Caribe tiveram papel importante tanto na organização das atividades paralelas de pressão, como na

²⁸ Em outros países, ela é uma campanha de descriminalização, enquanto as brasileiras optaram pelo termo legalização.

²⁹ Meio Ambiente: ECO 92, Direitos Humanos: Viena 93, População: Cairo 94, Mulheres: Beijing 95, encerrando o ciclo Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e formas Correlatas de Intolerância em Durban, 2001. Houve também conferência sobre habitação, desenvolvimento social, etc., mas, para as feministas, as primeiras foram as que mais mobilizaram a atenção e participação.

composição das delegações oficiais, ou dando suporte a essas delegações na elaboração de argumentos e proposições, constituindo alianças com outras delegações e influenciando processos. O governo brasileiro esteve bastante aberto para assumir as propostas da sociedade civil e teve destacado papel de articulador na defesa destas proposições junto a outros representantes governamentais.

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) surge como tal no processo preparatório para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulheres, Desenvolvimento e Paz, realizada em Beijing, China, em 1995. Seu objetivo inicial foi o de convocar as militantes brasileiras à participação junto com outros movimentos latino americanos e caribenhos. Parte da tarefa era definir um documento de propostas a serem definidas com as das militantes da região. Esta mobilização impulsionada pela AMB possibilitou o nascimento de fóruns e articulações estaduais e o engajamento daqueles já existentes, além de aproximar os movimentos dos países envolvidos. Foi mais um momento de grande agitação propiciador da organização das mulheres.

Este não foi um percurso sem conflitos e tensões. Todavia, contribuíram para a demarcação de posições e para o adensamento das organizações de mulheres. Houve temas que motivaram grandes debates. Um deles, as formas de financiamento para a ida das delegações a Beijing. Questionaram-se sobre o apoio da USAID às brasileiras, levando-se em consideração a atuação desta agência norte-americana na sustentação à ditadura militar. A questão da autonomia dos movimentos estava mais uma vez presente, sob um novo aspecto: quais os limites a serem mantidos diante da possibilidade de financiamento da cooperação internacional governamental? A definição, após intensos debates, foi pela negativa ao apoio e o investimento no autofinanciamento. Outro motivo se prendeu à elaboração do documento das mulheres brasileiras. Neste caso se decidiu conciliar as duas alternativas em conflito: um documento elaborado por especialistas deveria ser construído de forma articulada a um debate nacional com ampla participação de todos os setores dos movimentos de mulheres.

No que se refere a aborto e sistema ONU e os embates entre governos progressistas e conservadores, o que resultou está registrado nos planos de ação. O da Conferência de População e Desenvolvimento – Cairo, 1994 – reconhece o aborto enquanto uma questão de saúde pública e o da Conferência de Mulheres, Desenvolvimento e Paz – Beijing, 1995 – traz a recomendação aos Estados para

revisarem legislações punitivas à prática. Esta necessidade foi reafirmada pelo Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW-ONU) e pelo Comitê do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) ao Brasil, em 2003. São definições do campo internacional, multilateral, que foram indicativos a alavancar e sustentar iniciativas do Governo brasileiro, presentes no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Quanto à AMB, esta pode ser compreendida como a primeira articulação civil nacional que agregou amplos setores de militância. Após a Conferência de Beijing, objetivo inicial da sua criação, foram feitos diversos esforços para manter esse espaço de diálogo dos movimentos que, inicialmente, se centrou nas atividades de monitoramento e pressão para a implantação dos compromissos da agenda da ONU.

Com o desenrolar da década, momentos de recuos e avanços na instituição da AMB ocorreram paralelamente ao que se demarcou como um novo contexto nas Nações Unidas, em que a ampla mobilização se conformou nas consideradas reducionistas Metas do Milênio, mais identificadas a um projeto neoliberal, reducionista do papel do Estado nas políticas de cunho social. Segundo Carmen Silva, esse período

[...] tem por trás de si as políticas do Banco Mundial de ajuste estrutural e o advento do neoliberalismo, que reduz a ação do Estado na área social. No Brasil, vivíamos, e ainda vivemos, as contradições de termos uma Constituição Cidadã e leis que estabelecem vários direitos e a redução do Estado e das políticas que seriam necessárias para efetivar esses direitos. (2010, p. 18).

A composição da AMB e as demandas da conjuntura nacional significaram um reposicionamento da Articulação diante de novos desafios e formas de atuação. Um reposicionamento que vai se conformar a partir da convocação da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB), realizada em 2002.

2.5 OS ANOS DOIS MIL...

No ano 2000 uma nova proposta convocada a partir do Canadá, de amplitude global, vai mobilizar os movimentos do Brasil em torno da organização da

Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Se, inicialmente, a Marcha recebeu uma adesão ampla dos movimentos e organizações, inclusive das integrantes da AMB, posteriormente, irá se configurar num campo do movimento mais vinculado à organização partidária, ao Partido dos Trabalhadores. Não só, também a outros partidos considerados de esquerda até então, como o Partido Comunista do Brasil (PcdoB) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Na AMB, militavam mulheres também filiadas ou simpatizantes destes. No entanto, ela estava identificada com os setores mais autônomos e apartidários do movimento.

A centralização de informações sobre a AMB e a MMM acontece porque, no período em referência para este estudo, essas duas articulações se apresentavam como os espaços de movimento mais capilarizados no país, pelos quais circulavam militantes compondo outras redes e movimentos que militaram em favor da legalização do aborto. Durante um período, se estruturaram em campos considerados opostos, que dividiam, de alguma forma, a militância. Com o passar dos anos, no entanto, diferenças e afinidades feministas foram sendo mais explicitadas entre as duas articulações e, em alguns momentos, foram feitas alianças estratégicas e táticas em defesa de princípios feministas. Isto vai acontecer, por exemplo, durante a defesa de propostas para a legalização do aborto nas Conferências de Políticas para as Mulheres ou quando, em 2008, foi criada a Frente pela Não Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. É importante registrar que, desde o início, as Jornadas, tratadas mais detalhadamente na sequência deste trabalho, convidaram ou convocaram à mobilização conjunta a MMM. Mas apenas com a criação da Frente esse canal de diálogo foi aberto de forma regular³⁰.

Quanto ao movimento autônomo de mulheres negras, é relevante lembrar os encontros nacionais que foram realizados em 1988, 1992 e 2001; as marchas de Zumbi do Palmares nas quais foram protagonistas, a primeira realizada em 1995 e a segunda (Marcha de Zumbi+10) em 2005, assim como as conferências de Beijing e de Durban foram eventos que impulsionaram a sua organização em abrangência nacional. Se foram também fundadoras da AMB, da MMM, entre outras redes e movimentos nacionais, as críticas aos movimentos negro e de feministas sobre a

³⁰ A Frente, como é conhecida, não será tema deste trabalho visto que foi criada apenas em 2008. Mais informações podem ser consultadas em: www.frentepelodireitoaoaborto.blogspot.com; e frentelegalizacaoabortowordpress.com.

invisibilidade e secundarização das questões mais específicas das mulheres negras foi motivador para que se agrupassem em torno à Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), fundada em setembro de 2000, e no Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN). Merece evidência a ação da AMNB para a organização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, próximo ponto a ser abordado.

2.5.1 A Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB)³¹

Realizada em Brasília, nos dias 6 e 7 de junho de 2002, essa conferência difere das conferências de políticas para mulheres convocadas por governos, conselhos e movimentos que começaram a ser realizadas no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva³². A CNMB foi totalmente convocada e organizada a partir unicamente dos movimentos de mulheres e feministas. As articulações locais realizaram 26 conferências estaduais (totalizando 5.212 participantes; apenas a Paraíba não promoveu. As tensões entre AMB e MMM locais influenciaram.). Foram antecedidas por debates preparatórios que confluíram para a construção de uma Plataforma Política Feminista (PPF), (COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS, 2002). Esse documento sistematizou todos os consensos possíveis entre os diversos setores dos movimentos envolvidos no processo³³ que, é preciso dizer, foram mais amplos que aqueles compondo a comissão organizadora.

³¹ A AMB foi a convocadora inicial da CNMB, que teve uma Comissão Organizadora Nacional: AMB, Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), Articulação de ONGS de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Secretaria para Assuntos da Mulher Trabalhadora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Rede de Mulheres no Rádio, Rede Nacional de Parteiras Tradicionais, Rede Saúde e União Brasileira de Mulheres (UBM).

³² Presidente Lula de agora em diante

³³ A PPF não apresenta esta relação, mas, estatísticas sobre as participantes. Entre os tipos de organização ou movimento os quais participaram, foram citados: 34,22% feminista; 16,59% movimento popular; 12,78% mulheres negras; 11,89% movimento sindical; 7,20% mulheres rurais; 4,23% juventude; 3,03 indígenas; 2,97 parteiras; 2,30% terceira idade; 2,14 domésticas; 1,46 lésbico; 1,20 pessoas com deficiência (COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS, 2002).

O seu V capítulo, aquele em que a PPF trata da “liberdade sexual e reprodutiva”, define, entre os desafios a serem enfrentados, no seu artigo 261, a necessidade de “[...] reconhecer a descriminalização e legalização do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública”. Descriminalização ou legalização? Por que aparecem os dois termos?

Este é um debate que surge desde as primeiras discussões sobre o tema, na década de 1970, e persistirá tanto no sentido ético e político como no tático/estratégico. Descriminalizar significa que a mulher não poderá ser punida por realizar um aborto, enquanto legalizar significa, além disto, que ela poderá optar por realizar a interrupção de uma gravidez indesejada no serviço público de saúde e poderá fazê-lo com qualidade de atenção, sem correr os riscos de morte, morbidade ou constrangimentos a que a situação de ilegalidade a expõe. Logo, o Sistema Único de Saúde (SUS) deveria ser readaptado para atender a esses casos de forma adequada. Taticamente, defender a descriminalização pode levar a uma maior adesão social, visto que, normalmente, as pessoas afirmam que uma mulher não deveria ser criminalizada pela prática, embora esta solução não garanta o atendimento e o reconhecimento do direito à interrupção normatizada. Este tem sido um debate recorrente, o que faz com que muitas vezes as duas proposições apareçam associadas. Ou desassociadas.

A realização da CNMB e o acordos explicitados na PPF marcam um novo momento do que vai ser a atuação da AMB nos anos seguintes. Uma série de novos objetivos, não mais ligados àqueles da sua origem, foram priorizados. Mas, assim como foi desde o seu início, será mantida a necessidade de se potencializar processos e motivações para aprofundar as experiências de vida das mulheres e fazer crescer a ação articulada entre aquelas que se propõem a atuar coletivamente. A AMB concordou em assembléia nacional realizada após a CNMB, como uma linha de ação: a defesa da legalização do aborto, entre os seus objetivos prioritários. Colocaria alí em diante um peso maior na necessidade de uma aliança dos movimentos feministas em torno a uma defesa comum e organizada estrategicamente. Isto vai se concretizar não só internamente, mas também com outros movimentos, dentro das Jornadas, integrando a sua coordenação.

2.5.2 As Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro

As Jornadas se concretizaram em 2004, em uma reunião realizada em Brasília, no período de 5 a 6 de fevereiro. Segundo relato³⁴ da médica Fátima Oliveira, na época Secretária Executiva da Rede Saúde, a idéia surgiu em uma das viagens a Brasília, em 2003, para evitar a aprovação de um dos projetos contrários ao aborto que tramitavam no Congresso Nacional. Essas viagens, muitas vezes feitas de um dia para outro “a toque de caixa, para apagar o fogo!”, conforme sua expressão, eram convocadas pela organização Centro Feminista de Estudos e Assessoria - Cfêmea que, dentre outras atividades, monitora, permanentemente, projetos de lei de interesse dos movimentos feministas nas duas casas legislativas. Assim, em uma conversa entre as militantes que participaram da ação naquele momento, se reafirmou a necessidade de um trabalho mais organizado, planejado e coordenado.

Como se pode observar, essa percepção de que a conjuntura exigia uma forma de atuar mais integrada e articulada não estava restrita à AMB. Havia um entendimento geral nessa direção. A Rede Saúde convocou uma reunião na qual a proposta de trabalho em aliança foi debatida e aprovada, contando com a adesão inicial de 28 organizações feministas e 11 articulações políticas/redes nacionais³⁵. A criação das Jornadas pode ser considerada como tática que em si vai possibilitar uma resposta mais articulada aos desafios que se sucederam.

Posteriormente, foi em reação às invasões de clínicas clandestinas de aborto realizadas pela polícia, com ampla cobertura da mídia e que se intensificam a partir do início do século XXI, que foi criada a Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto (Frente). A proposta surgiu de um dos grupos de trabalho das Jornadas, o dos Movimentos Sociais. A necessidade de ampliar o leque de alianças se mostrou limitada dentro das Jornadas, em função de outras prioridades, mais técnicas e/ou voltadas para a ação institucional estatal em alianças com os profissionais de saúde e da área jurídica entre elas. A MMM, que se orientava até então no sentido de implantar comitês pela legalização do aborto em

³⁴ Através de consulta feita por e.mail, respondida em 15/07/2010.

³⁵ Uma relação de movimentos e organização integrantes das Jornadas está entre os anexos a este trabalho.

várias cidades do país, passou a somar esforços na criação desta Frente, que não será objeto de análise mais aprofundada neste trabalho.

A criminalização das mulheres, até então, não foi motivo de maior mobilização, visto que ela raramente acontecia e demandava apenas ações pontuais. A pesquisadora feminista Danielle Ardaillon (1994), em um estudo sobre o aborto no judiciário brasileiro, constatou que a prática, embora criminalizada, raramente foi punida na condição de auto-aborto. Era como se a punição não fosse realmente um interesse para além do investimento em sua proibição ou silenciamento. Interesse este que vai se manifestar, a partir de então, como uma das práticas conservadoras contrárias ao aborto que têm como função modificar esta forma predominante de pensar: a de que as mulheres não devem ser criminalizadas pela interrupção de uma gravidez. As “batidas às clínicas” vão passar a ser realizadas com maior regularidade, assim como a denúncia de pacientes que chegam aos serviços de saúde com aborto incompleto e a negativa/resistência em proceder aos encaminhamentos já garantidos por lei.

Voltando às Jornadas, seu principal objetivo foi o de “conquistar mentes e corações” em torno a um objetivo comum, que se vislumbrava com possibilidades de avanços naquela conjuntura em que um novo arcabouço institucional-estatal se instalava e em que uma abertura às propostas feministas parecia estar se acenando positivamente.

2.5.3 Uma Secretaria de Políticas para as Mulheres

A primeira Secretaria nacional foi criada no período final do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP), em abril de 2002. A responsabilidade pela pasta foi assumida pela alagoana Solange Bentes, que era na época a presidenta do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. No primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT/SP) a Secretaria adquiriu o status de ministério. A instalação da SPM foi reafirmada, desta feita, com vínculo direto à Presidência da República. A primeira ministra nomeada, Emília Fernandes (PT/RS), permaneceu no cargo de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Coube à segunda ministra indicada, a ex-reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Nilcéia Freire (PT/RJ), junto ao CNDM do qual era presidenta, a realização da primeira conferência a estabelecer as diretrizes das políticas para as mulheres no país.

Em 2004, que foi também no ano da I Conferência, às vésperas do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o governo federal anunciou a implementação de uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM. Através do Ministério da Saúde e da SPM, lançou também as diretrizes para uma política de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que previa a ampliação da disponibilidade de métodos contraceptivos na rede pública, incluindo a esterilização masculina e o tratamento da infertilidade para a população de baixa renda, aquela que normalmente acessa o SUS. Concomitantemente, se comprometia a reforçar a negociação para a adesão de estados e municípios a um Pacto de Redução da Mortalidade Materna. Ambos os anúncios se relacionavam à implantação do PNAISM.

O ministro da saúde era então o médico Humberto Costa (PT/PE), um antigo aliado dos movimentos feministas na luta em defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. O fato de estas políticas serem anunciadas em grandes eventos públicos, somado aos canais de diálogo abertos com as organizações de mulheres e à presença de feministas na Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, demonstrava disponibilidade governamental para promover avanços neste campo, na perspectiva do que era defendido pelos movimentos. Estas iniciativas se anunciavam como um indicativo de abertura para um debate mais aprofundado sobre o tema do aborto. Todos os fatos citados até agora formavam parte do contexto no qual se realizou a primeira Conferência de Políticas para as Mulheres, como se segue.

2.5.4 As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM)

Tanto as proposições aprovadas em conferências, como os planos de políticas que delas resultam, são abrangentes na sua temática e nas questões a serem enfrentadas pelos/as gestores/as públicos/as. Os primeiros, mais amplos que os segundos, visto que retratam as demandas e anseios de todos os setores ouvidos no processo. Já os Planos não abarcam a totalidade de propostas discutidas e aprovadas nas conferências. Ainda que estas proposições e a capacidade de pressão daqueles setores que as defendem sejam importantes para a sua incorporação, é a forma como os governos se estruturam, as correlações de forças dentro e fora deles e as suas prioridades orçamentárias que irão definir boa

parte dos conteúdos das políticas a serem implementadas. E ainda, um propósito estar registrado em um Plano não significa, necessariamente, execução. Os Planos têm se configurado muito mais como uma carta de intenções que podem ou não se transformar em realidade na vida das/os cidadãs/ãos.

A I CNPM foi convocada pelo Conselho Nacional de Direitos das Mulheres a partir de uma Comissão Organizadora com apoio, legitimidade e iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Foi organizada a partir da intensa articulação com os processos locais dos movimentos de mulheres e feministas. As conferências municipais eram abertas a todos os movimentos de mulheres e feministas que, presentes nas conferências municipais, escolhiam as delegadas para as conferências estaduais. Assim, a convocação das conferências dependeu fundamentalmente da participação dos movimentos sociais. Além da participação das representantes da sociedade civil estavam as representantes governamentais municipais e estaduais, exercendo funções nos órgãos ou coordenações municipais e estaduais voltadas para os direitos das mulheres, e, no caso da Conferência Nacional, as representantes do Governo Federal e do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres.

A I CNPM foi um processo que mobilizou 120 mil pessoas, culminando na sua realização em Brasília em julho de 2004, com 1.787 delegadas. As Jornadas chegaram de forma bastante preparada e articulada a Brasília.³⁶ A proposta para a legalização do aborto, aprovada, foi construída em consenso entre os movimentos ali presentes, mesmo entre aqueles que poderiam não estar afinados em torno a outros temas em disputa. Foram feitos diálogos que culminaram em uma reunião de negociação em que os termos foram acordados e um pequeno texto foi reproduzido em grande quantidade e distribuído entre as lideranças que ali estiveram reunidas³⁷. Estas se comprometeram a conversar sobre o que fora definido e a distribuir entre as delegadas mais próximas o pequeno texto, que era repassado de mão em mão.

Nos grupos de trabalho preparatórios para a plenária, onde as reivindicações deveriam passar por uma primeira votação, várias eram as delegadas inscritas para apresentar e defender a mesma proposta. A cada resultado favorável,

³⁶ No capítulo que se segue essa forma de atuar será mais detalhada.

³⁷ Participei desta I CNPM como relatora de um dos GTs. Estava na reunião de negociação da proposta enquanto integrante da secretaria executiva da AMB e fui a pessoa encarregada da tarefa de redigi-la juntamente com Paula Viana, do Grupo Curumim de Recife/PE; fizemos as cópias e distribuimos entre as lideranças.

explodiam os gritos de alegria, palmas, cantos, tambores e as pessoas saíam das salas para comemorar. Foi uma festa! Este foi um tema que unificou praticamente todas as delegadas. Os resultados nos grupos foram em sua maioria unânimes, assim como foi a votação na plenária final, ainda que tenha havido defesa em contrário.

Nos seus anais, constam entre as diretrizes:

Favorecer as condições do exercício dos Direitos Reprodutivos, dos Direitos Sexuais e a livre orientação sexual, descriminalizando o aborto, possibilitando autonomia e bem estar também neste campo, intervindo contra as distintas formas de apropriação mercantil do corpo e da vida das mulheres (BRASIL, 2005, p.108).

No eixo 3, que traz os indicativos para a promoção do bem-estar e qualidade de vida, uso e ocupação do solo, saúde, moradia, entre outros temas, as diretrizes de número 119 e 120 se referem à humanização e direito a acompanhamento para aquelas mulheres em situação de abortamento e ao atendimento nos termos das “Normas técnicas de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes”, respectivamente. Mas, aquela que merece o nosso destaque é a de número 130, que reproduz a proposta aprovada: “Rever a legislação que pune as mulheres que realizam o aborto. A I CNPM recomenda a descriminalização e a legalização do aborto, com a garantia do atendimento humanizado pelo Serviço Público de Saúde” (BRASIL, 2005, p. 124). Os dois termos, descriminalização e legalização aparecem de modo a se reforçarem e a não deixarem dúvidas sobre o que se queria. Ao mesmo tempo, isso permitiu o consenso entre as militâncias que ainda poderiam estar em dúvida entre uma ou outra possibilidade. Se nos anais perderam-se os sons da alegria e comemoração, ganhou-se na forma direta, objetiva e contundente do texto.

2.5.5 I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM)³⁸

O I Plano foi apresentado pelo governo em 2005. Este projeto inicial está fundamentado em princípios que viriam a ser confirmados pelo II Plano e, dentre eles, no que se refere ao tema deste trabalho, dois merecem maior consideração: são aqueles que se referem ao compromisso político com a autonomia das mulheres e com a laicidade do Estado. Autonomia corresponde também à questão econômica e financeira, tanto que entre as linhas de ação ela aparece sob o título “Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania” (BRASIL, 2005a, p. 13) e corresponde a ações nesse campo. Mas quando elencada entre os princípios orientadores, remete à autonomia ao próprio corpo, ao direito de decidir livremente sobre a própria vida, à liberdade e autodeterminação sobre a sexualidade e a reprodução: “autonomia das mulheres – o poder de decisão sobre suas vidas e corpos deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país”. Logo abaixo está a referência à laicidade do Estado: “as políticas públicas voltadas para as mulheres devem ser formuladas e implementadas independentemente de princípios religiosos, de forma a assegurar os direitos consagrados na Constituição Federal e nos instrumentos e acordos internacionais assinados pelo Brasil”.(BRASIL, 2005a, p. 7).

Entre os seus objetivos, está a reafirmação do cumprimento de tratados, acordos e convenções internacionais ratificados que tratam dos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2005a, p. 10) e, dentre estes, merecem destaque os que tratam da melhoria da saúde; da ampliação, qualificação e humanização da atenção à saúde integral das mulheres no SUS; da garantia dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos; e da redução da mortalidade materna. Entre os diversos passos para alcançá-los, para além daqueles que se referem à implementação de políticas de distribuição de métodos contraceptivos na rede, está o de nº 7: reduzir em 5% o número de complicações de abortamento atendidos pelo SUS. A linha de ação de letra C, Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos,

³⁸ Existe um comitê, criado em abril de 2005, que tem como objetivo fazer a gestão e monitoramento dos planos, formado por representantes da SPM, dos ministérios da Educação, Justiça, Saúde, Cidades, Minas e Energia, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Desenvolvimento Agrário, do Planejamento Orçamento e Gestão, Trabalho e Emprego, secretarias especiais de Direitos Humanos e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do CNDM.

anuncia dentre as prioridades: 3 – a assistência ao abortamento inseguro visando a redução da mortalidade materna; e 6 – revisar a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez (BRASIL, 2005a, p. 16-18). Pode-se observar que os esforços empreendidos pelos movimentos em comprometer internacionalmente os governos e a participação articulada nas conferências internacionais e nacionais influenciaram a forma como o Plano foi construído.

A presença do sexto item do I PNPM foi compreendida também como indicativo de disponibilidade para o debate sobre o aborto. A forma como isto se concretizou será o assunto de concentração a seguir.

2.5.5.1 Comissão de Revisão da Legislação Punitiva ao Abortamento no Brasil: Comissão Tripartite/CT

Como consequência dos compromissos estabelecidos em conferências internacionais e no I PNPM para a revisão da legislação punitiva sobre o aborto, foi instituída pelo governo federal, através da Portaria de nº 4 de 6 de abril de 2005, a Comissão Tripartite (CT)³⁹ que reuniu representantes governamentais, do legislativo e da sociedade civil por um período de 120 dias (inicialmente prevista para 60, teve seu prazo prorrogado em mais 60 dias) e 10 reuniões⁴⁰ com o objetivo de apresentar à sociedade uma proposta de revisão para a legislação existente.

³⁹ Integrantes da Tripartite: Representação Governamental: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, coordenação da Comissão: Maria Laura Sales Pinheiro; Ministério da Saúde: Maria José de Oliveira Araújo (Área Técnica de Saúde da Mulher); Ministério da Justiça: Pedro Vieira Abramovay; Casa Civil da Presidência da República: Denise Caldas Figueira (Subchefia de Assuntos Jurídicos); Secretaria Geral da Presidência da República: Paulo Sérgio de Castilho Muçouçah; Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República: Carolina de Campos Melo. Representação do Poder Legislativo: Câmara dos Deputados: Maria Suely Silva Campos (PP/RR), Angela Moraes Guadagnin (PT/SP), Elaine Carvalho Costa (PTB/RJ); Senado Federal: Serys Marly Slahessarenko (PT/MT), João Capiberibe (PSB/AP), Eduardo Suplicy (PT/SP). Representação da Sociedade Civil: Articulação de Mulheres Brasileiras: Schuma Schumacher; Central Única dos Trabalhadores: Maria Ednalva Bezerra de Lima; Fórum de Mulheres do Mercosul: Maria Elvira Salles Ferreira; Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: Lia Zanotta Machado; Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia: Jorge Andalaft Neto; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: Thomaz Rafael Gollop.

⁴⁰ No relatório final dos trabalhos da CT consta na agenda uma reunião no dia 15 de junho, mas tanto no relatório como também nas minutas sobre cada uma das reuniões não encontrei qualquer documento ou referência a ela. Não encontrei em nenhuma das duas fontes também o registro da reunião final, prevista para o final do mês de julho.

Merece registro o debate inicial sobre a sua composição, realizado dentro do CNDM. Em reunião do dia 16 de fevereiro de 2005 que contou com expressiva participação de integrantes foi apresentada uma proposta pela sua presidenta, a ministra da SPM, de que a CT deveria ser composta, no segmento da sociedade civil, por quatro vagas eleitas no CNDM e outras duas externas a esse colegiado. Sugeriu a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) ou a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) para uma delas e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)⁴¹ para a outra. Houve discordância por parte das que defendiam composição exclusiva de integrantes do CNDM, proposta derrotada. Resistências também à indicação do CONIC. A indicação venceu e foi encaminhada. Como no interior do CONIC não existia consenso em relação ao direito ao aborto, a vaga foi declinada. Diante disto, a partir de confirmação das conselheiras, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) assumiu a cadeira restante.

Um intenso debate se desenrolou para definir os nomes de representantes do próprio CNDM. As discussões anteriores sobre tal conformação e as votações realizadas foram definidoras das alianças, a partir de posicionamentos afins. Influenciaram o resultado final da representação escolhida entre as conselheiras. Foram eleitas entre as candidaturas autoapresentadas: a Secretaria de Mulheres da CUT, a AMB, contando com o apoio/parceria da Articulação de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras, a Rede Saúde, estas três mais identificadas com o campo feminista. Finalmente, o Fórum de Mulheres do Mercosul, abria uma possibilidade de diálogo com o PMDB. A MMM, uma das candidatas, foi preterida dum função dos seus posicionamentos sobre a formação da CT.

Com base em acordo inicial, as indicações da Câmara dos Deputados deveriam ser definidas pela bancada feminina, que chegou a apresentar uma lista considerando diferentes partidos. As sugestões foram ignoradas pelo presidente do Congresso Nacional à época o deputado Severino Cavalcanti (PP/PE), católico e declaradamente contrário ao aborto. Cavalcanti, que havia anteriormente se comprometido com o encaminhamento a ser tomado pela bancada, nomeou a revelia deputadas que, como ele, eram contrárias a qualquer mudança na legislação.

⁴¹ A composição do CONIC está dada pelas igrejas: Católica Apostólica Romana, Episcopal Anglicana, Evangélica de Confissão Luterana, Sirian Ortodoxa de Antioquia e Presbiteriana Unida.

A não ser que esta fosse para eliminar os direitos à interrupção já garantidos no Código Penal.

No dia 18 de fevereiro, jornais noticiaram a reunião de composição da Comissão, não sem tentar polemizar a ausência da igreja⁴². Durante os períodos de trabalho da Tripartite, a CNBB continuaria, através de pressão dentro do governo e junto à imprensa, marcando sua posição contrária ao motivo da mobilização da CT, ao mesmo tempo em que pressionava para participar dos debates.

As reuniões da CT tiveram início em abril de 2005. As minutas que registram os debates, em cada uma delas, não nos possibilitam identificar os principais pontos de tensão e de discordância entre os/as integrantes. Mas no resumo final dos trabalhos, há uma observação de que o resultado não contou com unanimidade, ainda que a defesa da necessidade de descriminalização fosse a posição majoritária no grupo. As duas deputadas indicadas pelo presidente da Câmara se encontravam em minoria. Apenas representantes do legislativo não estiveram presentes em todos os encontros, sendo substituídos/as por suas assessorias. Os principais pontos em debate em cada um destes encontros serão a seguir explicitados:

Primeira Reunião (12 de abril) – ouviu-se o posicionamento de cada integrante sobre o tema em debate, estabelecendo-se o objetivo da Comissão, uma agenda de reuniões e as pautas das mesmas. As principais constatações apresentadas foram que a criminalização do aborto não reduz a sua prática e o reforço à necessidade de ampliar e difundir informações e indicadores; incrementar ações de planejamento familiar; rever a legislação punitiva, considerando o seu impacto para a saúde das mulheres; investir numa perspectiva dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos na elaboração de leis e políticas públicas além da reafirmação de que o aborto não é nem pode ser considerado como um método contraceptivo.

Segunda Reunião (26 de abril) – o Ministério da Saúde apresentou os dados do SUS para aborto legal, mortalidade materna, contracepção e atendimentos resultantes de aborto inseguro.

⁴² *Folha de São Paulo*, Cotidiano, página C4 de 18 de fevereiro: “Governo tira CNBB de discussão sobre aborto”.

Terceira Reunião (5 de maio) – o Ministério da Justiça (MJ) apresentou um panorama da criminalização do aborto tendo como referência a legislação internacional e nacional, considerando os pactos e tratados assinados pelo país.

Quarta Reunião (19 de maio) – A coordenadora da Comissão apresentou um quadro dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e foi discutida a pauta para o painel a ser realizado no encontro seguinte.

Quinta Reunião (24 de maio) – painel com convidados/as e com participação mais ampliada, de iniciativa da SPM, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), denominado “Revisão da Legislação Punitiva que trata da Interrupção Voluntária da Gravidez”, onde foram apresentadas as seguintes explicações: “O aborto e o descompasso do legislador”, pelo Juiz de Direito do IX Juizado Especial Criminal do Rio de Janeiro, Joaquim Bastos de Almeida; “A inconstitucionalidade da criminalização do aborto” pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias; “O aborto como problema de saúde pública” pelo ginecologista e obstetra Jefferson Drezett, coordenador do Serviço de Atenção Integral a Mulheres em Situação de Violência Sexual do Centro de Referência da Saúde da Mulher do Hospital Pérola Byinton de São Paulo; “Pensando eticamente a maternidade e o aborto”, pela socióloga Maria José Rosado-Nunes, coordenadora da organização Católicas pelo Direito de Decidir (CDD). O painel teve como objetivo subsidiar as discussões da CT.

No dia deste painel, a secretária executiva das Jornadas, Gilberta Soares, solicitou à coordenadora dos trabalhos da CT um espaço para a apresentação de uma pré-proposta de lei discutida pelas Jornadas com um grupo de especialistas.

Sexta Reunião (2 de junho) – esta reunião estava marcada inicialmente para definir a agenda de trabalhos futura, mas, aceita a solicitação feita pelas Jornadas, foi apresentada pela advogada Virgínia Feix, coordenadora da organização Themis do Rio Grande do Sul e integrante da coordenação política das Jornadas, a pré-proposta citada, o que contribuiu para definir a agenda de trabalho posterior.

Sétima Reunião (7 de junho) – debate da pré-proposta com apresentação de questionamentos, discordâncias, novas contribuições e consensos. Os principais pontos em questionamento foram: contraposição do direito da mãe ao do feto;

legalizar o aborto ou descriminalizar o aborto; aborto ou interrupção da gravidez; limite do aborto por estupro a vinte semanas; qual profissional de saúde poderá realizar um aborto; exigência de autorização de representante legal para meninas de quatorze anos; se o acompanhamento psicológico para a mulher que fez aborto precisaria estar explicitado no PL e como; quem define o que é risco psíquico; como compatibilizar o tempo para cada situação – doze semanas de gravidez, vinte semanas para casos de violência sexual; a qualquer tempo para risco de vida da mãe e má formação fetal, havendo debate sobre outras formas de má formação também incompatíveis com a vida; objeção de consciência de médico⁴³; vácuo legal – como ficariam os casos de abortos que não estão na Lei e os que estão na Lei, mas continuam clandestinos?

Essas dúvidas e questionamentos também estiveram presentes em debates anteriores quando se procurou pensar em uma legislação para o tema e eram semelhantes às que surgiram quando uma Comissão Jurídica constituída pelas Jornadas, que trabalhou paralelamente à CT, debateu entre feministas, juristas e médicos⁴⁴ a pré-proposta a orientar a participação de feministas na CT.

Oitava Reunião (21 de junho) – dois médicos integrantes de sociedades científicas e da CT apresentaram um amplo painel sobre os procedimentos de abortamento. Nesta data, também se constituiu um grupo de redação, dirigido pela coordenadora da CT e composto por representantes do Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH) e Rede Saúde.

Nona Reunião (7 de julho) – apresentação e debate da minuta. No período de 8 a 31 de julho, o grupo de redação trabalhou junto à assessoria da CT para elaborar nova redação de acordo com as proposições apresentadas.

Décima Reunião (1 de agosto) – análise, aprovação final e debate sobre estratégias de encaminhamento da proposta. É importante registrar que se

⁴³ Este foi um tema sobre o qual não houve consenso nos debates realizados anteriormente entre as organizações feministas.

⁴⁴ Coordenada por Virgínia Feix (da organização THEMIS de Porto Alegre), Miriam Ventura, Leila Linhares e Samantha Buglione (advogadas feministas), Paulo Leivas, Daniel Sarmiento e Roger Rios (Juristas) contou com outros apoios a exemplo do especialista em medicina fetal do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Dr. José Antonio Guimarães, à medida que novas questões iam surgindo e necessitavam de informações mais técnicas para suas definições.

reconheceu a dificuldade de aprovar o texto dentro do Congresso Nacional, dada a sua composição naquele momento.

Consolidado um resultado final⁴⁵, o grupo acordou pelo encaminhamento do seu produto ao Poder Legislativo. Os trabalhos da Tripartite foram entregues à Ministra da SPM, Nilcéia Freire, a quem coube, em diálogo com a Presidência da República, definir a forma de encaminhamento ao Congresso Nacional. Contactada anteriormente, a deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) se propôs a recebê-lo como um novo substitutivo a projetos de mesmo teor por ela relatados, alguns dos quais tratavam, inclusive, de conteúdos presentes na nova proposta. A entrega ao legislativo foi, no entanto, adiada duas vezes.

A conjuntura do país desde o início dos trabalhos da CT até aquele momento havia mudado de forma radical. O governo estava envolvido em uma série de denúncias de compra de votos de parlamentares, o que ficou conhecido na época como “escândalo do mensalão”. Logo, a correlação de forças não era favorável à apresentação da proposta pelo governo, que estava diante da sua primeira crise de legitimidade. Além disto, continuavam as pressões da CNBB e havia que lidar com a perspectiva de confronto com as bancadas religiosas dentro do Congresso Nacional. Diante deste impasse as feministas e os defensores da proposta do campo médico e biomédico, parteiras, movimentos de jovens e integrantes dos movimentos gay e lésbico decidiram que, caso não fosse realizada a entrega oficial, iriam preparar uma entrega da proposta construída pelas Jornadas, a partir da sociedade civil⁴⁶.

2.5.5.2 Os Debates no Congresso Nacional

A pesquisadora Maria Isabel Baltar da Rocha, que se dedicou a estudar os projetos de lei sobre o aborto, divide o debate na casa legislativa em cinco etapas:

⁴⁵ A proposta de PL elaborada pela CT pode ser conferida entre os anexos deste trabalho.

⁴⁶ Estas informações e as que se seguem sobre os debates da proposta no CN foram retiradas do Boletim para Início de Conversa N 12 de 14 de fevereiro de 2006. O boletim era uma produção da Jornadas com o objetivo de socializar internamente os debates sobre o tema e ações das Jornadas; Utilizei também as informações sobre a tramitação do PL 1135/1991 disponíveis pelo endereço: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16299>

1. fase inicial, abrangendo o período correspondente o fim da década de 1940 até o começo da década de 1970, com debate ainda incipiente, mas que se inicia buscando suprimir os dois permissivos do Código Penal, com a reabertura do Congresso depois do Estado Novo; 2. fase de aquecimento, abrangendo o período do começo da década de 1970 ao começo da década de 1980, com uma participação ainda restrita dos atores políticos e sociais; 3. fase de intensificação, correspondente a grande parte da década de 1980, com a participação mais ampla daqueles atores, inclusive no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte; 4. fase de maior intensificação, abrangendo as duas legislaturas da década de 1990, com várias iniciativas de parlamentares identificados com as idéias do movimento feminista, bem como algumas iniciativas e muitas contestações de congressistas vinculados a grupos religiosos; 5. fase correspondente ao fim dos anos 1990 e aos primeiros anos da atual década, em que se encontra consolidado um debate parlamentar com tendências claramente opostas. (ROCHA, 2009, p. 167-168).

Será no processo de conformação do que Baltar delimita como a quinta fase que iremos nos deparar. Após um período de negociações e pressão realizadas por defensores/as do pré-projeto da CT, a data de sua entrega ao Congresso Nacional (CN) fora finalmente marcada. No dia 27 de setembro, véspera do “Dia Latino Americano e do Caribe de Luta pela Legalização do Aborto”, foi realizada uma audiência da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aproveitada para esta finalidade. A ministra da SPM, Nilcéia Freire, contando com o apoio da Secretaria da Casa Civil (Dilma Rousseff) e da Secretaria de Relações Institucionais (Jacques Wagner), foi recebida pelo Presidente Lula neste mesmo dia, antes de se dirigir ao Congresso. As expectativas, ao final dos trabalhos da CT, eram de que o próprio Presidente da República entregasse a proposta ao Presidente da Câmara. Mas, dois meses depois, foi a Ministra, visivelmente tensa e constrangida – e chegando bastante depois do esperado, quando já se cogitava a sua não vinda à audiência – que fez a entrega ao Presidente da CSSF, Benedito Dias (PP/AC), que imediatamente a repassou para a Deputada Jandira Feghali. Médica, Feghali sempre teve um posicionamento favorável à legalização do aborto, era uma aliada dos movimentos de mulheres e já havia relatado outras propostas semelhantes, a exemplo do PL 1135/91 ao qual a contribuição da Tripartite foi posteriormente incorporada, dando-lhe uma nova redação. Foi, portanto, como PL 1135/91 que o resultado da Tripartite tramitou no Parlamento.

Naquele dia a sala estava repleta de militantes a favor, mas também daqueles contrários à legalização. No seu discurso, breve, a Ministra fez a ressalva

sobre a falta de consenso acerca do projeto na CT. Foi muito aplaudida pela sua coragem e compromisso em chegar até o final do processo, ainda que este não tenha correspondido à forma idealizada pela militância pró-legalização. As feministas entoaram, então, emocionadas, o Hino Nacional. O governo federal considerou cumprido o seu compromisso no dia 27 de setembro e não mais fez qualquer gestão significativa em relação à proposta acolhida e encaminhada pela Deputada do PCdoB.

Paralelamente a esses acontecimentos, por iniciativa e liderança do deputado Luiz Bassuma (PT/BA), formava-se uma Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o Aborto. Durante o curto período em que o PL 1135/91 esteve em discussão, estiveram presentes nas audiências defensores/as da proposta e dos setores contrários a ela convocados por esta Frente. Foram momentos de grande tensão.

Vinte e dois dias após a entrega, no dia 19 de outubro, a sua nova versão foi colocada em pauta na CCF. Quarenta deputados (vinte e quatro titulares e dezesseis suplentes) assinaram presença, nove foram as ausências. A Frente liderada pelo Deputado Bassuma apresentou um requerimento para que a proposta fosse retirada da pauta sem que fosse feita a apresentação do texto. A leitura, no entanto, foi garantida a partir do pedido de vistas de oito parlamentares. Conflitos e polêmicas instalados, o Presidente da Comissão marcou para 22 de novembro uma audiência pública para a apresentação de posicionamentos de defesa e contrários ao PL.

Na data marcada, por solicitação da Deputada Angela Guadagnin (PT/SP, fora integrante da CT), a audiência foi iniciada com a apresentação do vídeo “Grito silencioso”⁴⁷, definindo no início uma desigual correlação de forças que caracterizou o dia de debates que seguiu com a apresentação dos posicionamentos contrários ao PL: Cláudio Lemos Fonteles, Subprocurador da República; Ives Gandra da Silva Martins, jurista; Lilian Piñero Marcolin Eça, pesquisadora; Paulo Silveira Martins Leão Júnior, Juiz, Presidente da União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro. Diante da apresentação do vídeo, a deputada Jandira negociou mais uma fala para o setor defensor do PL 1135/91, que se apresentou na parte da tarde. Foram

⁴⁷ Trata-se de um vídeo produzido nos EUA, aparentemente na década de 70, contrário ao aborto, que apresenta imagens de fetos sendo destroçados e que tem sido utilizado como material de campanha em escolas, igrejas, etc. Pode ser assistido em: <www.youtube.com/watch?v=XjUGoSr4MWE>.

ouvidas/os: Angela Freitas, coordenadora de comunicação das Jornadas; Maria José Rosado-Nunes, socióloga, coordenadora da CCD-Brasil; Miriam Ventura, advogada especialista em Direitos Reprodutivos; Roberto Ariada Lorea, juiz, Vice-diretor do Departamento de Cidadania e Direitos Humanos da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul; Thomaz Rafael Gollop, diretor do Instituto de Medicina Fetal de São Paulo, que representou a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na CT. Nas palavras de Angela Freitas⁴⁸

[...] foram momentos difíceis e muito tensos. Ofereceu um claro panorama do fanático lobby a ser enfrentado. [...] em todas as sessões onde o PL 1135 esteve em pauta, até o final do ano legislativo de 2005, foi crescente a presença de grupos religiosos – Opus Dei, Monfort e outros – introduzindo na Câmara um cenário digno da Idade Média: religiosos com batina que rezavam o terço, homens e mulheres exibindo bebês e crianças pelo cenário claramente inóspito, em flagrante agressão ao Estatuto da Criança e do Adolescente, exibição constante de protótipos de fetos em vidros com água turva, imitando o líquido amniótico, ou cartazes com fotos apelativas de fetos mortos. Rezas, cantos religiosos e populares, exorcismos, agressões e uma ostensiva documentação em foto e vídeo de tudo o que se passava.

O médico Thomaz Gollop afirmou: “não se tratou de debate e sim de saber quem faz mais barulho. [Havia um] despreparo da maioria dos parlamentares presentes [...] e não houve muita polêmica. [Os discursos] versavam sobre polos opostos de uma mesma questão”. O Juiz Lorea avaliou que “à tarde perdeu-se o sentido da Audiência, quando os palestrantes [a favor da liberalização da Lei] sequer conseguiam expor as suas idéias”.

Esses relatos são demonstrativos da dificuldade em se estabelecer um diálogo entre posições radicalmente divergentes, função proposta para as audiências públicas, quando se tem os religiosos conservadores como interlocutores. Aqui não está colocada a possibilidade de se estabelecer distinções de uma maneira compatível com a democracia pluralista (MOUFFE, 1999, p. 270), que “supõe que o opositor já não seja considerado como um inimigo a quem há que destruir, mas como um adversário cuja posição seja reconhecida como legítima, trata-se da prática de transformar o antagonismo em agonismo”. Trata-se de vencer e aniquilar. O que se colocou para uma das partes foi a total impossibilidade para a

⁴⁸ Boletim Para Início de Conversa n° 12. Idem para as duas citações posteriores.

interrupção de uma gravidez não planejada e indesejada, mesmo que ela fosse um fato corrente, que a criminalização não conseguiu limitar sua realização.

Não só os contrários estavam organizados. As feministas, articuladas em torno às Jornadas, também estiveram presentes a essas audiências. Sem a mesma visibilidade, ainda que se vestissem de lilás e utilizassem outros símbolos em defesa da legalização. Geralmente, estavam em menor número e não faziam uso da agressão como forma de apresentar e impor o seu posicionamento. Dentro das disponibilidades de recursos para chegar ao Distrito Federal para as audiências, nem sempre marcadas com antecedência, se reuniam no dia anterior para traçar seus repertórios. Nesses encontros prévios se programavam visitas a parlamentares para solicitar apoio e as suas presenças nas reuniões das Comissões além de encontros com integrantes do governo. As brasileiras mobilizavam a mídia para coletivas de imprensa. A presença feminista era articulada com dificuldades, mas também com objetivos bem traçados. Não alcançaram, todavia, resultados mais efetivos. A cada dia, a presença dos conservadores e a reticência dos parlamentares as foram deixando mais solitárias e recuadas.

Após a audiência pública, ainda em 2005, o PL nº 1135/91 esteve em pauta por mais quatro sessões. Em 30 de novembro, parlamentares apresentaram possibilidade de voto a favor, diante de algumas alterações, o que foi acatado pela relatora. A votação adiada para o dia 2 de dezembro, período necessário para novas negociações, foi cancelada na data por falta de quorum. Essa falta de quorum também impossibilitou a votação em 6 de dezembro, quando foi discutido um PL com versão alterada, a partir das novas negociações para apoio. Angela Freitas (2005) nos conta que um deputado, médico, propôs uma versão que descriminalizasse as mulheres, mantendo a criminalização de médicos que praticam aborto. As feministas presentes não concordaram. Como garantir a prática se ela não poderia ser realizada por profissionais? Como criminalizar aqueles que deveriam ser considerados parceiros? Diante da tensão e da restrita margem para negociação existente, foi feito um acordo final em torno a uma proposta que tratasse apenas da descriminalização. O encaminhamento acordado era de que, no intervalo de duas sessões, o PL fosse votado, antes do encerramento do ano legislativo de 2005, o que não aconteceu.

O ano de 2006 foi um ano eleitoral e qualquer debate em torno a este tema era considerado “terreno minado” para aqueles que pleiteavam uma

candidatura. Ainda que houvesse movimentações do projeto na CSSF, foi como se ele tivesse saído de pauta, mesmo dentro da possibilidade restrita a que tinha se conformado. Para as feministas, fragilizadas, não era mais um PL que valesse a pena defender veementemente e não havia um contexto com correlação de forças que garantisse igualdade de condições nessa defesa.

Em 2007, uma nova legislatura tomou posse. Feghali teve a sua candidatura ao senado, pelo Rio de Janeiro, derrotada. As pesquisas indicavam sua eleição, mas se credita a derrota a uma campanha feita pelas igrejas. Eleito deputado por São Paulo, José Genoíno (PT), também um antigo defensor da legalização do aborto e aliado aos movimentos de mulheres, se propôs a resgatar e relatar o PL 1135/91. As feministas, diante do quadro desfavorável ao debate sobre o aborto no CN ampliando-se a cada nova legislatura, ponderaram que a proposta não fosse levada adiante, temendo mais uma derrota. Constatavam a forma praticamente isolada em que se encontravam para sustentar esta defesa. Por outro lado, houve um aumento na apresentação de projetos contrários ao aborto, que tentavam até mesmo restringir as possibilidades existentes legalmente, como é o caso daqueles que procuram mudar o texto constitucional correlacionando o início da vida com a concepção ou de instituição de um dia daquele por nascer, o nascituro.

Para Maria Betânia Ávila,

Os movimentos sociais representam forças políticas, mas frente ao poder econômico e ao poder das igrejas cristãs há evidentemente uma correlação de forças muito desfavorável. Quando a conquista dos mandatos eleitorais não era definida como principal objetivo, o movimento feminista já teve partidos aliados no enfrentamento com os setores patriarcais conservadores. Hoje, quando a questão do poder está colocada como algo a ser conquistado a qualquer custo, isto é, se desfazendo de compromissos históricos e princípios éticos, as alianças se tornaram escassas e personalizadas (2006, p. 28).

Os fatos relatados sobre o PL 1135/91 confirmam suas observações. Cabe analisar estes acontecimentos à luz do que Tilly (2007) verificou sobre as ondas de democratização e as de “desdemocratização”, estudando diversos países. Ele afirma que, em geral, ondas de “desdemocratização” acontecem de forma muito mais rápida que as de democratização. As elites poderosas e privilegiadas e as hierarquias religiosas, que se encontram dentre estas elites ou muito próximas a

elas, dispõem de meios e formas de incentivo com maior força para subverter acordos democráticos que sejam contrários aos seus interesses. Segundo este autor, “aqueles que já são ricos e poderosos podem retirar ou aproximar mais facilmente suas redes de confiança das políticas públicas, instaurar desigualdades e criar centros de poder autônomo”, o que aumenta a sua capacidade de coerção. As igrejas, por sua vez, manejam bem este poder através dos meios de comunicação e dos púlpitos.

Com a derrocada do regime militar, a promulgação da Constituinte e, posteriormente, a possibilidade de uma mudança nas elites que ocupavam cargos de poder, quando um operário, sindicalista, representante de um partido que se constituiu a partir do esforço dos sindicatos e movimentos sociais, chegou à presidência da república, abriu-se uma “janela” que se apresentou como a brecha a ser forçada para ampliar o debate sobre cidadania e autonomia das mulheres de forma mais radical. Era ao que se propunham feministas com a defesa da legalização do aborto. No entanto, os anos que antecederam estes eventos foram de muito trabalho gradualmente direcionado que foi revertido rapidamente. A desdemocratização está sendo compreendida aqui como consequência de rompimento num processo de consulta mutuamente vinculante, aonde a desigualdade social e política dos atores envolvidos definiu e redirecionou a ação das instituições governamentais. O déficit democrático brasileiro, ou as restrições à democracia eram, afinal, muito mais poderosos do que se ousou querer.

A II Conferência, como veremos, vai confirmar o que ficara sinalizado ao final dos trabalhos da Tripartite.

2.5.6 A II CNPM e o II PNPM

O Papa visitou o Brasil em meados de 2007, ano de realização da II Conferência. As feministas não chegaram à etapa nacional, realizada em agosto, com o mesmo ânimo e articulação com que se mobilizaram para a I CNPM. Um fator considerado positivo é que crescera, desde a criação da SPM, o número de organismos de políticas para as mulheres e com eles a difusão do interesse em participar dos debates sobre a definição de políticas.

Muitas militantes haviam se tornado gestoras. A necessidade de não serem identificadas aos movimentos, no entanto, fez com que algumas utilizassem a

estratégia de desqualificação destes como forma de diluir as suas cobranças e pressões. Era também uma forma de demarcar que naquele lugar não estariam governando apenas para os movimentos, mas para todas as mulheres. Este tipo de postura tensionou bastante alguns processos de construção das conferências nos estados. O embate, principalmente entre feministas que estavam atuando no governo e as dos movimentos, foi também significativo em relação ao tema do aborto. Havia uma orientação governamental, reafirmada permanentemente, de que não seria possível fazer nada a mais do que o que já estava previsto no Código Penal de 1940. Que cabia ao Legislativo, e não ao Executivo, mudanças desta ordem. E esta foi a postura oficial predominante.

A II CNPM, no seu evento final, contou com a participação de duas mil e oitocentas delegadas. Os painéis estiveram voltados para o debate sobre a participação das mulheres em espaços de poder. O tema da violência contra as mulheres também esteve em foco, já que em 2006 o governo promulgara a Lei Maria da Penha e na abertura da conferência foi anunciado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Para a defesa do texto sobre o aborto, ainda que a proposição apresentada tenha sido aprovada, não foram organizadas ações preparatórias, a exemplo do que fora feito pelas Jornadas para a I CNPM. Um dos objetivos centrais da II CNPM era promover uma avaliação da implementação do I PNPM. O caminho frustrado percorrido pelo PL da CT no Congresso ainda estava muito presente na memória de todas.

Todas as demandas relacionadas podem ser consultadas nos Anais da Conferência, aonde os itens aprovados são encontrados na íntegra e podem ser comparados ao que foi assumido como política a ser implementada. Entre os seus eixos temáticos, o terceiro, intitulado “saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, autonomia das mulheres sobre o seu corpo com respeito às suas diversidades e especificidades” apontava entre as prioridades:

(3.3) Promover a atenção obstétrica, qualificada e humanizada, para mulheres e adolescentes, inclusive a assistência às complicações do abortamento em condições inseguras e a realização do aborto legal, visando reduzir a mortalidade materna, especialmente entre as mulheres negras, assim como entre as indígenas, mulheres com deficiência e outras minorias; e (3.6) Eliminar legislação punitiva do aborto e garantir a assistência das mulheres que optem e necessitem

interromper a gravidez como parte das ações do SUS (SNPM, 2013, p. 92-93).

Seguindo nos Anais, o eixo 4, que se refere ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher, como prioridade 4.5 propunha expandir a criação dos serviços de aborto legal (SNPM, 2013, p. 94).

O segundo plano foi apresentado no ano de 2008, com previsão para ser realizado até 2011. Ele não incorporou a proposta sobre o aborto aprovada na plenária final. Estas demandas estarão incluídas no II Plano da seguinte forma: na apresentação, reconhece-se a questão do abortamento como um grave problema de saúde pública (BRASIL, 2008, p. 72) e os principais problemas que a situação de clandestinidade acarreta; apresenta os dados para a realização de abortos legais, em 2006; e finaliza com a observação de uma tendência a uma estabilização das curetagens pós-aborto no SUS, creditando este fato a uma ampliação do uso de métodos contraceptivos.

Objetivos (geral e específicos) e metas se referem à saúde integral das mulheres, em todas as fases de suas vidas, e afirmam considerar todas as suas especificidades. No que trata declaradamente da questão do aborto, ainda que outros itens estejam relacionados, como aqueles que se referem à contracepção e à mortalidade materna, vamos encontrar entre as metas: “k – apoiar a organização de um centro colaborador por região para a humanização da atenção ao parto, ao abortamento e às urgências e emergências obstétricas”, e dentre as prioridades: a de número 3.4 do capítulo III, que trata da “saúde das mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos”, especifica “promover a assistência obstétrica qualificada e humanizada, especialmente entre as mulheres negras e indígenas, incluindo a atenção ao abortamento inseguro, de forma a reduzir a mortalidade materna” (BRASIL, 2008, p. 80-81).

Nos Anais, a prioridade de número 3.6.1 afirmava que

o Poder Executivo deve encaminhar um projeto de lei ao Congresso Nacional com a proposta da Comissão Tripartite, que prevê a realização do aborto até 12 semanas, por decisão da mulher e até 20 semanas se a gravidez resulta de violência sexual (SNPM, 2013, p. 93).

Que se traduziu de forma genérica no item 3.10 do II PNPM no compromisso de “propor alterações de legislação com a finalidade de ampliar a

garantia do direito à saúde, contemplando os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o fortalecimento do SUS” (BRASIL, 2008, p. 80-81).

Às prioridades do Plano de Políticas acima citadas correspondem ações, um órgão responsável, a destinação de recursos financeiros no Plano Plurianual (PPA), o prazo para a realização, o produto esperado e os parceiros. Neste aspecto, o II Plano trouxe mais detalhamentos que o primeiro. Para a prioridade 3.4 estão previstos: revisão de manuais técnicos, apoio na identificação e formação de profissionais e outros apoios técnicos e financeiros para a organização dos serviços de aborto previsto em lei e inseguro. A ação relacionada ao item 3.10 fica orientada à articulação com outros poderes e movimentos para elaboração ou revisão de leis.

O que acabou sendo registrado no Plano, conforme demonstrado, corresponde ao que seria possível implementar pela SPM. Uma diluição do que foi aprovado na plenária final, o que os movimentos almejavam ver concretizado. Sabia-se, diante dos anúncios que antecederam à II CNPM, das impossibilidades para que estas propostas fossem acatadas integralmente naquele contexto. Manter as demandas entre as aprovações foi uma vitória política importante. Mas, o que se consolidou no Plano significava uma regressão não só em relação ao I PNPM, como devolvia as políticas à década de 90, quando apenas a instalação de serviços de aborto legal foi possível, não sem muitos limites e percalços. No futuro, mesmo que o compromisso com a ampliação destes espaços de acolhimento e atendimento estejam afirmados no II PNPM, vai-se verificar que a regressão foi mais significativa do que o que se alcançara na década anterior.

2.5.7 Um Permissivo para a Anencefalia⁴⁹

Em 17 de junho de 2004, foi dada entrada, no Supremo Tribunal Federal (STF) de um pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde (CNTS)⁵⁰, por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

⁴⁹ Má formação fetal incompatível com a vida. O feto não apresenta os hemisférios cerebrais e, se não morre antes de nascer, durante a gravidez, isto acontece pouco depois do nascimento. É possível detectar esta deformação através de ultrassonografia ou exame de ressonância magnética.

⁵⁰ Reúne mais de um milhão de profissionais da área médica no país. Foi criada em 21 de dezembro de 1991, tem entre seus objetivos representar e defender interesses dos trabalhadores da saúde (www.cnts.org.br).

(ADPF)⁵¹, para que a Suprema Corte julgasse se uma mulher com gravidez de feto anencéfalo poderia, caso fosse este o seu desejo, realizar a interrupção desta gravidez. A solicitação para realizar este procedimento era, até então, feita aos tribunais de primeiras instâncias, já existindo jurisprudência sobre o assunto. Ficava a cargo de cada juiz liberar ou não a autorização, o que, muitas vezes, acontecia quando a gravidez tinha ido a termo e se perdera o objeto da ação, visto que o feto nascera morto ou morrera ao nascer. A imposição às mulheres e casais, de levar a gravidez adiante, foi muitas vezes vivenciada como sofrimento e tortura e vários foram os relatos que vieram à tona desde que este problema foi explicitado. É importante registrar que a instalação dos serviços de aborto legal no país contribuiu para dar visibilidade a este problema, já que, normalmente, com a autorização judicial em mãos se recorria a profissionais destes serviços para a suspensão.

Imediatamente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) solicitou ser parte no processo como *Amicus Curiae*⁵². A CNBB usou de todos os meios para se posicionar contra a aprovação da ADPF. O Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS), uma organização feminista sediada em Brasília, fez também solicitação de posicionamento formal, neste caso, favorável. Ambas as demandas, consideradas ideológicas, foram recusadas como demonstração da objetividade e imparcialidade do STF.

A ANIS esteve à frente de todo este processo como articuladora, junto à CNTS, que estava representada pelo advogado Luís Roberto Barroso, professor de Direito Constitucional. Realizaram-se caravanas de debates sobre o tema em vários Estados, doze em um mês, para esclarecer do que se tratava e para possibilitar reflexões a respeito com maior informação.

Cumprindo o protocolo que cabia para estas situações foi concedida a liminar favorável à ADPF da CNTS, conforme Débora Diniz e Diulas Costa Ribeiro relatam:

⁵¹ Apenas algumas pessoas podem apresentar: o Presidente da República, da Câmara dos Deputados, do Senado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e algumas entidades representativas de classe.

⁵² Cria a possibilidade de manifestação de terceiros, que não são parte de um processo judicial, serem informantes do mesmo. O termo significa “amigos da corte” e é possibilitado através da Lei nº 9.868/99, art. 6º, §1.

[...] apesar de ter ido duas vezes ao plenário para votação antes do recesso, não houve tempo hábil para a sua apreciação. Por uma exigência regimental, o relator do processo, Ministro Marco Aurélio Mello, decidiu solitariamente pela concessão da liminar. (DINIZ; RIBEIRO, 2004, p. 10).

Todo o processo que envolveu a liminar, concedida em 1 de julho do mesmo ano, contou com grande cobertura da mídia e, em consequência disto, levou a um grande debate na sociedade. A medida aprovada pelo Ministro Marco Aurélio Mello passou a ter validade imediata, assumida em nota divulgada pelo Ministério da Saúde; mas, ela era de caráter provisório e dependia de que o plenário do Supremo, composto por onze ministros, julgasse o mérito da ação.

Diante da discussão instalada na sociedade e da pressão por parte da CNBB, o STF convocou, no primeiro de outubro, utilizando pela primeira vez este tipo de instrumento, uma audiência pública. No dia 5, o Procurador Geral da República requereu ao STF discutir sobre a adequação de uma ADPF ser apresentada pela CNTS. Requerimento acatado, a possibilidade de audiência foi adiada.

Em 20 de outubro, a liminar foi cassada no STF, por 7 votos a 4, em um debate centrado na atitude do Ministro Marco Aurélio, que havia decidido isoladamente sobre tema considerado de extrema relevância. A expectativa de avaliação da ADPF pelo pleno, no entanto, ficaria no aguardo de um momento propício para a apresentação dos votos/apreciação dos juízes. Só em 2008, a proposição para a realização de audiência se concretizou. Em 2012, o STF julgou e aprovou a ADPF, abrindo mais um permissivo para a interrupção de gravidez, aos já existentes no Código Penal de 1940.

Que pese uma posição de segmentos do movimento inicialmente contrária à iniciativa da ANIS e CNTS, as Jornadas mobilizaram feministas durante todos estes acontecimentos. Tanto no que se referia a participar da audiência como para articular visitas aos juízes em defesa da ADPF. A sua aprovação foi comemorada.

Como se pode observar, o período de 2004 a 2012 foi o tempo necessário para que o debate pudesse ser amadurecido na sociedade brasileira e para que, ao ser aprovada, esta medida fosse entendida como pertinente e necessária, ainda que a reação em contrário, por parte da CNBB e de igrejas evangélicas, tenha se mantido.

No capítulo que se segue se abrirão novas perspectivas e interpretações sobre os temas aqui abordados.

3 “NÓS SOMOS TRIBUTÁRIAS DE NÓS MESMAS”

Nos dois capítulos que se seguem serão trabalhados os acontecimentos relatados no Capítulo 1 a partir do diálogo feito com integrantes dos movimentos feministas que neles atuaram e/ou que se dedicam a refletir e produzir análises sobre os mesmos. O intenção foi a de aprofundar os sentidos dos fatos destacados, trazendo vários olhares que se conformam num feixe perspectivo que permite ampliar a leitura sobre o apresentado.

3.1 OS PARTIDOS NA RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

Dentre essas informantes, é importante destacar, poucas eram aquelas filiadas a partidos políticos, em geral PT ou PCdoB. Outras demonstraram simpatia partidária, de forma bastante crítica, registre-se. Houve também aquelas que se afirmaram feministas autônomas. Alguns depoimentos se referem a uma antiga militância partidária, que foi abandonada diante da dificuldade de espaço para os questionamentos e proposições que eram apresentados pelas feministas:

– Na militância, o tema do aborto vai entrar na minha vida em 86, quando a gente estava se preparando para a Assembleia Nacional Constituinte, discutindo o que seria a agenda para a Assembleia, como é que seriam as candidaturas. Nessa época, eu fazia parte do Partido dos Trabalhadores e já tinha me formado há três anos. Tinha saído do movimento estudantil... quer dizer, no momento em que a sociedade ainda tinha um nível de organização. Em Brasília, em particular, muito baixo, né? A gente tinha algumas organizações para enfrentar a ditadura, que era a turma que lutava para a anistia. Eu fiz parte dos Comitês de Anistia. E mesmo o partido era um lugar importante de organização da militância. Então, eu fazia parte do Partido dos Trabalhadores e a gente estava discutindo, no âmbito do Partido, como nos organizarmos. E nesse momento começa uma discussão difícil sobre a questão do aborto. Sobre a agenda feminista de uma maneira em geral: aí era aborto, licença paternidade, ampliação da licença maternidade... é toda uma agenda que as mulheres traziam para o Partido. E aí, em especial, algumas mulheres que naquele momento militavam no Fórum de Mulheres do DF, que tinha sido recém-criado, trazem essa questão do Partido. E eu, porque eu me engajo muito nessa coisa que é feminista... Essas que militavam no Fórum de Mulheres do DF insistiram

muito para eu ir para o Fórum e participar mais do Fórum e tal e eu decido fazer isso. Então, desde 85/86 que eu me engajei nisso e, também, por esse mesmo motivo que... por essa agenda das mulheres, digamos, e as dificuldades delas no processo eleitoral é que eu decidi também sair do Partido. Quando vêm as eleições eu já estava fora do Partido dos Trabalhadores, porque era um processo insuportável de discussão a esse respeito. Foi muito frustrante ver como a questão das eleições, como se eleger era mais importante do que atender determinadas demandas que estavam na militância do Partido (Ivana).

Mas esta não era uma realidade apenas do PT; em outros partidos, também considerados do campo de esquerda àquela época, se encontrava dificuldade para estes debates, como relata Roberta:

– Teve o ano internacional da mulher, em 1975, e, em 1978, teve o Congresso da Mulher Paulista que eu participei representando o Sindicato dos Têxteis e tive contato com muitas feministas [...] e a gente começou a discutir a criação de uma entidade de mulheres mais emancipacionista, porque, na época, nós éramos ligadas ao PCdoB. Eu fui expulsa em 1987 do PCdoB, exatamente pela questão da ética, dos ideais feministas, enfim... que foram... tiveram muitos enfrentamentos. Fomos expulsas juntas, aliás, eu, a Amelinha Teles e a Terezinha, né... as três “Inhas” (risos). Então, em 1981, nós fundamos a União de Mulheres de São Paulo e eu fui me aproximando cada vez mais da discussão das mulheres. Eu ainda não tinha me descoberto lésbica, apesar de perceber algumas diferenças. Mas, na década de 80, a questão da sexualidade não era tão visível, tão discutida como é hoje. Eu acho que o movimento feminista teve um papel muito importante no debate público sobre a questão da sexualidade, sobre a questão da orientação sexual, na construção de muitos agrupamentos de lésbicas.

Se esses depoimentos nos remetem às primeiras discussões sobre a autonomia de organização das mulheres, eles também confirmam a dificuldade existente dentro dos partidos políticos, mesmo aqueles que se identificavam com o campo mais democrático, para absorverem as pautas trazidas por novos sujeitos políticos. Há que se considerar, conforme palavras de Laila, que:

– A tradição de esquerda do Brasil nunca foi uma tradição aberta para as mulheres, para as questões de gênero. Eu sou feminista lá da década de 70 e, ao mesmo tempo, militante de esquerda e nós sabíamos como a gente era vaiada pela direita e pela esquerda. Era assim: a contradição principal é a luta de classe, no dia

em que a gente resolvesse tudo isso, nós vamos olhar as contradições secundárias. As mulheres estavam num momento de resolver as contradições secundárias, se não fossem as terciárias e por aí abaixo. Na realidade, a esquerda brasileira, ela nunca foi sensível às questões de gênero, essa é que é a verdade. Nunca foi sensível à defesa da diversidade sexual ou à defesa dos direitos das mulheres. Nós não podemos dizer que a ampliação dos direitos das mulheres na Constituinte de 88 foi uma bandeira da esquerda, não! Foi uma bandeira das feministas que trabalharam junto a todos os partidos políticos e conseguimos, no Lobby do Batom, aquelas deputadas de diversos partidos políticos da época, que, então, apoiaram e fizeram um trabalho dentro do Parlamento pra avançar os direitos das mulheres. Mas a gente não pode dizer que foi apenas uma conquista capitaneada pela esquerda. Não! Foi uma conquista capitaneada pelas feministas que tiveram, junto com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, esta possibilidade histórica de ter um Conselho com feministas com poder e com capacidade, com recursos para levar pra Brasília aquelas montanhas de mulheres que iam lá pra discutir tudo, inclusive, pra redigir a Carta das Mulheres à Constituinte.

Voltemos um pouco atrás. Em que pese toda a mobilização da sociedade brasileira e o apoio dos partidos de oposição para que as eleições de 1985 fossem diretas, não se alcançou aprovar o projeto de Emenda Constitucional, de autoria do deputado Dante de Oliveira, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/MT), que restabeleceria o voto direto para a eleição presidencial (SCHMITT, 2000). Coube mais uma vez ao Colégio Eleitoral⁵³ eleger, indiretamente, o primeiro presidente civil após ditadura militar, escolhidos entre os candidatos do Partido Democrático Social (PDS), Paulo Maluf, e do PMDB, Tancredo Neves. Este último contou com o apoio de uma facção do PDS contrária ao nome de Paulo Maluf.

O acordo, que garantiu a vitória do ex-governador de Minas Gerais, ficou conhecido como Aliança Democrática. Tancredo Neves, no entanto, faleceu inesperadamente antes da sua posse e a presidência foi ocupada por José Sarney, o seu vice. Rogério Schmitt afirma que “a transição democrática brasileira acabou, assim, se completando sem nenhuma ruptura das regras do jogo político criadas pelo regime autoritário para se perpetuar no poder” (SCHMITT, 2000, p. 60). A

⁵³ Composto de 686 membros: os 479 deputados federais e 69 senadores em exercício e mais 138 delegados representando os partidos majoritários em cada Assembléia Legislativa estadual (seis delegados por estado).

aliança entre os setores conservadores, de direita, com os de centro e os de centro-esquerda foi o que permitiu a vitória da candidatura do PMDB. Sarney, maranhense, era um antigo aliado dos governos militares, representante das velhas oligarquias políticas. Integrante da Arena e depois do PDS, mudou de partido para compor a chapa que saiu vitoriosa e pela qual ele assumiu a presidência da república.

As alianças que foram feitas não puderam relegar todo o processo de mobilização social que levou a termo o regime de exceção. Um dos primeiros atos do novo governo foi enviar ao Congresso uma Emenda Constitucional (EC) para restabelecer as eleições presidenciais diretas (EC n. 25 de 15.05.85). Coube aos congressistas eleitos em 1986 redigir a nova Carta Constitucional para o país, promulgada em 1988. A partir daí os partidos políticos obtiveram total autonomia para estabelecer suas regras de organização e funcionamento e passaram a ter um novo estatuto: o que antes era considerado uma pessoa jurídica de direito público, passou a ser de direito privado. Surgiram inúmeros partidos, que estavam sujeitos a regras de representatividade nas eleições para serem reconhecidos. Muitos deles, não alcançando o cumprimento das regras, se fundiram, mudaram de nome e/ou foram incorporados por outros, já que não havia mais a necessidade de manutenção de fidelidade partidária. Muitas pessoas também migravam de partido à medida que um deles se tornava vitorioso nas eleições majoritárias⁵⁴.

Pode-se afirmar que a passagem do Estado de Exceção, considerado como um período em que os direitos e garantias constitucionais são suspensos pelas autoridades supremas do país, não será anulada totalmente com a retomada do Estado de Direito, ou seja, do regime democrático. A herança de um estará convivendo de forma ambígua com o outro e influenciará o período que se segue à Ditadura. Isto se fará sentir na forma como as relações entre Parlamento e Executivo se conformarão nos anos subsequentes.

O Quadro 3 demonstra o resultado das eleições que antecederam à de 2002, na qual Lula foi eleito presidente da república. É importante reafirmar que, normalmente, ao final dos mandatos, a filiação dos partidos de sustentação do governo era sempre maior do que aquela que apoiou a candidatura vitoriosa.

⁵⁴ Exemplar é o caso do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), partido que serviu de legenda para Fernando Collor de Mello (1992/1992). De praticamente um partido nanico, no início do seu governo, se tornou um dos maiores partidos com representação parlamentar.

Costuma ser grande o número de políticos eleitos que migram para as legendas majoritárias, reafirmando esta tendência.

Quadro 3 – Eleições presidenciais no período de 1985 a 2007

Período	Presidente eleito	Legenda	Coalizão /Apoio*
1985-1990	José Sarney (MA)	PMDB (se originou do MDB)	PFL
1991-1992	Fernando Collor de Mello (AL)	PR	PST
1992-1994	Itamar Franco (MG)	S/filiação	
1995-1998	Fernando Henrique Cardoso	PSDB (dissidência do MDB)	PFL, PTB
1999-2002	(SP)		PFL, PPB, PTB

* Não foram consideradas as microlegendas

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980 e se constituiu o maior partido de oposição naquele período, nunca tendo integrado qualquer governo a nível nacional. Lula havia sido derrotado em três eleições para a Presidência, até ser, finalmente, eleito em 2002 e, posteriormente, em 2007. Dentre os partidos que apoiaram esta candidatura finalmente vencedora se encontravam o PCdoB, PCB, PSB, Partido Liberal (PL), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Republicano Brasileiro (PRB), na primeira eleição; na segunda a adesão foi do PMDB, Partido Republicano Brasileiro (PRB), PCdoB, PSB, Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Verde (PV), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Social Cristão (PSC), e PN. Neste período, a legenda foi crescendo em representação municipal, estadual e também na Câmara Federal. Segundo Schmitt, que utiliza uma pesquisa realizada pelos cientistas políticos Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi para posicionar ideologicamente os partidos do período pré-eleição de Lula para a Presidência da República:

No bloco de esquerda é possível classificar o PT e o PDT, além de pequenos e micropartidos como o PSB, o PCdoB, o PPS e o PV. Como partidos de centro, há o PSDB e o PMDB. No bloco de direita predominam o PTB, o PFL e o PPB, e também as demais pequenas e micro legendas (PL, PRN, PP, PDC, PSC, PDS, PMN, PRS, PST, PTR, PRONA, PSL, PRP e PMB) (2000, p. 84).

Schmitt, porém, não define o que considera como esquerda, centro ou direita. Existe um senso comum que estabelece estas definições. Para a sociedade

brasileira, de forma geral, a classificação apresentada pelo autor corresponde ao entendimento dos posicionamentos partidários no período antecedente à eleição de Lula para o seu primeiro mandato.

Uma definição “clássica” tendo a situação italiana como contexto foi feita por Norberto Bobbio (1995), que se debruçou sobre vários/as autores/as para resgatar a importância da díade, contrapondo-se àqueles que afirmam a sua perda de sentido após a queda do comunismo real que, para ele, seria o fim apenas de uma esquerda delimitada no tempo, mas não da esquerda em si. O autor afirma que a construção histórica deste antagonismo está para além da contraposição comunismo X capitalismo, podendo esquerda e direita estarem, inclusive, presentes em um ou em outro. Questiona aqueles que relacionam o desaparecimento da distinção ao que chamam de crise das ideologias, defendendo que uma e outra não indicam apenas ideologias e sim,

[...] programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em todas as sociedades (BOBBIO, 1995, p. 33).

Bobbio não vê como possam, simplesmente, ser apagada a distinção e remonta as origens dos dois termos, na Revolução Francesa. Considera que enquanto existirem pessoas movidas por “um profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento perante as iniquidades das sociedades contemporâneas” (1995, p. 24), os ideais que são identificados como de esquerda também persistirão. Reconhece, porém, que “direita e esquerda não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre. Podem designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações” (1995, p. 92), chegando à conclusão, a partir das consultas realizadas, que o critério que é mais frequentemente adotado para fazer a distinção está referenciado “à diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade”⁵⁵ (BOBBIO, 1995, p. 94).

⁵⁵ Bobbio se remete uma resposta de Filipoli numa entrevista, que me parece importante transcrever: “A igualdade é componente da qualidade de vida, assim como uma certa renda, um certo ambiente, certos serviços[...] É a igualdade que torna possível a diversidade, que torna possível a cada um valer como pessoa – mas não é, evidente, aquela abstrata e totalitária idéia de igualdade que significa a eliminação dos não iguais (1995, p. 95, nota de rodapé)”.

Assim como esquerda e direita não podem ser consideradas de forma absoluta, o conceito de igualdade proposto por Bobbio seria relativizado a partir de três variáveis que corresponderiam: aos sujeitos entre os quais repartir bens e ônus; aos bens e ônus a serem repartidos; e aos critérios para definir os itens anteriores (BOBBIO, 1995, p. 96). Essas variáveis nos permitiriam distinguir entre doutrinas mais ou menos igualitárias sendo os igualitários (colocando o feminismo neste campo) aqueles que acreditam que as desigualdades são sociais e que podem ser eliminadas ou corrigidas. Enquanto aqueles que acreditam que elas são naturais, que não podem ser suprimidas, estariam à direita. A esquerda estaria propensa a pensar que o ser humano pode corrigir tanto a natureza quanto a sociedade.

Entendo que é importante resgatar que o feminismo denuncia nos homens, independentemente de serem de esquerda ou direita, a forma como persistem na busca do aprisionamento das mulheres à natureza, simbolicamente reforçado na determinação de que a elas corresponderia um destino “dado” pela maternidade, pela possibilidade de “darem a luz”. Por outro lado, denuncia-se, também, formas de exploração inesgotáveis e de manipulação ilimitada da natureza pelos homens. A natureza e as mulheres, compreendidas como parte desta, estariam, assim, a serviço da capacidade criativa e de transformação cultural restrita aos homens. Nega-se a elas, para se referir a uma construção cultural bastante primitiva, até a transformação de frutos da natureza em alimentos processados. Desconstruir esta dicotomia homem produtor de cultura e civilização e mulher indissociada e submetida à natureza tem sido uma das tarefas a que as feministas se dedicam quando defendem a igualdade na diferença, entre homens e mulheres.

Para Bobbio, questões como a do aborto e outras trazidas pela organização de novos sujeitos sociais não podem ser acomodadas nas categorias tradicionais de esquerda e direita, mas ele vê, na primeira, um favorecimento a este debate reivindicado a partir do feminismo (1995, p. 43). Já na finalização das suas reflexões, ele aproxima o ideal de liberdade ao de igualdade, dizendo que estes devem estar acoplados. Reconhece, ainda, que jamais em toda a história humana as consideradas três principais fontes de desigualdade: classe, raça e sexo, foram tão enfrentadas como na atualidade, e, para ele, um dos sinais mais indicativos de que os seres humanos caminham rumo a sociedades mais igualitárias está no fato de que se está avançando, seja na família como no espaço civil e da política, para a igualdade entre homens e mulheres (BOBBIO, 1995, p. 128).

Se considerarmos o Quadro 4 na sequência, poderemos verificar que, assim como os direitos das mulheres não foram uma bandeira assumida integralmente pela esquerda brasileira, eles também não deixaram de ser de alguma forma reconhecidos ou implementados por ela ou por outros partidos no governo, estes, mais ou menos distanciados dos propósitos esquerdistas ou identificados com a justiça social. A resposta a parte das demandas das mulheres pode ser compreendida no contexto de mobilização da sociedade brasileira, inclusive das feministas, o que, no conjunto, corresponde a um volume maior de pressão para que novas proposições apresentadas por novos sujeitos fossem assimiladas. Fazendo uma leitura a partir de Tarrow, pode-se definir este período como de turbulência e de reorganização aos quais ele denomina ciclos de confronto.

[...] os movimentos que surgem em tais contextos não precisam depender tanto de recursos internos quanto das oportunidades generalizadas em suas sociedades. Além disso, as elites respondem menos a movimentos isolados do que a um contexto geral de confronto com o qual tenham que lidar (TARROW, 2009, p. 25).

Estudos feitos por Tarrow e por Tilly remetem ao fato de que situações políticas em mudança criam incentivos que podem desencadear oportunidades ou restrições para o confronto político e/ou para a ação dos movimentos. A sociedade brasileira vivia, no período pós-ditadura, um contexto de intensa predisposição para as mudanças, de forma generalizada. Eram diversos os setores insurgentes, o que redimensionou também a atuação feminista. Foi neste contexto de confronto que as respostas dadas pelo Estado brasileiro foram se conformando.

No governo Collor de Mello, todos os canais de diálogo com a sociedade civil organizada se retraíram, já que os movimentos sociais de esquerda apoiaram a candidatura do sindicalista Lula e não vislumbravam perspectivas de avanço de diálogo com a proposta vitoriosa. Repudiaram os métodos utilizados para levar à eleição de Collor de Mello e não viram como favorável qualquer forma de aproximação ao seu governo, identificado a um projeto radicalmente neoliberal. A mobilização que gerou o confronto foi para colocar fim ao seu governo, que sofreu acusações de corrupção, entre outras que levaram ao encaminhamento de um processo de impeachment.

No Quadro 4, elaborado a partir das observações feitas pelas entrevistadas, busca-se estabelecer conquistas que estariam mais diretamente

relacionadas aos direitos reprodutivos e ao aborto, no período de retomada dos governos civis. O que emergiu pode demonstrar como as observações feitas por Bobbio sobre a absorção de pautas por esquerdistas ou direitistas, e também por Tarrow e Tilly (2009), encontram correspondência para este caso: as demandas dos movimentos de mulheres e feministas brasileiros foram absorvidas por governos que se estabeleciam de um extremo a outro do campo partidário e ideológico.

No Quadro 4, elaborado a partir das observações feitas pelas entrevistadas, busca-se estabelecer conquistas que estariam mais diretamente relacionadas aos direitos reprodutivos e ao aborto no período de retomada dos governos civis.

Quadro 4 – Conquistas das mulheres por período presidencial

PRESIDENTE	INSTÂNCIAS GOVERNAMENTAIS	CONQUISTAS DAS MULHERES
José Sarney	.CNDM ¹	Direitos Constitucionais; não entra “vida desde a concepção” na nova Constituição
Fernando Collor de Mello	.CNDM ²	–
Itamar Franco	.CNDM	–
Fernando Henrique Cardoso (I mandato)	.CNDM .Área Técnica de Saúde da Mulher (Ministério da Saúde)	Implantação dos Serviços de Aborto Legal; Normas Técnicas; Lei do Planejamento Familiar
Fernando Henrique Cardoso (II mandato)	.CNDM .Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (ligada à Justiça). .Área Técnica de Saúde da Mulher (Ministério da Saúde)	Seguimento. Criação Seguimento
Luís Inácio Lula da Silva (I mandato)	.CNDM .Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (ligada à Presidência da República). .I Conferência / I PNPM .Área Técnica de Saúde da Mulher (Ministério da Saúde)	Seguimento Reafirmação da SPM, com mudança de status político. Implantação dos Serviços de Aborto Legal; Revisão Normas Técnicas; Programa Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Comissão Tripartite
Luís Inácio Lula da Silva (II mandato)	.CNDM .SPM .II Conferência / II PNPM .Área Técnica de Saúde da Mulher	Retração

¹ – Em 1989 o CNDM é modificado: as conselheiras nomeadas não possuíam identidade com o movimento de mulheres. O movimento perde então este canal de diálogo, pressão direta e influência junto ao Executivo; ² – O CNDM perde autonomia administrativa e financeira.

Se considerarmos as referências de Schmitt, os três primeiros presidentes do Quadro 4 estariam identificados à direita. Sarney se filiou ao PMDB apenas para garantir a sua candidatura a vice e, ainda que o seu mandato tenha “herdado” e mantido acordos iniciados por Tancredo Neves durante o processo de transição democrática, Sarney foi sempre identificado com a direita. Sarney, Collor de Mello e Itamar Franco foram identificados com este campo. O governo de Fernando Henrique correspondeu a uma opção mais ao centro, enquanto o governo Lula estaria à esquerda. Isto se levarmos em conta que estes posicionamentos também se estabelecem a partir das comparações que podem ser feitas entre eles, pois as alianças e correlações de força no interior destes governos e na sociedade serão importantes fatores a relativizar estes limites.

Foi no período Collor de Mello e do seu sucessor que os movimentos sociais começaram a se organizar em torno ao ciclo de Conferências das Nações Unidas, que se iniciou em 1992, com a realização da ECO 92⁵⁶, no Brasil. Possivelmente, além do fato de que as Conferências convocavam à mobilização, porque, segundo Ivana “[...] *houve um momento em que a agenda internacional tinha a capacidade de acirrar a agenda nacional*”, também o foi porque, dentro do país, os canais de diálogo e abertura para a implantação de novas políticas estivessem fechados ou limitados. É importante reconhecer que apenas uma parte da militância participou destes debates internacionais, enquanto o ativismo não deixou de acontecer dentro do país.

A postura do governo brasileiro nesses espaços internacionais e a aliança feita com os movimentos feministas contribuiu para importantes avanços, a exemplo do reconhecimento dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos como componentes da agenda dos Direitos Humanos a serem protegidos pela ONU. Ao mesmo tempo, a correlação de forças no confronto entre países, o desproporcional peso dos EUA, aliado do Estado do Vaticano quando se tratava dos temas da sexualidade e da reprodução, levaram a que estes resultados sofressem os limites impostos por aquela conjuntura de negociações. Laura, em sua entrevista, faz uma avaliação da forma ambígua como eles podem ser interpretados:

⁵⁶ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), Cúpula ou Cimeira da Terra, também conhecida como Rio 92, pelo fato de ter sido realizada na Cidade do Rio de Janeiro.

– No ponto de vista internacional se avançou no reconhecimento da ONU, de que era preciso, dentro da discussão de Direitos Reprodutivos, rever a legislação punitiva (do aborto). Ora, rever a legislação punitiva foi tudo de mais avançado que a gente conseguiu nos anos 1990! Para você ver como estava difícil a força do Vaticano lá dentro. Porque, rever a legislação punitiva pode ser: diminuir as penas, atenuar a criminalização e em último dos últimos, legalizar! Mas isso não quer dizer nada. Não quer dizer que vai descriminalizar, por exemplo. Rever a legislação punitiva poder ser apenas atenuar a punição. E o Vaticano também aceitava rever a legislação punitiva porque também poderia ser para penalizar ainda mais. Foi lida como conquista. Com certeza foi conquista do Vaticano também porque também interessava a eles: ao quererem piorar a legislação também estão revendo a legislação punitiva.

As feministas brasileiras irão, no entanto, positivar em favor da luta pela legalização do aborto, itens presentes nos Planos de Ação das Conferências de Cairo e de Beijing, das quais o governo brasileiro é signatário. Ambas as plataformas reconheciam aspectos dos Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos como constitutivos dos Direitos Humanos, e mais especificamente: que homens e mulheres devem poder decidir quando e quantos filhos/as ter; que os abortos realizados em contradição às leis vigentes devem ser realizados, ainda assim, em condições adequadas. Além da conclamação a governantes para revisarem as leis que mantinham medidas punitivas a mulheres que interrompiam uma gravidez indesejada.

Os problemas nacionais quando levados para uma arena de debates internacional, na busca de reconhecimento e fortalecimento da pauta, deveriam se converter em respostas mais concretas a partir da ação local. As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres se mostraram como um momento propício para isto. Este se mostrou um caminho de ampliação das possibilidades de conquistas. Foi uma tática do Movimento, bem sucedida, para avançar na década de noventa, com a qual se conseguiu alguns bloqueios de retrocessos.

Discorrendo, ainda, sobre a abordagem dos Direitos Reprodutivos, vale observar que tratar a mortalidade materna por aborto como uma questão a ser enfrentada pelo Estado brasileiro fez, com que o tema fosse focado como uma questão de saúde pública, principalmente pelas integrantes da Rede Feminista de Saúde, muitas delas profissionais da área, feministas, além das militantes que se

dedicaram a estudar e trabalhar nesta perspectiva, todas elas atuantes na luta pela instalação dos serviços de aborto legal no país, como diz Clara:

– De 83 a 98, 2000, o tema era tratado como uma questão de saúde pública; é o período de formulação do PAISM, das políticas voltadas para a saúde integral das mulheres.

Para aquelas que se fundamentam nessa perspectiva, a defesa do aborto como uma questão de saúde pública remete à necessidade de evitar que as mulheres morram ou sofram sequelas ao decidirem por uma gravidez indesejada, um risco a que estão expostas em função da clandestinidade, já que os procedimentos para a interrupção de uma gravidez, se executados em segurança, podem evitar que isto aconteça. Este aspecto tem sensibilizado a opinião pública, os gestores e a classe médica ou dos profissionais de saúde. Há que se considerar, que eles são e serão fundamentais no momento em que as mulheres recorram ao serviço de saúde com um aborto incompleto ou, em casos de aborto admitidos pela lei, tanto a partir de permissivos quanto na situação de total legalidade, quando esta estiver estabelecida. Serão as pessoas desta área a assumirem um tratamento humanizado ou não, às pacientes. Portanto, é valioso ampliar esta compreensão do direito ao aborto como direito à saúde⁵⁷.

Mas, defender o aborto a partir desse ponto de vista, mesmo quando compreendido como uma questão tática utilizada amplamente por todas as militantes, tem se conformado como um dos limites demarcados pelas feministas que argumentam sobre a necessidade de defender a autonomia das mulheres. Para elas, o aborto como direito deve ser a perspectiva prioritária a ser observada já que às mulheres deve ser dado muito mais do que o direito de não morrer, diante da garantia de uma vida plena. O conflito se torna mais complexo, quando também são abordadas as questões referentes ao poder médico sobre o corpo e a saúde.

[...] para as mulheres, o aborto sempre foi um meio de controlar as suas vidas. No passado, todas as culturas contavam com uma forma de possibilitar o aborto às mulheres, que por diversas razões, não desejavam filhos. No entanto, nos últimos séculos, a sociedade tem tratado de limitar cada vez mais a capacidade das mulheres de controlar a sua capacidade reprodutiva. Por um lado, as políticas de população buscam decidir por elas se devem ter mais ou menos

⁵⁷ O Plano de Ação da Conferência de Cairo (CIPD) no seu parágrafo 8.25 afirma que “nos casos em que o aborto não é contrário à lei, sua prática deve ser realizada em condições adequadas”.

filhos. Por outro lado, a profissão médica tem tentado profissionalizar a saúde reprodutiva, erodindo com isso o papel das parteiras tradicionais e das próprias mulheres no campo da saúde reprodutiva⁵⁸. (KLUGMAN; HLATSHWAYO, 2001, p. XIV).

Esta forma de abordar o tema a partir do direito de decidir, da autonomia sobre o próprio corpo, ainda que esteja mais próxima do que pode ser considerado como princípios feministas, tem possibilitado aos setores contrários ao aborto um argumento mais “apelativo” para uma sociedade patriarcal como a brasileira, que relaciona autonomia a egoísmo e remete a uma imagem sedimentada da mulher como irresponsável e leviana. Fruto de uma construção histórica que destina para elas unicamente o lugar da maternidade e de esteio da família⁵⁹, tratando como “desvio” o que se afasta disto. As feministas que a defendem, porém, compreendem ainda que o discurso não deve se adaptar ou estar circunscrito ao universo de possibilidades dadas e aceitas “pelo outro”, já que isto limita o reconhecimento das mulheres como sujeito.

Assim, subverter a forma como o aborto está simbolizado pode constituir novos caminhos de compreensão, diferentes daqueles que remetem a prática para a clandestinidade, como vem ocorrendo historicamente. Homens (direta ou indiretamente) e mulheres decidem pelo aborto, as mulheres os realizam e a sociedade condescende com esta prática, desde que ela permaneça oculta, silenciada, experimentada na solidão e no abandono da culpa e das consequências possíveis. Significa, também impor uma fala, que é a fala das mulheres, daquelas que precisam recorrer a um aborto, mas, principalmente, daquelas que o defendem como um direito a ser reconhecido, daquelas que falam e visibilizam o problema, transformando numa questão importante para o debate político.

3.2 OS ANOS 2000...

Em um relatório sobre o governo Bush (2001-2004/2005-2008) e suas implicações globais sobre as políticas relacionadas à sexualidade e à reprodução, Françoise Girard (2005) constatou que a reeleição do presidente dos EUA foi menos

⁵⁸ Tradução da autora.

⁵⁹ No livro “Ao Sul do Corpo” a historiadora Mary Del Priore reconstitui, a partir do Brasil Colônia, a construção de um imaginário social que destina às mulheres, para serem reconhecidas, um lugar restrito à família à maternidade.

determinada pelos efeitos da guerra contra o Iraque que pelas questões ditas morais, aquelas que se relacionam à reprodução e à sexualidade. O estudo se dedica prioritariamente à prevenção do HIV/AIDS, mas se refere também ao aborto, objeto deste trabalho, temas que estariam, nesta perspectiva moral, intimamente vinculados, já que o que se busca é a redução da autonomia das pessoas sobre a sua sexualidade e sobre a reprodução.

Esses temas se inter-relacionam, dentro desta visão conservadora⁶⁰, no sentido de que vida sexual e vida reprodutiva não podem ser vistas independentemente uma da outra e menos ainda a possibilidade de que a vida sexual não esteja voltada para a reprodução, o que faz com que a abstinência até o casamento seja defendida como a única possibilidade de evitar a contaminação por qualquer tipo de doença sexualmente transmissível e as relações sexuais como sendo exclusividade daqueles casais heterossexuais que compõem uma família entendida nos moldes tradicionais. Assim, no segundo dia da administração Bush, foi anunciada uma medida chamada de Regra da Mordaza Global:

[...] essa política restringe ONGs estrangeiras que recebem fundos de planejamento familiar da USAID a utilizar recursos próprios ou de outras fontes – e não apenas fundos norte americanos –, para oferecer serviços de aborto legais, ou mesmo oferecer assessorias médica ou referenciar pacientes para serviços de interrupção de gravidez (GIRARD, 2005, p. 37).

Se, por um lado, os caminhos traçados pelas políticas globais têm o poder de influenciar resultados nas Conferências das Nações Unidas, por outro, ainda não impactavam de forma tão intensa no Brasil, talvez porque o país já não recebesse recursos da USAID para atividades nesta área. Sobre isto, avalia Bartira:

– [...] embora nós já tenhamos entrado na década de dois mil com os efeitos da era Bush e de uma redução muito forte nos recursos para a sustentabilidade dos movimentos, o clima internacional não conseguia impactar

⁶⁰ Segundo Karl Manheim (1981), o conservadorismo é o tradicionalismo tornado consciente. O tradicionalismo seria um apego a velhas formas de vida, de forma intuitiva e reativa às possibilidades de mudanças. “O conservadorismo, por sua vez, é uma estrutura mental objetiva, dinâmica e condicionada historicamente. Estrutura objetiva, pois se trata de um modo de pensar e agir que de alguma forma transcende a subjetividade individual, por ser função do desenvolvimento da sociedade” (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 11). O tradicionalista se torna um conservador quando ele se expressa de forma contrária e oposta a uma atitude considerada revolucionária, transformadora.

ainda muito fortemente o que acontecia no movimento de mulheres aqui na América Latina e, em particular, no Brasil, tanto é que do ano 2000 ao ano 2005 é um momento de grande ativismo do movimento de mulheres.

Se o impacto das forças conservadoras ainda não se fazia sentir, já se anunciava. No Brasil, a associação entre Igreja Católica e os governantes existe desde o período colonial, ainda que hoje não sejamos considerados um Estado confessional. A instituição cristã sempre atuou no espaço público, intervindo e/ou pressionando diretamente, mas também como colaboradora, dada sua atuação também nas áreas da saúde, educação e filantropia, campos nos quais permanece até hoje. O debate sobre a laicidade, compreendida como “um regime social de convivência, cujas instituições políticas estão legitimadas principalmente pela soberania popular e (já) não por elementos religiosos” (BLANCARTE, 2008, p. 19), sempre careceu de aprofundamento entre nós.

Se a Igreja Católica esteve presente, desde o início da formação da sociedade brasileira, outras religiões foram ganhando corpo no século XX e pressionando por maior espaço na esfera pública. O crescimento das Igrejas protestantes evangélicas pode ser verificado a partir do acentuado êxodo rural verificado na década de noventa. Enquanto a Igreja Católica se mantinha mais capilarizada no interior do país, protestantes na sua vertente pentecostal⁶¹ reforçaram a sua concentração nos centros urbanos, particularmente nas periferias formadas por estas levas de migrantes.

No início dos anos 2000 já começava a ser perceptível o fim da hegemonia da Igreja Católica no Brasil com um aumento significativo das comunidades evangélicas. Ao contrário da Igreja Católica – que manteve, historicamente, a sua influência no universo partidário e governamental sem assumir cargos diretos – religiosos destas outras vertentes investem declaradamente no universo político partidário. Para eles, a fé, o sucesso financeiro e a capacidade de consumir são considerados como expressão divina e de pertencimento a uma comunidade e o acesso a cargos de poder é um caminho a ser trilhado com este fim.

O avanço e a força crescentes dos neopentecostais observados nas décadas subsequentes e as suas estratégias proselitistas desafiam a Igreja

⁶¹ No início do século XX o pentecostalismo foi fundado nos EUA, chegando logo na década de 1910 às terras brasileiras. Cerca de 40 anos depois, o neopentecostalismo fez um trajeto semelhante: criado também naquele país chega ao Brasil nas décadas de 1950 e 1960, se ampliando consideravelmente nas décadas seguintes.

Católica a uma revisão das suas práticas de aproximação da população, especialmente junto aos segmentos que se encontram na base da pirâmide social. Essa “nova onda” religiosa ganha cada vez mais espaço e tem perfil conservador. Faz submergir a grande força da Teologia da Libertação⁵ que, nas décadas de 60 e 70, havia explicitado sua “opção pelos pobres”, tornando-se um nicho da resistência aos regimes militares na América Latina, ao lado dos movimentos sociais e de setores populares. Ao contrário daquele período, essa nova “Igreja dos debaixo” tem uma inclinação ainda mais conservadora, principalmente porque se contrapõe a uma série de direitos inaugurados pela ação dos movimentos sociais surgidos no período, como os feministas e de gays e lésbicas.

A veemência nos discursos, seu caráter fatalista e a radicalização da intolerância para com aqueles/as que não seguem seus ditames beiram a histeria ao passo que se constituem como características importantes de sua atuação política. Nesse contexto, o repúdio e a crítica aos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos se tornam cabedal social da negociação política para a ampliação de espaços de poder, isto é, direitos reivindicados por movimentos progressistas são instrumentalizados por aqueles que a eles se opõem. Os opositores a esses direitos intervêm nos conflitos que surgem no processo de instituição de novos direitos, ao mesmo tempo em que se apropriam daqueles nos quais não estão diretamente implicados – como, por exemplo, entre progressistas e indecisos - para beneficiarem o seu projeto político-conservador.

Por outro lado, a década de 2000 foi também aquela em que começaram a ser realizados os Fóruns Sociais Mundiais (FSM), encontros periódicos que apresentavam entre seus objetivos possibilitar/facilitar as articulações das diversas pautas dos movimentos sociais globais, em agendas afins ou comuns. Isto fez com que o FSM⁶² fosse um espaço de conflitos e disputas políticas, visto que as antigas questões entre esquerdas e movimentos identificados como minoritários porque culturais, identitários, etc., viessem novamente à tona, de forma hierarquizada.

⁶² O FSM nas suas primeiras versões era realizado na cidade de Porto Alegre, cidade reconhecida na época por ser uma espécie de vitrine da administração petista no Brasil. De alguma forma, ainda que o FSM estivesse definido como um espaço apartidário, ele acabou oferecendo também um “palanque” para o PT e outras lideranças partidárias na América Latina, identificadas como de esquerda e socialistas.

Os movimentos feministas latino-americanos, que participaram e investiram na construção desse novo espaço de diálogo e concertação, desde o I FSM, demarcaram sua posição a partir de uma passeata em defesa do aborto. Mais uma vez, a questão da autonomia das mulheres era colocada como um marco para os diálogos que seriam estabelecidos entre os movimentos sociais, os partidos à esquerda e as feministas. Atividades organizadas nos Fóruns Mundiais passaram também a ser realizadas no Brasil, dentre as quais se incluem os diálogos entre sujeitos políticos nos quais diversos movimentos eram convidados pela Articulação de Mulheres Brasileiras, numa ação das Jornadas, para um diálogo sobre o “Aborto na Agenda Democrática”.

No Brasil, também foram realizadas atividades da Campanha contra os Fundamentalistas, convocada pela Articulación Feminista Marcosur (AMF) no espaço do FSM, à qual aderiram vários países não só da América Latina, o que foi lembrado, por Laura, uma integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB):

– No plano internacional, na América Latina, eu acho que começou a famosa Campanha contra os Fundamentalismos⁶³. Eu acho que isso foi um carro chefe, durante muito tempo, através do qual a gente confrontou os inimigos da Legalização do aborto. A campanha 28 de Setembro, também no começo dos anos 2000, passou a ter um pouco mais de dinheiro e fazia os editais de convocação e repassava algum dinheiro para os países (realizarem atividades de mobilização).

A AMB, uma das fundadoras da AFM, foi, no Brasil, a articulação que esteve mais engajada na Campanha contra os Fundamentalismos. Constituída por fóruns e articulações de mulheres organizadas a partir da dinâmica estadual dos movimentos de mulheres e feministas, esteve, na sua origem, mais voltada para os processos da Conferência de Beijing. No entanto, nos anos 2000, sua forma de atuação se redimensionou e a legalização do aborto foi incluída na sua pauta de lutas. Segundo observou Laura:

– Para a AMB, essa virou uma frente de luta constante, principalmente a partir do ano 2002, quando a gente fez a Conferência de Mulheres Brasileiras que foi a Conferência organizada pelos Movimentos. (A CMB) não discutia políticas públicas, discutia uma plataforma política para o Movimento e, no processo da Conferência, teve disputa em mais de um estado, inclusive aqui em Pernambuco,

⁶³ Campanha contra o pensamento único, ou os fundamentalismos religiosos ou de mercado, compreendidos como políticos. Veja www.mujiresdelsur-afm.or.uy

entre os setores que queriam que a Plataforma Feminista colocasse a legalização (do aborto) e setores que não queriam. Eu me lembro de Minas Gerais, por exemplo. Eu lembro que era absolutamente reticente. Então, aí começou a avivar, dentro das discussões de legalização ou não legalização, porque até então, até o ano 2000 o que acontecia era uma luta pela implantação do serviço de Aborto Legal.

Como se pode verificar neste depoimento, o tema estava ativo no momento da mudança governamental.

3.2.1 Como o Tema se Estabelece e as Expectativas com o I Governo Lula

Vera observa que:

– Quando estava em campanha eleitoral, como qualquer campanha no Brasil, nos últimos anos, acaba que esse tema [aborto] entra na agenda. E como você já tinha tido alguns sinais de posições que as pessoas tomavam para parecerem mais inteiras, mais honestas como candidatos e acabou que essas posições elas prejudicavam as candidaturas. Lembro quando o Fernando Henrique foi candidato a Prefeito de São Paulo. Que jovem um dia não experimentou uma droga?⁶⁴ Mas afirmar isso foi uma das coisas que ajudou ele a perder a eleição para o Jânio Quadros. Então, tinha tido uma coisa de você ser honesto, porque estava num período de redemocratização, toda aquela história difícil, lenta e etc. Dava sempre a impressão que candidatos de centro-esquerda iam chegar com as posições que estavam defendendo quando faziam parte da sociedade civil. Quando Lula vem, como teve toda a história de perder a eleição para o Collor, do qual o tema do aborto foi um forte aliado do Collor contra o Lula, por causa da entrevista da Miriam⁶⁵, aquela história que todo mundo conhecia. Quando o Lula tem a possibilidade de vencer a eleição esse tema não foi tão explorado na campanha eleitoral, tá? E nem nós, feminismos, movimentos de mulheres organizados, também

⁶⁴ FHC declarou, na candidatura a prefeito para a cidade de São Paulo em 1995, que havia experimentado maconha na década de 60 e que era ateu “graças a Deus”. Preferido nas pesquisas, acabou perdendo as eleições para Jânio Quadros, o que foi creditado às suas declarações. Ele (FHC) é integrante da Comissão Latino Americana de Drogas e Democracia, que defende uma nova abordagem contra o tráfico de drogas, que o tema deve ser discutido de forma mais ampla e se contrapõe à proibição. Cf. Wikipédia e www.politicaparapoliticos.com.br/interna.php?t=75683

⁶⁵ Miriam, ex-namorada de Lula, acusou-o de tê-la incitado a fazer um aborto, da que é hoje a filha dos dois: Luriam. As declarações dela foram exploradas pelo candidato Collor de Mello nas eleições de 1989, como forma de deslegitimar a candidatura adversária.

não fizemos tanta exigência para que o candidato se comprometesse com isso, porque também uma coisa tão importante que era fazer com que um governo de esquerda ganhasse a eleição nesse país... era, mais ou menos, aquela coisa antiga: primeiro, a gente faz a revolução, depois, a gente cuida das relações cotidianas, da opressão cotidiana. E aqui a gente se comportou, mais ou menos, assim, também. Mas nos cochichos, era impressionante como crescia uma expectativa. E acho que isso não acontecia só nos chamados feminismos de movimentos autônomos; mesmo muitas feministas petistas também acreditavam nisso. E, certamente, também tinha alguns companheiros no partido que também tinham posições avançadas.

De forma geral, as entrevistadas falam das esperanças que foram direcionadas para a eleição de Lula, do PT, para a presidência. Foi uma expectativa que veio crescendo nas eleições anteriores, em que a militância não só do Partido dos Trabalhadores ou de diversos movimentos sociais que participaram da construção do partido, mas, também, de simpatizantes e daquelas pessoas que acreditavam que sua vitória eleitoral iria levar a uma radicalização do processo democrático iniciado nos anos 80 e a um rompimento com o modelo neoliberal. Uma parte considerável das feministas se encontrava em todas estas situações, como declara Geralda:

– Quando o Lula se elegeu, depois de várias tentativas de eleger um governo do PT, e muitas feministas estavam envolvidas nisso, nesse processo de redemocratização e de eleições e tal. Enfim... quando o Lula se elegeu, nós, que estávamos em várias redes e em articulações de Movimento Feminista, na época, entendemos que aquele era um momento oportuno para provocar o Governo, de modo que o Governo reagisse positivamente às demandas em relação à questão da descriminalização do Aborto, da legalização, da humanização do atendimento, da garantia dos Abortos previstos em lei... Então, naquele momento se percebeu que era oportuno, porque o Governo vinha nesse lugar de Governo de Esquerda, de processos democráticos e, na nossa concepção, seria o momento de deixar de ser reativas, porque a análise que a gente fazia era que, até aquele momento, a gente estava muito reativa, no sentido de tentar evitar os retrocessos, o tempo inteiro, e não conseguir ter uma estratégia de buscar o avanço. Então, aquilo representava uma oportunidade de enfrentar a questão, de pautar a questão e forçar o Governo a se comprometer com essa questão.

Se, no governo de Cardoso, alguns mecanismos foram instalados e políticas começaram a ser implementadas, a expectativa era de que em um governo eleito em cuja campanha, nas eleições anteriores, os movimentos se engajaram, essas conquistas poderiam atingir um outro patamar. Tilman Evers (1984) afirma que os movimentos sociais estariam permanentemente confrontados a duas posições de ampliação de espaços na relação com as estruturas formais de poder. Uma delas é conquistar espaços dentro destas estruturas, o que poderia colocar em risco a sua independência. A outra é permanecer atuando autonomamente em relação a essas instituições, sem negociar, o que levaria a uma situação de debilidade e marginalidade.

Desde o seu renascimento, na década de 70, o feminismo brasileiro se posicionou no sentido de reivindicar a abertura de espaços para as mulheres em todas as instituições do Estado e, também, a criação de organismos que assumissem o papel de negociar uma perspectiva de gênero nessas instâncias. Pela forma como isto foi construído na América Latina, segundo Barrig e Vargas, estaríamos numa estreita margem de manobra “para ter a capacidade de incidência em políticas públicas e ao mesmo tempo, manter a autonomia para a crítica e a mobilização” (2000, p. 23). Mesmo que, dentro destas margens estreitas, os feminismos demonstrassem reconhecer e assumir os riscos que os caminhos paralelos podem apresentar, ora fortalecendo uma das alternativas, ora outra. Mas, o fato é que tal possibilidade só se constitui a partir do momento em que algum canal de diálogo se estabelece entre sociedade civil e Estado, sendo este um espaço que os movimentos sociais parecem compreender como um veículo prioritário de incidência. Como se apreende da fala de Miriam:

– Nós nunca tivemos Estado de bem-estar⁶⁶, mas sempre acreditamos no Estado de bem-estar. Essa questão que faz com que há sempre a busca do diálogo com o Estado. Então, eu acho que o Movimento Feminista sempre consegue se articular mais quando ele consegue alguma entrada no diálogo com o Estado. Aí, ele consegue se aglutinar, então, aí, talvez, você tenha a possibilidade de que esses momentos em que [...] você tem uma resposta do Movimento Feminista, que ele está articulado e ele responde, ele propõe. Portanto, essa articulação junto ao Estado,

⁶⁶ Conforme o Dicionário de Política (BOBBIO et al.,), “O Estado do bem-estar (Welfare state), ou Estado assistencial, pode ser definido à primeira análise, como Estado que garante ‘tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade mas como direito político’”. (H. L. Wilensky, 1975).

talvez reforce as articulações internas, quer dizer, não tem tanta cisão. Tem! Mas vai se organizando, porque tem um objetivo maior.

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva vai se apresentar como um momento particular para esse tipo de aglutinação. Foi considerada um marco e trouxe muitas expectativas para os movimentos sociais, já que um dos propósitos iniciais do novo governo foi o de garantir uma ampla base social e de ampliar o diálogo com a sociedade civil organizada. Mas é importante destacar que não só à esquerda, também, à direita.

O cientista político Luiz Werneck Vianna (2007) analisa que, para um governo originário da esquerda garantir sua autonomia diante do que ele refere como o núcleo duro das elites políticas e sociais que se acham presentes no Estado, precisa trazer para si grupos com interesses diversos dos destas elites. O governo do PT, com esta intenção de abraçar uma “composição pluriclassista”, abrigou dentro de si ou trouxe para o seu entorno as contradições e conflitos presentes na sociedade, cabendo ao chefe do poder executivo arbitrar sobre eles. Exemplar desta condição foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que estaria mais voltado para a agricultura familiar, enquanto se manteve o Ministério da Agricultura, mais voltado aos interesses do capitalismo agrário. Werneck Vianna (2007) diz que esta é uma daquelas situações que confirmam que “a centralização administrativa também pode ser filha da democracia”, pois os governos democráticos são uma espécie de arena de disputas onde as forças presentes resultam em sua conformação. Ou os movimentos sociais que investiram na ação institucional se predispunham a esta disputa dentro do governo ou, de certa forma, foram sugados para o seu interior.

No início do primeiro mandato do PT, a intenção de abarcar os debates e demandas presentes na sociedade se mostrou bastante favorecida. Uma pergunta instiga à partir das leituras de depoimentos e artigos sobre as origens do movimento é o porquê de as feministas se sentirem animadas em relação ao que poderia ser realizado na área da reprodução a partir de políticas eficazes, em um governo do PT, visto que, mesmo que suas demandas constassem do programa do Partido⁶⁷, desde as suas origens este partido não se mostrara muito aberto, ou até tenha rechaçado as proposições trazidas neste campo.

⁶⁷ É preciso reconhecer que por força e ação das militantes feministas organizadas dentro do Partido.

A resposta encontrada a partir das entrevistas está entre alguns fatores dentre os quais o de que, nas primeiras ações do mandato petista, se encontram a manutenção de uma secretaria responsável pela área de políticas para as mulheres ligada à Presidência da República, a apresentação de programas na área de saúde sexual e reprodutiva, declarações aos meios de comunicação com afirmativas de ser o aborto uma questão de saúde pública feitas pelo Presidente e ministros e a própria realização de ampla consulta através das conferências em si. Estes são os fatores que alimentaram entre as feministas as expectativas na direção de que as demandas dos movimentos poderiam ser acatadas, se não de forma absoluta, ao menos em parte daquelas consideradas mais significativas por seus diversos segmentos. Mas, ao que parece neste momento fundante do governo petista, nada menos que o acolhimento absoluto de uma proposta há muito alimentada foi o esperado.

No que se refere ao amplo leque de alianças justificado pela necessidade de garantir a governabilidade, o PT, que nasceu nos “braços da Igreja Católica” e da incipiente bancada evangélica, também acenou positivamente às suas demandas. E foi assim que se chegou à I CNPM...

3.2.1.1 I Conferência

Declara Miriam:

– [...] então, eu diria que, no governo inicial do Lula, você tinha todas as condições favoráveis; foi uma enorme rearticulação e, mais ainda, porque coincidiu também, dentro da proposta do Lula, a proposta de uma reformulação total do Conselho (CNDM), no sentido da sua estrutura, que antes as integrantes eram indicadas e agora foram convidadas todas as redes e organizações não governamentais, redes de âmbito nacional que tratassem da mulher, sem muita regra. Depois as regras vieram, mais tarde, mas, da primeira vez, praticamente era um convite. E nesse sentido o que se assentou dentro do Conselho eram representantes de redes nacionais e não eram só feministas, eram de Confederação dos Trabalhadores, eram de Organizações Profissionais [...], portanto, não eram representantes pessoais, nem indicações, nem especialistas [...] E aí se estabeleceu um nexos que eu acho que foi altamente produtivo. Não sei se continua agora, mas, naquele momento, como se tratava de pensar uma Política e fazer a primeira

Conferência, foi absolutamente importante. Talvez um daqueles momentos mais dinâmicos, eu diria, de determinar os concertos. E, então, eu acho que nós conseguimos, naquela época, articular questões que estavam, digamos assim, bastante paradas. As principais e que envolveram mais a política foi a questão da violência contra a mulher, que se tornou um tema de novo, mas, na pauta, com uma possibilidade de implementação bastante grande. E a questão do aborto que... digamos assim, ela sempre esteve na pauta do movimento, mas numa situação mais marginal.

E quando esse tema ressurgiu, as Jornadas mostraram ser uma iniciativa promissora no sentido de potencializar e articular as forças existentes, em um momento que se apresentava como propício, com uma real possibilidade de avanço, como se depreende dos depoimentos de Geralda, na época, Secretária Executiva das Jornadas:

– Ah! aí foi um processo bem intenso, porque, na verdade, se as Jornadas tinham sido articuladas para pautar o Governo... esse era o objetivo claro das Jornadas. Primeiro, aproveitar o momento político! Se avaliava que era uma oportunidade política de fazer avançar o tema e a legislação. Não só a legislação, mas o debate público sobre isso. E aí a Jornada se preparou, tinha um planejamento estratégico, inclusive, uma das primeiras ações das Jornadas foi construir um planejamento estratégico no qual a gente elencava como prioridade a Conferência. Não só a Conferência Nacional, mas todos os processos de pautar os municípios, os estados, de articular para que todos, ou a maior parte dos estados levasse a recomendação para ir como maioria para a Conferência Nacional. Então, foi um processo bem intenso de participação, de articulação com os estados, de criar as referências das Jornadas. O outro objetivo das Jornadas era articular o trabalho das áreas, organizações que há muito tempo estavam trabalhando com aborto, mas estavam cada uma fazendo suas coisas, ou na área da saúde, ou na área do Legislativo, as ações lá em Brasília, outros na área de Justiça, cada um... Então, a ideia era: se a gente tem várias ações espalhadas no Brasil, vamos juntar e transformar isso num potencial. Porque... claro que tem ações que têm que ser conjuntas, mas eu acredito que se as várias ações de grupos individuais e as iniciativas estão sendo feitas mais articuladas isso é válido... potencializa a luta.

– *Então, as Jornadas agiu desse jeito naquele momento. Quanto mais a gente juntasse o que estava sendo feito sobre aborto, parecia que a gente tinha mais força do que a gente tinha antes, porque antes não estava articulado. Então deu um “boom” na luta do aborto, pelo menos na... não na luta, talvez, eu acredito que na luta também, mas deu um “boom” também na imagem que os outros tinham sobre o que a gente podia estar fazendo e a gente mesmo, de se ver mais forte. E aí começou todo o trabalho de incidir, através dos grupos que estavam trabalhando nos seus estados. E eu acho que a outra estratégia muito importante foi a parte de comunicação. Essa estratégia política envolvia muita comunicação dentro das Jornadas e a parte de comunicação de materiais, porque a gente fez panfletos tipo: por que as mulheres abortam? fez camisetas, que foi uma estratégia muito boa, as camisetas, principalmente para a (Conferência) Nacional, não camisetas só, mas a visualização. As Jornadas tinham folders, banners, tinha uma marca.*

No processo da I Conferência, as estratégias das Jornadas e da Marcha se aproximaram, apesar das diferenças afirmadas entre uma e outra. Nem sempre um destes espaços de articulação reconhece politicamente no outro o que este defende como identidade. Ambas as articulações, no entanto, reconhecem o diálogo com o governo como um propósito. Declara Oriana:

– *A Marcha Mundial das Mulheres trabalha em duas frentes. Uma dialogando com a sociedade, através de ações diretas e de visibilidade, como, por exemplo, o lambe-lambe e a auto-organização das mulheres, discutindo este tema nos Comitês da MMM, nos seus grupos de mulheres. Ainda temos como estratégia o diálogo com o governo, através das conferências [...]. Um setor hegemônico no movimento de mulheres no Brasil tem uma visão de luta pela legalização por etapas, ou seja, primeiro conquista o direito em caso de estupro, depois por anencefalia, depois conquista-se a descriminalização e, por último, o direito ao aborto legal e gratuito. Na minha opinião, essa visão privilegia a luta pela via institucional e não abre espaço mais amplo para a construção de um debate no meio das mulheres e da sociedade. Por esse motivo podemos considerar que tivemos retrocesso com relação a essa temática e com isso não conseguimos acumular forças na sociedade e ampliar o movimento de luta pela legalização no Brasil.*

Enquanto que Geralda, uma integrante das Jornadas, afirma:

– [...] as Jornadas, eu vejo como um espaço talvez mais plural, em que tem tanto organizações que trabalham mais nessa perspectiva da radicalização das ações de rua, de movimento, das ações diretas... de articulação, como tem organizações... como congrega pessoas também que trabalham mais numa relação com profissionais ou com Judiciário, ou com o Ministério. Então... congrega. E congrega também pessoas que acham que, por exemplo, lutar por uma ampliação de permissivo é válido no contexto. Então, eu acho que as Jornadas, ela acaba sendo mais plural, porque ela tem uma diversidade maior de pensamento em relação à estratégia.

O que, de um lado é visto como espaço aberto à pluralidade, à diversidade de formas de atuação, de outro é compreendido como um fator que limita e atrasa a luta pela legalização do aborto no país. E é nesse sentido que Valéria, uma integrante da Marcha, afirma a sua posição:

– Nós nunca fomos parte das Jornadas. Uma vez, teve uma reunião, aqui, com a Marcha e as Jornadas, e a gente colocou publicamente a nossa visão de que, como o movimento tinha atuado em relação ao aborto nessa perspectiva muito etapista, muito pensando só o aborto na lei, isso não contribuía pra o avanço da luta no Brasil; era uma luta muito contida. E a gente não conseguiu perceber nas Jornadas uma mudança nesse sentido de ampliar. É uma “jornada” muito restrita a determinados grupos, a uma determinada visão da questão da legalização do aborto, e, portanto, a gente achou que não tinha que ser parte desse processo porque ele também não ia contribuir pra fazer avançar a luta no Brasil. Elas ainda se pautavam pelo mesmo modelo, principalmente a questão do lobby no Congresso, que a gente acha que isso, por si só, não resolve a luta das mulheres. Você tem uma correlação de forças muito difícil no Congresso, que não basta a gente estar lá. A gente sempre teve essa visão de que se você não constrói a luta por fora, se você não constrói força na sociedade, se você não amplia esse debate, você não consegue mudar a situação. E, principalmente, que a questão do aborto é uma questão que a gente tem que conseguir ampliar além dos nossos grupos feministas. A gente tem que construir alianças, tem que construir aliados, porque é uma discussão bastante complexa que envolve muitos elementos e que, portanto, não dá pra ser nós sozinhas nessa luta.

E segue:

– Os setores antiaborto, chamados pró-vida, vieram com uma proposta completa: “Não queremos nem as que foram estupradas abortando e nem como um direito de, absolutamente, ninguém. Não aceitamos aborto em nenhuma hipótese, em nenhuma situação!” Então, acho que as nossas posições fragmentadas e as posições de vencer etapas do movimento não contribuiu pra que a gente chegasse a ir nessas conferências com uma estratégia mais clara, mais pensada, mais mobilizada. Tanto que a coisa boa da Conferência foi exatamente um momento que a gente pôde discutir nacionalmente essa questão da legalização do aborto. E, aí, da legalização do aborto mesmo, porque, na Conferência, tinha que sair uma proposta que avançasse. A gente não ia fazer uma Conferência Nacional pra dizer que nós queremos que implante um serviço de aborto legal onde não tem ou que melhore, né? Ou a gente diz que tudo, ou, então, não diz. Então, acho que isso foi... a gente já vinha num contexto de desmobilização, eu acho!

Nessas declarações, podemos perceber – apesar das divergências táticas - afinidades de propósitos entre MMM e Jornadas, o que abre caminho para chegar à I CNPM com intenções que se confirmam na aliança que se estabeleceu, ainda que não tivesse sido reconhecida, antecipadamente. Se para a Marcha não havia estratégia, em função do repertório de atuação exercido pelas organizações que compunham as Jornadas e que ela indica como a forma negativa na qual esse campo do movimento vinha atuando, para as Jornadas, a diversidade presente na sua composição não colocava em dúvida o objetivo comum. Foi em torno desse objetivo que se chegou à I Conferência com ações definidas para aprovar uma proposta que pudesse modificar o cenário do aborto no Brasil, como relata Geralda:

– [...] na primeira (Conferência) eu vejo bem mais acertos. Acho que eu vejo muitos acertos! A estratégia, ela foi muito redonda, ela foi muito... bem redondinha mesmo! Assim: articular nos municípios, depois estados. Conseguir levar como maioria na própria Conferência. Eu acho que a gente foi muito articulada, tanto pela capacidade que a gente teve de mostrar, de se anunciar enquanto uma luta política forte no espaço da Conferência, como de articular via os Grupos de Trabalho⁶⁸. Então, nós nos dividimos, cada uma de nós estava nos grupos para

⁶⁸ Os Grupos de Trabalho foram organizados no segundo dia da Conferência, aonde as propostas eram inicialmente discutidas e aprovadas, feita uma seleção inicial que definia

discutir, para pautar... toda essa costura. Eu acho que isso foi muito eficiente e acho que foi tudo isso que fez com que a gente conseguisse aprovar na plenária final com quase a maioria. Eu vejo muitos acertos na época até porque... acho que isso foi positivo para as Jornadas, porque quando você cria uma articulação pra qualquer dia fazer uma ação e fica discutindo o que vai fazer, é uma coisa. Quando você cria uma articulação, como foi o caso das Jornadas, que você tem uma tarefa “urgente” para dar conta, então isso eu acho que dá muito gás, porque as pessoas têm algo para incidir, algo para fazer, ter uma data, estar todo mundo em volta daquele objetivo. Então, eu acho que naquele tempo as Jornadas também estavam muito coesas. As organizações eu acho que não tinham tanto... um debate sobre quem estava protagonizando ou não. Vamos todo mundo! a gente tem esse espaço e estamos todas muito felizes por aprovar dessa forma. Eu acho que ela foi uma estratégia bem sucedida, talvez ela tivesse podido envolver mais articulações do próprio Movimento, diversificar mais a base de apoio das Jornadas diante do próprio Movimento, mas talvez também não tivesse condição naquele momento de aumentar essa base.

Houve, neste sentido, críticas pela falta de visibilidade externa, para a população em geral, do que estava acontecendo dentro da Conferência. Esse será um aspecto da avaliação que persistirá em relação aos processos posteriores a ela. Estas críticas serão aprofundadas no capítulo seguinte, mas o depoimento de Jussara merece ser transcrito como um indicativo deste ponto de vista:

– [...] duas coisas importantes da Conferência. Eu acho que a estratégia do Governo Federal foi e continuará sendo reunir os Movimentos Sociais, as suas principais questões para um diálogo: sociedade civil e governo. (Pausa). Isso interessa ao Governo Federal. O que nos interessa é um diálogo sociedade civil e governo publicizando para a população o que é que está na pauta. Para o Governo Federal, é muito cômodo, é muito legal confinar as conferências. Confinar as nossas demandas. A Conferência é um grande espaço de confinamento e de não transbordamento das nossas diferenças, e nós temos que romper com isso. E não só nós, eu acho que outros movimentos também. Tem que olhar esse espaço como uma enorme oportunidade de confrontar o governo, mas estar preparado, planejado com muita estratégia para interpelar o governo através da mídia, de todas as mídias,

quais seriam as propostas a serem levadas para a votação em plenária. Estavam compostos por uma média de 50 delegadas/os.

das redes sociais etc. etc. Eu acho que esse é um equívoco que a sociedade civil organizada não tem enfrentado, o feminismo também não enfrentou. Não enfrentou na Primeira e nem na Segunda Conferência. Esse jogo interessa para o governo. Na abertura, vão todos os jornalistas. O Lula vai, é ovacionado, muitas pessoas ficam chorando de ver o Lula, é um líder, é um ícone, né? [...] Aí a imprensa sai de lá, meio assim: Puxa, é isso? A abertura da Conferência de Política para as Mulheres, com a situação das mulheres no Brasil, com tantas complicações... é... o que é que nós vimos? Nós vimos o presidente ser ovacionado! Qual era a principal agenda? Não aparecia. Qual era o discurso? Não aparecia. Qual era a principal reivindicação? Não aparecia. Fica difícil!

Mesmo existindo observações sobre lacunas, como a mencionada acima, há uma fala generalizada de que a atuação dos movimentos estava articulada e de que a aliança em torno de uma proposta comum em defesa do direito ao aborto foi uma demonstração de amadurecimento. O trabalho realizado desde as etapas municipais oportunizou o debate com as mulheres dos diversos setores e, principalmente, com aquelas do meio popular, gerou confluências e unidade para chegar à Conferência Nacional. Há um reconhecimento e alegria pela força demonstrada pelos movimentos na primeira Conferência. Há a felicidade que pode ser sentida na comemoração dos resultados saídos dos GTs: eles foram festejados em nome da autonomia das mulheres! Em nome de uma luta por transformar questões vivenciadas do universo mais íntimo e solitário, numa questão pública, reconhecida pelo Estado, mecanismos e instituições.

3.2.1.2 Comissão Tripartite

Entre o final da I CNPM e o lançamento do I PNPM, as Jornadas se reorganizam tendo em vista dar seguimento ao que fora alcançado. No Quadro 5, pode-se vislumbrar as diversas linhas de atuação articuladas no período pós Conferência:

Quadro 5 – Repertório de ação e mobilização de Campanha das Jornadas

1-Promoção do debate público	Promoção de diálogos, mesas redondas, seminários, etc.
2-Mobilização social:	Demonstrações de rua, intervenções artísticas, etc.
3-Engajamento da mídia:	Monitoramento e mapeamento de mídia; produção de informação e dados qualificados.
4-Ampliação de alianças:	Diálogos estratégicos com operadores da justiça, profissionais de saúde, de comunicação, movimentos sociais, entre outros.
5- Mobilização dos movimentos feministas:	Consolidação de agenda comum, divulgação de informação, articulação, etc.
6-Monitoramento do Congresso Nacional:	Mapeamento do posicionamento de legisladores, acompanhamento de votações, lobbie, contato com parlamentares nos estados.
7-Participação de processos convocados pelo Executivo	Formulação de proposta para debate na Comissão Tripartite.
8-Acompanhamento de processos no Judiciário:	Apoio legal para mulheres indiciadas por aborto, etc.
Slogan: “A mulher decide. A sociedade respeita. O Estado garante”.	

Fonte: Quadro construído a partir de Soares e Sardenberg, 2008

De certa forma, o processo da CT pode ser dividido em dois momentos: o primeiro é aquele em que a Comissão foi formada e esteve trabalhando, e o segundo, o conclusivo, de encaminhamento do resultado ou produto, que será tratado no próximo capítulo. Se, desde o debate sobre a composição, existiram tensões entre sociedade civil e governo, manter a CNBB fora do Grupo de Trabalho foi considerado uma vitória. Afinal de contas tal presença poderia inviabilizar qualquer possibilidade de revisão da legislação em sentido favorável às mulheres. Assim como houve tensão também com a MMM, que foi preterida na sua candidatura à Comissão, conforme abordado anteriormente.

Ademais, durante os debates, algumas divergências entre feministas e médicos representantes das sociedades científicas parecem ter criado algumas fissuras nesta relação e aliança. Se, por um lado, as feministas da CT contaram com o apoio das Jornadas em um debate permanente para subsidiar a sua atuação, por outro, ocorreram críticas pelo fato de não ter sido divulgado o que estava acontecendo na Comissão, de forma a manter mobilizadas as mulheres e os movimentos que elas representaram na I CNPM, o que, conseqüentemente, dificultou a criação de uma retaguarda mais ampliada de sustentação para a proposta consolidada pela CT. Mesmo assim, há o reconhecimento de que a Tripartite respondeu, de forma eficaz, ao objetivo para o qual foi criada e de que a

SPM e o CNDM estiveram coerentemente comprometidos em dar concretude para o que havia sido estabelecido no I PNPM.

Há que se deparar com outros obstáculos que começaram a aparecer, como abordado no relato de Miriam, integrante do CNDM:

– [...] depois da Conferência, ela [Nilcéia Freire, a ministra da SPM] vê essa proposta ganha [a da revisão da legislação punitiva do aborto]. Ela a assume para si, eu acho que esse é um ponto. Ela assume e vai pensar, exatamente qual é a forma pela qual ela acha que pode implementar. [...] Me lembro das primeiras reuniões em que a gente discutiu como é que ia aparecer no Plano a proposta, que tinha que por num quadrinho qual era o objetivo e quem ia fazer, mas essa montagem, esse... quem ia fazer mudou. Quem ia... inicialmente, nós tínhamos posto que seria um projeto pelo Governo e a Ministra pessoalmente foi numa reunião e ela disse, ela achava difícil essa proposta e queria ganhar mais aliados. Acho que tem que se olhar dos dois jeitos: um, que ela estava procurando mais aliados e o outro é que ela também tinha achado que o governo não ia sustentar sozinho [...] a gente sabia também a dificuldade do governo de manter essa proposta como iniciativa somente do governo. Então, isso ficou bastante claro, mas ela manteve. O que é interessante porque, se pensar na história da frente para trás e de trás para frente, ficam mais claras as dificuldades que se tinha, que aparecem no decorrer do processo e depois do processo. Mas, naquela época nós não víamos a coisa tão desfavorável. E talvez nem estivesse mesmo, se não tivessem tido outros acontecimentos, que é a Câmara dos Deputados estar com o Severino à frente. [...] E aí a Comissão Tripartite, proposta pela Nilcéia, uma parte seria da sociedade civil, a outra parte seria de representantes do governo federal e a terceira parte de representantes do Senado e da Câmara. Quando se está pensando isso, o Severino não estava na presidência da Câmara. Quando foi ocorrer a designação da Comissão Tripartite, o Severino estava na presidência da Câmara, isso faz diferença, não é? E com isso, quando a Comissão, ela inicia, ela tem uma dessas bases tripartite bem enfraquecida, porque não tem nenhum representante da Câmara que vai levar adiante. Ao contrário! O Severino⁶⁹ coloca três elementos que vão participar da Comissão que são três deputadas radicalmente contrárias ao

⁶⁹ Severino Cavalcanti, filiado ao Partido Progressista – PP pelo estado de Pernambuco, de posição claramente fundamentalista, foi eleito para a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2005.

aborto. Evidentemente que o problema estava posto ali. Mas como você ainda tinha o Senado... No Senado nós tivemos, talvez, também um azar: o Capibaribe (João C. PSB/AP) nunca esteve presente. Estava doente. Pelo menos, ele não era contrário ao aborto. A Serys⁷⁰, que também não era contrária ao aborto, aliás, era favorável. Então, você tinha uma favorável, Capibaribe, que nunca aparecia e você tinha o Suplicy que não era favorável. O Suplicy dizia que a Marta⁷¹ era favorável, ele não, numa reunião que fizemos com ele.

Há também, entre as feministas, aquelas que pensam que a estratégia empreendida pelo governo estava equivocada desde o início. Esta teria sido uma forma de “parecer ter feito a sua parte” quando, na verdade, sua real intenção seria a de eliminar qualquer possibilidade de debate sobre o tema, o que vai acontecer de forma mais clara e contundente no segundo mandato do presidente Lula. Tal perspectiva está presente no depoimento de Bartira:

– O que não deu muito para entender logo depois do processo foi a forma como o governo atuou. E eu acho que houve um erro estratégico quando o tema da legalização do aborto e a proposta da criação de uma Comissão Tripartite é lançado isoladamente e não no meio de um conjunto de propostas que poderiam ter feito uma espécie de um cerco, quer dizer, vamos levar o debate para a sociedade. Uma grande política de saúde das mulheres, de direitos sexuais de direitos reprodutivos, mais ou menos como fez o Uruguai. [...] Você pavimentava melhor uma estrada, não dava tanta evidência para que o tema fosse demonizado e o governo também foi demonizado naquele momento em que acaba se envolvendo em denúncias de corrupção. Tendo já sido demonizado pela questão do aborto, também acaba sendo demonizado pela questão da corrupção e essa soma foi fatal. [...] O aborto não é a principal bandeira do movimento feminista, do Movimento de Mulheres. O aborto faz parte de uma agenda de prioridades. Porque, imagina a gente legalizar o aborto e as mulheres continuarem sendo mortas a cada 25 segundos no Brasil por violência...? [...] Nós temos um conjunto de prioridades e esse conjunto de prioridades deve ser tratado na mesma sintonia. Nós sabemos que todos os outros temas, se nós não puxarmos, ninguém vai puxar. A própria questão das mulheres lésbicas [...], mas esse do aborto é um tema nosso e, claro, acaba tendo um lugar muito especial na nossa agenda. Agora, ele não poderia ter sido tratado em separado quando o

⁷⁰ Serys Silhessarenko, senadora pelo PT/MT.

⁷¹ Marta Suplicy, ex-esposa do senador, parlamentar do PT/SP.

governo fez a Tripartite. Eu acho que isso provocou uma derrota muito séria e o governo não fez nada pra salvar.

Em que pesem todas as dificuldades enfrentadas, a CT chegou ao final. Apresentou o resultado de todos os debates em forma de uma proposta de legislação que dialogou com a de outros países que anteriormente já haviam revisado as normas sobre o aborto.

3.2.1.3 Anencefalia: Etapa Possível?!

Para finalizar este capítulo, será resgatado um tema que esteve em pauta desde o ano de 2004, continuou a ser discutido durante o período em que aconteceram as duas Conferências mas que só em 2012 terá um desfecho quando o Supremo Tribunal Federal tomará uma decisão sobre ele. Trata-se de uma estratégia que foi desenvolvida paralelamente aos acontecimentos abordados aqui, conforme depoimento de uma integrante da organização que fez toda a articulação para que o tema da anencefalia fosse levado ao plenário do STF. O debate provocado por esta iniciativa redimensionou o conteúdo das outras discussões que estavam em processo, no sentido de que contribuiu para manter o tema em evidência na sociedade.

O problema da anencefalia surgiu para a organização ANIS, a partir de uma pesquisa que estava sendo realizada em Brasília, que incluía uma observação no Hospital da Asa Sul. Neste acompanhamento, a equipe da pesquisa constatou que quase a totalidade das mulheres que apresentaram casos de gravidez com fetos anencéfalos tinha o desejo de interromper a gestação. Através da mídia se depararam com um caso no Estado do Rio de Janeiro: uma mulher de nome Gabriela havia solicitado a interrupção a uma juíza local, que lhe negou o pedido. A promotora do caso mandou a solicitação para o Tribunal do Rio de Janeiro que a aprovou, mas, logo em seguida, esta foi cassada por outra autoridade judiciária. A petição acabou chegando ao STJ, ocasião em que a ANIS tomou conhecimento e decidiu entrar no caso. No momento em que o processo seguiu para o STF, uma das integrantes deste grupo, entrou, pessoalmente – porque isto não poderia ser feito por uma organização –, com *habeas corpus* em favor de Gabriela. Por outro lado, o Padre Lodi, de Goiás, conhecido por sua cruzada contra o aborto, deu entrada com um *habeas corpus* em favor do feto. Acompanhou-se, então, o

processo chegar ao Supremo Tribunal Federal e os ministros desenharem seus votos. Quando o caso estava em votação no STF, o feto veio a óbito. Perdeu-se, portanto, o objeto da ação e o Supremo não discutiu mais o tema. Tudo isto levou a pensar que o STF poderia ser provocado a retomá-lo. Sigo com as palavras de Marina, uma das integrantes da ANIS, organização à frente da iniciativa:

– E aí começamos a imaginar como é que a gente conseguiria entrar com o tema do aborto no Supremo Tribunal Federal, já que o Legislativo não fazia nada. Por que anencefalia? Porque é uma formação incompatível com a vida: ela acarreta problemas na gestação e, inclusive, oferece riscos para a mãe; a gente já tinha observado que, na maioria dos casos, as mulheres optavam por interromper a gestação. Então, imaginamos que uma bela estratégia seria entrar com uma ação no Supremo, mas dissociada do campo do aborto. Por que é que fizemos isso? Primeiro, porque, em termos conceituais, a antecipação terapêutica do parto em caso de anencefalia, ela não significa aborto, porque o aborto pressupõe terminar uma vida dentro do útero. Como a anencefalia não pressupõe uma vida fora deste útero, você não vai terminar uma vida. E a gente pensou que [...] se, daqui a alguns anos, se o Supremo votar a favor, tem uma brecha pra daí, sim, discutir o tema do aborto em si. Mas isso não é um “tiro no escuro”. Não pensamos em fazer isso sem avaliar as consequências, mas a gente realmente imaginava que era uma abordagem interessante. Então, pra nós, o ponto mais importante é livrar a mulher da tortura de manter uma gestação nesse caso.

Aí fomos procurar quem é que nos apoiaria: fizemos uma reunião grande com juristas do Brasil inteiro, uma reunião fechada, pra consultar qual seria a melhor estratégia jurídica pra se chegar a essa ação no Supremo. Chegamos à ideia de uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Nem a gente sabia o que era isso. Eles explicaram que só quem podia entrar com essa ação seria uma organização que tivesse representatividade no Brasil inteiro. A Anis não tem, nem a Rede Feminista não tem. Ou tinha que ser o presidente da República, ou o presidente do Senado, ou o presidente do Congresso Nacional. E, aí, nos encontramos com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) que tinha um problema também. A CNTS é uma organização sindical, cuida dos interesses dos profissionais da saúde do Brasil inteiro. Queríamos mostrar pra eles que conseguir acrescentar mais esse permissivo para o aborto no Código Penal significaria uma proteção também pros profissionais de saúde. E calhou de, na

mesma época, eles estarem com conferência nos estados pra terminar a assembleia geral anual. Nos comprometemos a fazer uma oficina, um seminário, com todos os aspectos sobre isso, pra mostrar pra todos os representantes da CNTS que iam levar pros seus estados, discutir nos estados, voltar e votar. Nós fizemos isso. Levamos médicos, geneticistas, juristas, explicamos pra eles o que era. E tem um movimento conservador muito grande dentro da CNTS, também. Só que eles entenderam o que era, levaram pros estados, votaram nos estados, foram extremamente democráticos. E aí eles aceitaram entrar com a ação e nós demos todas as assessorias jurídicas e de bioética. Procuramos um dos maiores juristas do país, que é o Luiz Roberto Barroso, fomos lá no escritório dele, no Rio de Janeiro, conversamos com ele e ele falou – “Eu faço, eu faço pro bono!”. Ele fez a argumentação jurídica, nós fizemos a argumentação ética, montou-se a ADPF e a CNTS apresenta, com o Barroso representando a CNTS, o que causa aquele impacto enorme! Fizemos pesquisas de mídia, nunca se falou tanto sobre o tema do aborto depois que a gente entrou com essa ação, em 2004. Pra gente é uma vitória muito grande, porque o tema do aborto voltou à pauta.

Mas aí o Ministro Marco Aurélio solta uma liminar monocrática, uma decisão monocrática, e essa liminar ficou vigente por quase cinco meses, quatro meses e pouquinho. Os ministros do Supremo não gostaram da decisão ser só dele, por isso, cassaram a liminar, porque eles queriam pensar, digerir e votar e fazer História. Então, até hoje a gente tá esperando... A gente faz avaliações periódicas do “espírito” do Supremo pra saber se a gente está perdendo espaço ou não; até agora a gente acha que a gente vai ganhar, agora, é difícil saber! E isso acontecendo, eu acho que abre um precedente importante que a gente vai ter que usar. Se a gente perder, perdeu! Foi uma tentativa! Mas a gente perde pra um permissivo legal específico, não pro tema do aborto em si. Essa é a avaliação nossa, aqui da ANIS. Ao mesmo tempo em que a gente consegue articular o tema do aborto com a anencefalia, se a gente perde, a gente consegue desarticular ele rapidamente, porque a gente tá falando de tortura e no caso do aborto a gente tá falando da opção por terminar uma gestação.

Questionada sobre a forma como as feministas viram esta ação e que tipo de apoio e/ou adesão foi recebido, respondeu Marina:

– Eu acho que no começo foram muito refratárias, bastante refratárias, porque vai de encontro a tudo que o Movimento Feminista lutou ao longo dos últimos

vinte anos, trinta anos. É uma bandeira um pouco diferente, mas ela é diferente porque a nossa bandeira durante tantos anos não está dando certo! A nossa estratégia é ir pelas beiradas: se tem mais um permissivo legal, a gente tem abertura pra conseguir outras coisas. No começo, foi um pouco difícil. Agora, interessante é que, ao longo dos anos, o Movimento Feminista, depois de uns dois ou três anos que a causa entrou no Supremo, aceitou. Eu, honestamente, acho isso, tem uma sensação de que é assim: “– Já está lá! Então, vamos ver como é que a gente pode ajudar”. No começo foi muito difícil, mas hoje eu acho que, não é que seja uma questão resolvida dentro do Movimento Feminista. Tem algumas que não gostam do tema, acham que foi um erro, mas eu acho que tem muita gente que não acha tanto mais isso. Então, a sensação que nós temos [...] é que a aceitação hoje é um pouco maior do que era antes.

Essa percepção se confirma na fala das entrevistadas que se posicionaram sobre o caso⁷². O debate sobre mais um permissivo para a anencefalia remete às diferenças de posicionamentos que estão entre compreender que o movimento deve atuar unicamente na luta pela legalização do aborto ou defender a construção de um processo para a legalização, a partir de avanços paulatinos, por etapas. A segunda opção costuma ser considerada por alguns setores como uma estratégia “etapista”, que não leva a avanços concretos na direção desejada, rumo ao objetivo final que seria a legalização. Esta tem sido uma postura defendida pela MMM, mas, dentro das Jornadas também existiam posicionamentos distintos sobre esse aspecto, senão vejamos o que diz Geralda:

– [...] num momento de extremo esgotamento do que estava... aparece uma nova estratégia e... com uma organização que estava com fôlego para implementar, para investir nisso. Claro que isso teve muitos problemas no Movimento [...] pelo fato dessa estratégia... É, tipo assim: você tem um grupo musical que é um grupo, aí uma pessoa sai e faz carreira solo, lança seu CD, entendeu? Eu acho que foi um pouco assim. Tipo: estamos aqui num negócio, aí a ANIS... uma ideia brilhante, uma estratégia perfeita, eu acho muito inteligente, muito competente... [...] mas, carreira solo. Tipo... vou-me embora. Até porque também não teria a adesão, se fosse pensar em fazer coletivamente toda a estratégia. Não tinha adesão do Movimento, porque via como uma estratégia divisionista, reformista

⁷² Os questionamentos sobre este tema não estavam presentes nas primeiras entrevistas. Só a partir dos diálogos iniciais eles foram introduzidos no roteiro.

e que ia ser um passo atrás, né? A ampliação de permissivos no Brasil sempre foi vista como um passo atrás para boa parte do Movimento, então, isso gerou conflitos inúmeros.

De forma geral, no entanto, as militantes entrevistadas defendem a legalização do aborto como o objetivo a ser perseguido, sendo que algumas delas compreendem que conquistas intermediárias, como no caso de novos permissivos e da implantação de serviços para atendê-los, estabelecem um debate na sociedade, e no sistema de saúde em particular, que pode ampliar o reconhecimento da necessidade de eliminar as barreiras para que o aborto seja vivenciado como um direito. Como se verifica no depoimento de Laila abaixo reproduzido:

– [...] a legalização do aborto, ela não pode deixar de forçar com a mesma intensidade a implementação e boa segurança dos serviços de aborto legal e também da questão da anencefalia. Ou seja, não basta estar ali batalhando pela questão do aborto legal, da descriminalização e legalização do aborto. Vamos fazer isso, a gente sabe que isso é difícil, mas tem coisas que a gente pode conseguir. Uma porque está na lei, que é o aborto legal. E a outra é porque isso está lá no Judiciário. E essas duas situações, são situações em que essa defesa da vida indefinida dos fundamentalistas contra a vida real das mulheres, ela se quebra. Quer dizer, ninguém... todo mundo... você vai fazer uma pesquisa de opinião sobre a mulher que foi estuprada e no senso das pessoas comuns, isso sim, pode e, certamente, a anencefalia é a mesma coisa. Esse último juiz, ministro do Supremo, o Fux, que é aqui do Rio de Janeiro, deu uma declaração de que ficou muito impressionado com o argumento de que as mulheres se transformem em caixões para fazer uma gestação que não tem vida. Então, a gente vê como isso entra no imaginário, são duas situações extremas: o estupro e a anencefalia, mas são duas situações que mexem também com o imaginário social, porque está lá um feto se mexendo, mas esse feto não vai poder sobreviver. E está lá o feto se mexendo, mas esse feto é fruto do estupro, é fruto daquela ação violenta [...] que obrigou a mulher àquela relação. Então, esse feto se mexendo já perde em termos simbólicos, em termos de valor, ele perde força como argumento utilizado pelos fundamentalistas. Então, eu acho que a estratégia do movimento não pode ser focar apenas aqui: descriminalização e legalização. Ela tem que focar, com a mesma intensidade, nesse outro lado. E, até sendo realista, eu espero, realmente, que a descriminalização e legalização possa ganhar força nesse país, nas consciências da

sociedade e isso refletir numa ação legislativa. Mas isso não vai ser agora, enquanto que a questão do aborto legal e da anencefalia é para agora!

Perspectivas como esta estiveram presentes nas falas de feministas engajadas na garantia de alguma política que fizesse com que o estabelecido por lei se tornasse uma possibilidade efetiva para as mulheres que precisam recorrer à interrupção da gravidez; aquelas que, ao mesmo tempo, querem abrir um caminho de sensibilização dos profissionais que vão receber as pacientes; as que compreendem a importância de criar protocolos para o atendimento e procedimentos a serem respeitados e as que, ainda, possibilitam ampliar o debate, a compreensão e a aceitação dos direitos reprodutivos na sociedade. Segundo Miriam:

– Olha, eu acho que tem determinadas discussões que a gente entra tanto e tem que tomar uma posição aqui ou lá que supõe que se você andar pela rua que é esquerda ou é direita, ou é na frente, ou dar um passo atrás vai resolver o problema. Então, eu acho que essa foi uma discussão muito interna nossa, que não tem a dimensão que se esperava. Ou a anencefalia vai atrapalhar a legalização das doze semanas ou o contrário. Eu nunca achei que ia atrapalhar, agora, muitas acharam, tanto de um lado quando do outro, e queriam que não houvesse nenhuma confusão entre a discussão da anencefalia com a discussão da legalização do aborto. [...] Enfim, politicamente, eu acho que caminhando por aqui ou por lá nós estamos caminhando num processo contrário à absolutização do direito à vida. E que a gente deve tentar o que for possível, aumentar os permissivos. Agora, qual o caminho certo? Quando nós estávamos discutindo lá na Câmara o projeto, na Comissão de Seguridade Social e Família, um dos deputados da Comissão, que, aparentemente, era favorável a nós e era médico, ele dizia “– Não, o caminho não é esse! Primeiro, esquece legalização do aborto. Vamos só legalizar os permissivos, ou vamos primeiro descriminalizar o aborto e não constituir como obrigação do Estado em atender!”. Tem várias formas de você pensar isso. E aí, as discussões...

Difícil saber quais foram as motivações do deputado. Podem até ter sido as preocupações manifestas entre os seus pares sobre os recursos que precisariam ser destinados para a realização de abortos no SUS, afinal, mais de um milhão de mulheres recorrem a essa prática, anualmente, no país. Nas suas palavras, não se pode negar, percebe-se algum reconhecimento do problema. Mas não o suficiente para aceitar o que ele estava propondo. As diversas formas de traçar um caminho

fazem com que cada um/a pense que um roteiro comum precisa estar explicitado. No dizer de Bernadete:

– Acho que é importante as duas caminharem juntas. Agora, eu não sei por que, aqui no Brasil, a gente não consegue fazer as duas coisas sem elas se autoexcluírem. Os setores que trabalham para a questão da anencefalia acabam não participando da luta ou das estratégias pela legalização de uma forma mais ampla. Eles ficam muito centrados só na questão da anencefalia e não precisaria ser assim. O outro lado que quer a legalização poderia também apoiar a luta pela procedência da ação no STF. Que, na verdade, a estratégia jurídica da ação no STF não é pela legalização do aborto em caso de anencefalia, mas é pela antecipação terapêutica do parto, para dizer que não é aborto já que não há vida extrauterina viável. Isso também dificulta um pouco, politicamente, porque, na verdade, apesar de ser uma estratégia jurídica muito interessante, politicamente não é. Não dá pra você falar que é para legalizar ou para criar mais uma causa, uma hipótese legal para legalizar o aborto. É diferente, a estratégia jurídica é outra.

No Quadro 6, busco sistematizar as diversas maneiras como esses posicionamentos se distinguem entre si, vez que, no total do grupo de entrevistadas, todas essas formas de compreensão dos caminhos teóricos e práticos a serem seguidos estiveram presentes.

Quadro 6 – Repertórios e quadros interpretativos sobre a atuação feminista

Objetivo Político	Formas de Atuação
Legalização do aborto (meta a ser alcançada)	Ações pela legalização do aborto
	Ações pela legalização do aborto (maior dimensão) aliadas a ações pela ampliação de permissivos
	Ações pela legalização do aborto e apoio a ações pela ampliação de permissivos
	Ações pela ampliação de permissivos (maior dimensão) aliadas a ações pela legalização do aborto
	Ações pela ampliação de permissivos e apoio a ações pela legalização do aborto

Normalmente, as ações pela ampliação de permissivos costumam corresponder à atuação no campo institucional, tanto no que se refere ao fato de que elas são empreendidas por ONGs, que possuem estrutura com recursos humanos especializados (ou com condições de formação) e sustentabilidade financeira para

executá-las, como também, pelo fato de que têm como foco as instituições que executam políticas (gestão de políticas, saúde, etc.), as que legislam, ou, ainda, que integram o poder judiciário. O que não significa que a sociedade como um todo e, mais especificamente, os meios de comunicação, as igrejas – entendendo os/as fiéis como parte dela –, também não sejam objeto de sensibilização. Para alcançar algum tipo de modificação do status legal do aborto, é necessário ampliar a opinião pública favorável. Por outro lado, ações que priorizam a defesa da legalização tendem a estar mais voltadas para a sociedade como um todo, procurando comprometer a adesão social a este propósito: aumento de engajamento e alianças em todos os setores, priorizando outros movimentos sociais, partidos e sindicatos, sociedades científicas, profissionais, e outros coletivos organizados. No entanto, o que se apresenta nas declarações das militantes desta causa é que nenhuma das duas possibilidades pode prescindir da outra. Para avançar nos permissivos, há que se ter retaguarda na sociedade e a mobilização social geralmente necessita de um trabalho mais técnico, organizado e sustentado, para manter a sua movimentação.

Alguns exemplos de como uma ação institucional organizada pode obter resultados costumam ser considerados nas avaliações das feministas defensoras de que, na impossibilidade de avançar no sentido de um resultado favorável de forma mais absoluta, conquistas paulatinas podem abrir caminhos ao mesmo tempo em que permitem que o tema continue vivo no debate e mobilizando adeptas/os. Pode-se citar, inclusive, processos que incluíram táticas consideradas reformistas por parte da militância feminista e que atingiram o resultado proposto.

A experiência da Cidade do México é exemplar, pelo fato de estar situada na América Latina e, como o Brasil, de ser um país em que a população se declara majoritariamente Católica. A primeira proposta de lei sobre aborto fora apresentada em 1976 por uma Coalizão de Mulheres Feministas do Distrito Federal. Foram trinta anos até que, em 24 de abril de 2007, o aborto fosse permitido até as doze semanas de gestação. Fundamental, para chegar a este resultado, foi a total dedicação que um grupo de organizações da sociedade civil empreendeu desde 2005⁷³. O grupo investiu prioritariamente na busca de ampliar alianças, na construção de argumentos e de promover um amplo debate midiático, o que se traduz na afirmação de uma das diretoras de GIRE “não ocupamos as ruas, mas ocupamos os meios de

⁷³ Católicas pelo Direito de Decidir, Equidade de Género, IPAS México, Population Council e Grupo de Información en Reproducción Elegida (Gire).

comunicação” (GARCETE, 2008, p. 45). Houve momentos em que mobilizações de rua também aconteceram, no entanto, a elaboração de estratégias do grupo caminhava de forma paralela àquilo que os movimentos realizavam ou pensavam, nem sempre acordados.

Como nos conta Garcete (2008), o argumento “ninguém é a favor do aborto” foi considerado, por muitas feministas, como um discurso reformista. No entanto, ele obteve um grande apelo junto à população do país, visto que a grande maioria das pessoas pensa desta maneira. Sabe-se que as pessoas interrompem uma gravidez indesejada, mas não são a favor do aborto. Como no caso da experiência da ANIS, estas organizações foram traçando suas estratégias a partir da avaliação permanente da conjuntura, mas sem amplas consultas ao movimento sobre os passos a serem seguidos. É importante registrar que este tipo de ação mais estruturada e planejada tem encontrado uma maior captação de apoio financeiro para a sua execução. Num movimento como o feminista, em que se privilegiam decisões construídas por consenso, assumir projetos que prescindem de amplas consultas pode significar atingir resultados de forma mais objetiva, mas, ao mesmo tempo, ter que lidar com as frequentes críticas e desacordos que isto pode suscitar.

3.3 FEMINISTAS, NEGRAS E ANTIRRACISTAS

No Quadro 6 acima descrito, quando tratamos dos repertórios e quadros interpretativos da atuação feminista, talvez pudéssemos incluir um outro formato de defesa da legalização do aborto, o daquelas feministas que não incorporam esta como uma luta prioritária. Este estudo não vai se aprofundar sobre o tema, mas como ele esteve presente no depoimento de algumas entrevistadas, merece registro pela forma como questiona o feminismo na sua diversidade e necessidade de construção de espaço para aprofundamento das diferenças, entre afinamentos ou impossibilidade de confluência das pautas.

Tania chamou a atenção para o fato de que:

– *Do ponto de vista do feminismo, e as duas Conferências são emblemáticas, o que mais cresceu em termos de Movimentos de Mulheres e Movimento Feminista no Brasil, na última década (anos 2000), foi o Movimento de Mulheres Negras. E eu sinto a pouca inserção das mulheres negras nesse debate*

da questão do aborto. E como é que nós que estamos nessa luta há muito tempo, e eu não estou separando as mulheres negras das mulheres feministas, porque nós somos feministas, mas como é que esse movimento específico, as Jornadas, toda essa estratégia não está conseguindo dialogar com esse Movimento que é novo, que é denso, também, porque não é só grupos de mulheres negras; hoje tem uma massa de mulheres negras pensando a questão do feminismo, a questão do racismo patriarcal. Mudou, foi amadurecendo, e como é que não há um diálogo? Como é que nós não dialogamos: nós enquanto mulheres negras não dialogamos com esse espaço e esse espaço não dialoga com esse Movimento de Mulheres Negras Feministas. Eu acho que aí tem um nó e que eu não saberia hoje desatar.

Para feministas não negras, como Ivana, esta é também uma questão instigante.

– Tem muitas coisas que me intrigam... Por que é que as feministas negras não se envolvem como esperado nesta questão, se o aborto é um problema super importante para as mulheres negras? Se a criminalização do aborto é super importante para as mulheres? Eu juro a você que não entendo! Até já conversei com algumas pessoas [...]. E conversei com o povo aqui [da organização em que trabalho] e falei: “– Gente, nós temos que concentrar o nosso discurso das mulheres terem o direito de não ter filho e de terem direito de ter filhos. A gente tem que combater o discurso controlista. Temos que enfrentar a agenda das mulheres negras junto com o debate sobre o aborto, quer dizer: a coisa do aborto racista, não é? Aquele aborto que é para a defesa racista do aborto que se faz, é inaceitável! A defesa racista do planejamento familiar é inaceitável! O direito das mulheres terem filho tem que estar dentro! As pessoas têm que poder ter filho e ter condições de ter”. A gente fez algumas discussões aqui, porque eu conversei um pouco com [mulheres negras que são] lideranças que defendem pessoalmente, mas não assumem compromisso de convocar o Movimento de Mulheres Negras para estar dentro e elas têm liderança para isso. Mas elas não convocam. [...], das Jornadas elas estiveram ausentes. Mandaram pessoas sem oferecer às pessoas o suporte do debate político. [...] Será que é porque dentro do Movimento de Mulheres Negras vai rachar o Movimento se trouxer isso e elas não estão a fim de comprar essa briga dentro do movimento... melhor não tratar da questão? Eu não sei, mas ao mesmo tempo elas compram cada briga que racha tudo, entendeu? E elas não se importam de ser minoria, se expõem muito mais do que muita feminista [...] que não é do

Movimento de Mulheres Negras, porque têm formulação, têm debate político. Então, eu não entendo!? Isso, realmente, ainda não está claro para mim.

Conforme ela chama a atenção, é interessante perceber, no Brasil, a ascensão, a partir de 2003, de um discurso conservador de planejamento familiar no qual argumentos neomalthusianos parecem naturalizar o vínculo entre a pobreza e a quantidade de filhos que as mulheres pobres e na sua maioria negras têm ou, antes, entre a extensão das famílias pobres e a expansão da violência, da mendicância e de moradores/as de rua⁷⁴. Por vezes, inclusive, o argumento permeia o discurso de gestores públicos favoráveis à legalização do aborto, a exemplo do ex-governador do Rio de Janeiro (na época, em exercício) Sérgio Cabral⁷⁵: a contribuição que esta medida pode vir a trazer para a diminuição da criminalidade e da pobreza, do ponto de vista do controle populacional. Por isto, a denominação de aborto racista e uma crítica feminista à lógica que fundamenta este tipo de defesa. Estas propostas freqüentemente se baseiam em estudos realizados em universidades norte americanas, e tendem a reforçar, no fundo, uma lógica de que políticas para acabar com a pobreza serão mais eficazes ao acabarem com os pobres e políticas para acabar com a violência, se acabarem com os negros/as e pobres. É importante distinguir quando propostas aparentemente progressistas, podem estar baseadas numa ideologia controlista (de controle populacional) racalista ou racista na sua origem.

E há também aquelas que interpretam a falta de prioridade dada ao tema como um fato que estaria, de certa forma, compreendido dentro da dinâmica que as mulheres negras enfrentam dentro do Movimento Negro. Entendem, como Geralda, como um fato que, a princípio, está dado:

– A própria questão do Movimento de Mulheres Negras, que não tem esse tema como uma pauta prioritária e que, ao adotar isso como uma pauta prioritária, poderia trazer repercussão negativa dentro do próprio grupo de militantes. Mesmo que, nesse momento, as mulheres negras, dentro desse marco político em que elas se colocam em relação ao aborto, eu acho que elas deram uma contribuição

⁷⁴ Cf. S. Corrêa, S. ICPD+10 e além: para onde deve caminhar o nosso movimento In: **Questões de Saúde Reprodutiva**, Sexualidade e reprodução: ações e serviços de saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2006. v. 1, n 1, p. 120 –133.

⁷⁵ O Jornal O Globo de 24 de outubro de 2007, publicou matéria intitulada “Cabral defende o aborto como forma de combate à violência no país”. Conforme divulgado no período, suas idéias a este respeito estavam inspiradas no livro *Freakonomics*, de Steven Levitt e Stephen J. Dubner.

importante. Elas assumiram bem mais do que em outros momentos, quando a luta não estava tão organizada.

E Laila rememora o porquê dessa interpretação:

– Essas questões surgiram antes até dessa última década. Eu me lembro que, na década passada, quando se começou a defender o aborto por anomalia fetal, grupos feministas mais ligados ao movimento negro, por exemplo, ou o movimento ligado à questão da Aids disseram que isso seria um aborto eugênico. A questão da Aids, por exemplo, grávidas com Aids não queriam abortar. Foi uma incompreensão desses setores. Não se estava querendo obrigar as mulheres a fazerem aborto. Então, não teria esse sentido eugênico da obrigação: “– Ah! Você detectou uma anomalia, aborta! Você está com aids, não pode ter filho! aborta!”. Não era isso! Mas, de alguma maneira, esses dois grupos se sentiram preocupados com uma proposta de ampliação de permissivo legal ligado à anomalia grave e irreversível, da mesma maneira que com relação à questão da esterilização, que as feministas do movimento negro, no primeiro momento, foram contra e queriam, pelo contrário, uma legislação mais severa em relação à criminalização da esterilização. E a gente dizia: “– Bom, mas a gente quer descriminalizar o aborto e vai criminalizar a esterilização? Vamos, então, fazer clínicas clandestinas de esterilização? Era um retrocesso, não é?” Então, essas discussões do aborto, nunca foram discussões também, pelo menos, a partir da década de 90, discussões muito tranquilas dentro do movimento de mulheres. Há mudanças! Mudanças não apenas em relação a situações em que uma parte – mesmo que você possa dizer que é uma parte pequena do movimento – não queria isso, e a parte maior queria. Mas também dificuldades em relação a estratégias.

E, ainda, reafirmam a falta de diálogo sobre o tema, como Laura:

– As mulheres negras ficaram omissas [nas Conferências]. Na Primeira, nem tanto, estavam mais presentes, mas, na Segunda, ficaram omissas porque... já tinha avançado a discussão de legalização do aborto e... tinha duas discussões no Movimento Negro: uma que dizia que as mulheres negras tinham usado o aborto como uma forma de resistir à escravidão. Abortavam filhas do estupro, filhos do estupro e, em nome disso, diziam: essa causa também é nossa! E outras que diziam que legalizar o aborto entre a população pobre é impedir o nascimento de novos negros. Então... a gente não conseguiu fazer uma discussão política sobre o aborto

na luta antirracista. [...] pensou em fazer isso, o pessoal da coordenação, da secretaria, sabia que era importante sentar com as mulheres negras para fazer essa conversa, mas a gente não conseguiu fazer. [...] Os movimentos têm seu tempo, suas fragilidades, falta passagem, não teve tempo, o trabalho consumiu, a militante não lembrou e assim vai. O fato é que não houve essa discussão.

As mulheres negras se ressentem de um maior espaço dentro dos movimentos feministas para a discussão sobre a própria questão racial, que está questionada pela forma como o antirracismo se expõe, expressado no desabafo feito por Tania:

– O Movimento de Mulheres e o Movimento Feminista não absorve. Até hoje, em todos os campos, na saúde, é tudo assim: um discurso raso: “As mulheres negras são três vezes discriminadas porque são mulheres, negras e pobres”. Hoje, nem o Movimento de Mulheres Negras repete esse discurso mais. Não há ainda uma discussão aprofundada...

E segue Amália, reforçando o problema:

– [...] O diálogo das mulheres brancas com as mulheres negras é muito difícil! É muito difícil. Como diálogo grande, não é? Porque não basta que algumas lideranças se comuniquem, é preciso que os Movimentos possam se comunicar. Então, se não há diálogo possível sobre aborto entre mulheres do Movimento Negro que são feministas e o Movimento de Mulheres brancas que são feministas, essa luta tem problema, porque mais de 50% da população é negra. E aí, tudo bem, essa grande população negra não faz parte do Movimento Negro nem sabe às vezes o que é que o Movimento Negro faz e fala sobre isso, mas, de qualquer forma essa coisa partida dificulta, obviamente que dificulta. [...] E, às vezes, aí entra a questão partidária, de classe, de trajetória, de raça e regional também, porque o Brasil é enorme! Você tem lá o Norte, você tem o Nordeste, cada qual com suas especificidades. Falar de Movimento Feminista Brasileiro hoje é quase abstrato.

No Livro *A saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*, organizado por Jurema Werneck, Máisa Mendonça e Evelyn White (2000), dois artigos se referem particularmente ao tema do aborto na segunda parte da publicação dedicada às “dores da vida”. O primeiro, de Edna Roland (2000), é um comvente depoimento sobre a sua experiência da clandestinidade durante o regime de exceção, no momento em que teve de se deparar com uma gravidez indesejada e optou pela realização de um aborto. Seu depoimento me remeteu aos grupos de

reflexão em que as mulheres relatam as suas experiências pessoais, despertando nas outras o sentimento de solidariedade à dor, suscitada pelo compartilhamento. O método de diálogo utilizado nestes grupos possibilita a constatação de que a vida de cada mulher, por diversa que seja, pode ter algum cruzamento com a de outra, o que constrói identidade, seja pela experiência vivida, seja pela militância ou, apenas, pela indignação e revolta que provoca.

Edna Roland nos conta também da sua militância e trabalho, quando foi uma das pioneiras na implantação dos serviços de aborto legal no país. No artigo seguinte, Vilma Reis (2000) faz um resgate da situação das mulheres que abortam no país, da legislação existente e das que estão no CN com possibilidade de modificá-la. Resgata as ações dos movimentos e defende que o aborto deve ser compreendido como uma questão de saúde pública. Pode-se perceber no relato de Reis uma tensão entre a defesa do aborto e da esterilização, que não é aprofundada. E, ainda, em um dos seus artigos publicados no Correio Brasiliense, em julho de 2005, Sueli Carneiro denuncia e questiona o Ato assinado pelo então recém empossado Ministro da Saúde, Saraiva Felipe (PMDB), que suspendia uma série de portarias editadas pelo seu antecessor, Humberto Costa (PT). Entre elas, uma criava um programa de atenção a pessoas com anemia falciforme, outra normatizava a não exigência do Boletim de Ocorrência para a gravidez resultante de estupro. Nas palavras de Sueli Carneiro,

[...] é espantoso que o novo ministro da Saúde tenha declarado que não apoiará ou estimulará a discriminação e legalização do aborto, proposta no anteprojeto de lei elaborado pela comissão tripartite [...] proposta que decorre da necessidade de enfrentamento das injunções sociais perversas que fazem que as consequências do abortamento inseguro e clandestino sejam a quarta causa de morte materna no Brasil [...].

Porque remeter a esses artigos? Por que são apenas algumas manifestações públicas de mulheres negras que reafirmam o seu compromisso com a pauta do aborto. No entanto, no feminismo negro, assim como naquele não negro, conforme explicitado pelas militantes de ambos os movimentos, se evidenciaram divergências internas e externas sobre o tema e falta debate para aprofundá-las. Outros nós poderiam ser citados que, inclusive, podem complexificar mais ainda o que foi acima apresentado, como por exemplo, o conflito que existe entre

movimentos que defendem e lutam pela laicidade do Estado mas que também está formado por mulheres negras pertencentes a um movimento negro cuja identidade e unidade se constrói em torno às religiões de matriz africana. É possível conciliar a defesa para estas do mesmo status que está sendo questionado como privilégio para outras religiões? Ao mesmo tempo que é inegável a necessidade de que todas as práticas religiosas precisam ser respeitadas, estar protegidas e garantidas. São temas densos a serem aprofundados em outro estudo.

De qualquer forma, compreendo o posicionamento e a ação de parte significativa das feministas negras, ou negras feministas, incluídos entre os repertórios e quadros interpretativos apresentados no Quadro 6. Não foram só estas as tensões existentes na relação entre movimentos que são vivazes, múltiplos e diversos, conforme ficou demonstrado neste capítulo.

4 A ONDA CONTRÁRIA

No capítulo anterior, apoiada nos depoimentos das militantes feministas, procurei apresentar como ocorreu a movimentação em defesa da legalização do aborto no início do primeiro Governo Lula. As expectativas em relação a uma modificação da legislação punitiva que considerasse propostas defendidas pelo feminismo brasileiro estiveram mais aguçadas. No mesmo sentido, a confluência de organizações em torno às Jornadas, a mobilização nesta e em outras articulações nacionais, cresceu. Pode-se afirmar que este foi um período em que a luta pela legalização foi retomada e ganhou maior robustez, visibilidade e se impôs como um ponto importante do diálogo entre a sociedade civil organizada e o Governo, intermediado pela SPM. O momento de entrega da proposta elaborada pela Comissão Tripartite ao Congresso Nacional, no entanto, vai demarcar o início de outra etapa: o da retirada do Governo Lula do diálogo que começava a se estabelecer e de um descenso da predisposição militante no que se refere à ação via Executivo e Parlamento. O projeto político-partidário do Partido dos Trabalhadores, em um regime de coalização, acabou por arrefecer a militância, que foi se tornando mais tímida à medida que o diálogo institucional recuou. Esta nova etapa será o objeto deste capítulo.

4.1 OS QUE QUEREM CONSERVAR

Conforme abordado nos capítulos anteriores, ao mesmo tempo em que os movimentos feministas, não só no Brasil, mas na América Latina como um todo, retomam a luta pela legalização do aborto, vai se propagar também uma movimentação conservadora⁷⁶ liderada pelo Vaticano, para evitar que os Direitos

⁷⁶ O antropólogo peruano, Jaris Mujica (2007, p. 266) aponta que “pensar nos conservadores exige refletir sobre aquilo que eles tentam conservar”, tanto no espaço da igreja enquanto instituição, como no de redes não formais ou de entidades laicas componentes. Renovam a forma de atuar para garantir a permanência das estruturas patriarcais, em contraposição aos novos movimentos sociais da América Latina das décadas de 60 e 70: os feministas e aqueles de defesa da livre expressão das sexualidades. Os conservadores, não só religiosos, mas aqueles que são também elitistas quando se referem à distribuição da terra, a preservação do meio ambiente, à questão racial, para citar apenas alguns temas, se aliam a, são também a direita, que ressurgiu com força em reação a esta novidade contemporânea apresentada na

Sexuais e os Direitos Reprodutivos possam se estabelecer como marco para a definição de leis e de políticas públicas nestes países. O antropólogo peruano Jaris Mujica (2007) demonstrou em estudo como os católicos se articularam em rede, a partir de organizações com funções que se somam e se reforçam, com atuação local interligada entre diversos países e realizam encontros periódicos onde afinam suas táticas e estratégias. Entre as entidades estudadas por ele, há as que têm entre suas prioridades evitar que organizações pró-direito ao aborto recebam recursos, desprestigiando-as junto à cooperação internacional. Realizam lobby junto ao legislativo e oferecem assessoria parlamentar para a construção e defesa de projetos de lei ligados aos seus interesses. Há aquelas que se dedicam à difusão de ideias a partir da educação, elaboram materiais educativos e os difundem em escolas católicas, mas não só para elas. Começou a ser feito um lobby para influenciar políticas de educação.

Outras organizações cristãs provêm do discurso científico, através da elaboração de estudos e da interpretação de pesquisas da área médica que referendem as suas ideias a serem propagadas. Se, antes, se opunham ao discurso acadêmico, agora “a ciência se converte no campo de prova fática, enquanto o olhar religioso é o suporte ‘espiritual’ de dita verdade” (MUJICA, 2007, p. 266). Mesclam a ciência a dispositivos político-religiosos para sustentar suas posições morais, na busca de dotar os seus discursos de consistência. E não é só o controle do corpo e da sexualidade que pretendem, mas também a modificação das leis e das políticas que podem limitar a autonomia sobre eles. Atuar, portanto, sobre legislativos, ministérios e outras instâncias governamentais e de gestão de políticas públicas foi incorporado também ao seu repertório, não só ao dos sujeitos político-sociais identificados à esquerda progressista.

De forma geral, conforme observou Laura:

– Os grupos fundamentalistas, depois do ciclo da ONU, dos anos 1990, resolveram mudar de estratégia. Ao invés de brigar internacionalmente foram brigar país por país. Na minha avaliação, é isso que eles estão fazendo. Eles estão derrubando as conquistas do Cairo e Beijing, por ação direta dentro dos países. Mudaram a estratégia inteiramente, porque foram derrotados internacionalmente e passaram a ter uma estratégia local com muito mais força.

organização da sociedade civil. É a direita conservadora que (re)encontra formas de renovação e de espriar seu campo de influência.

Como poderemos observar posteriormente, seguiram atuando nas duas arenas e com maior sustentabilidade. Vejam nas palavras de Laura:

– A curto prazo, nós temos menos condições de nos organizarmos do que têm os segmentos conservadores, que têm tudo a favor. Têm, inclusive, recursos entrando dia-a-dia e eles estão abertos para fazer plataformas políticas dentro das igrejas; quer dizer, não custa nada, você nem precisa de dinheiro de campanha política, você faz com os seus fiéis. Então, a questão da religião política é altamente problemática quando você pensa os Direitos Humanos laicos que exigem pluralidade, posições diversas, que supõem que é tão legítimo uma mulher fazer aborto quanto outra não fazer, que isso é uma decisão individual, contextual, social, que cada uma faz. Então, quando nós estamos propondo a legalização do aborto, é uma proposta que não impõe nada a ninguém. Quando se diz que o aborto é crime você está impondo tudo a todos. Então, você tem, realmente, um Estado moral, moralista, religioso ou um Estado laico, plural, com éticas diferentes que propiciem os Direitos Sexuais e Reprodutivos. Entendendo que eles são [do campo] da autonomia individual e que a autonomia individual depende muito do contexto. [...] você tem recursos ali, fantasticamente postos na mão de organizações religiosas. Eu sei que tem organizações laicas, mas o que eu estou dizendo é que as organizações religiosas é que têm a maior liberdade de receber recurso do Estado e de receber dinheiro livre de impostos e de transformar altar religioso em palanque político.

Esses palanques estariam sendo utilizados para reforçar um posicionamento antifeminista. Delimitam para as adeptas do movimento o lugar daquelas que ousam defender para as mulheres um direito, que deveria ser considerado apenas divino: o de dar e de tirar vidas. Simone de Beauvoir, em sua obra *O segundo sexo*, resgata a forma como a Igreja autoriza a morte de homens feitos nas guerras, as “santas” e as não. Na Inquisição, no massacre aos índios “infiéis” habitantes das Américas, nas condenações à morte. Estes, entre outros que poderiam ser citados, são exemplos de situações nas quais a Igreja afirma que tudo se resolverá entre os homens e Deus, já que para eles estaria dado este poder. Beauvoir pergunta “Por que proibir então a Deus que acolha uma alma embrionária em seu Céu?” (BEAUVOIR, 1980, p. 250). Fica explícita nesta referência a maneira como o discurso de defesa da vida, construído pelos religiosos conservadores, representa um projeto de dominação que recusa às mulheres autonomia sobre si

mesmas, que lhes nega a autodeterminação sobre suas próprias vidas e daquelas que podem vir a ser delas dependentes. Nega a elas qualquer possibilidade de prestação de contas junto ao divino. Esta perspectiva de utilização da defesa da vida contraria a capacidade de decisão das mulheres, contraria o papel de sujeito que estas possuem e está questionada também por militantes feministas que são declaradamente católicas, como observamos na fala de Dolores:

– Temos que atentar para o quanto os grupos que são contrários ao aborto usam essa questão da defesa da vida como uma pauta política para ganhar apoio na sociedade. Não porque defendam de fato a vida do embrião, porque estejam preocupados com a qualidade de vida da mulher. É uma temática que tem um apelo emocional muito grande. E esses setores, basicamente as religiões, usam esse apelo pra ganhar simpatia, pra angariar mais poder diante da população. A gente tem um desafio que, além de afirmar essa questão da mulher que tem que ter essa emancipação de decisão sobre si mesma, é desmontar essa farsa que os grupos fundamentalistas, ou os grupos que são contrários ao aborto construíram de que eles são os defensores da vida. É um desafio conseguir fazer essa reflexão com a população, com a sociedade como um todo, de como esse discurso é falso. É o uso de uma coisa que comove pra construir um poder político e um poder econômico. Mas não que eles tenham alguma preocupação com a vida do feto, ou com a vida das crianças, ou com a vida de quem quer que seja. Na verdade é uma assimilação dessa temática de um ponto de vista completamente negativo para a construção do direito individual das mulheres. Pra mim, por exemplo, quando a Igreja Católica reivindica esse lugar de falar da moral da família, é simplesmente para se cacifar ou se manter uma instituição que está acima de qualquer suspeita porque defende a vida desde o momento da concepção e que por isso não vai ser questionada quando não pagar imposto, não vai ser questionada quando pegar dinheiro do SUS pra prestar serviço de saúde pública, mas não prestar... Agora, se você for levantar, por exemplo, como é que a Igreja trata a pedofilia, ela claramente esconde as pessoas que são acusadas de crimes de pedofilia, ela protege, ela não possibilita a apuração desses casos. Mas isso não está claro [para a população de forma geral].

Não pretendo entrar na discussão filosófica sobre o início e o fim da vida ou dialogar com os argumentos utilizados pelas igrejas, instituições patriarcais nos seus fundamentos. Mas, considero importante resgatar que o argumento feminista que se contrapõe a este da defesa da vida feita de forma absoluta tem sido o que

reafirma que um ser em potencial não pode estar acima de uma vida que existe e que precisa ser vivida com dignidade, o que abrange a autonomia sobre si mesma e o acesso aos direitos de cidadania a ela correspondentes.

As religiões não são monolíticas. Podem se encontrar em seu interior desde aqueles setores fundamentalistas e extremistas, que são contrários a uma leitura conjuntural do texto sagrado, àqueles que podem ser considerados liberais. E até, num outro extremo, os que realizam uma leitura mais crítica da Igreja enquanto instituição, defendem modificações radicais em sua hierarquia, propõem uma atuação em favor dos mais pobres e excluídos da sociedade e acreditam que a justiça é uma meta a ser perseguida em vida. Dentre esses, há inclusive aquelas pessoas que acreditam que o direito ao aborto deve ser visto como uma questão de justiça social para com as mulheres que se encontram mais à margem na sociedade.

No Brasil, segundo Rosado-Nunes (2012), se a CNBB continua a se posicionar, claramente, de acordo com os dogmas estabelecidos pelo Vaticano, há também dentro da Igreja Católica um contradiscurso, que se propõe dialógico, pois não se apresenta como definitivo e evita o tom dogmatizante. Este discurso, porém, não tem se anunciado para a sociedade na mesma dimensão que o discurso religioso conservador.

O depoimento de Bernadete se refere aos limites que a perspectiva religiosa, presente no senso comum, estabelece para o debate sobre direitos humanos e democracia:

– Aqui no Brasil, tem uma influência religiosa tão grande na vida particular das pessoas que elas não sairiam à rua pra falar do tema do aborto. Não é que não considerem importante descriminalizar, mas elas não vão manifestar isso publicamente. Eu comparo muito o Brasil com a Argentina, porque [...] esse tema na Argentina, ele está aquecido. Tem uma Campanha e é impressionante você ver o grau de incidência da Campanha, a diversidade dos setores que compõem a Campanha, a pluralidade de vozes dentro dela, o apoio da opinião pública, muito maior que no Brasil. Lá é 40%, aqui a gente não chega nem a 10% [de apoio] para mudança legislativa. Lá tem um histórico de luta pela democracia, de luta pelos Direitos Humanos muito grande e isso contribui com o amadurecimento da sociedade para chegar à questão da descriminalização e da legalização do aborto. Porque não existe, por exemplo, nenhum estigma em falar de Direitos Humanos na

Argentina, pelo contrário. E aqui as pessoas não sabem o que é Direitos Humanos, elas não se interessam, elas acham que Direitos Humanos é para bandido, que ONG só serve para defender bandido. Tem uma distorção dos temas caros: de democracia, de liberdades fundamentais, que as pessoas não incorporam como importantes para um Estado de Direito, para um Estado democrático, para propiciar um debate social. Tem um outro estágio de desenvolvimento da democracia. Eu acho que anda junto: enquanto a gente não avançar na discussão da democracia, de incorporar outras demandas, de outros grupos, de pluralidade de demandas, a gente não vai conseguir avançar na legalização do aborto. É uma sociedade muito fechada para essas discussões. [...] Enquanto a gente não falar sobre Direitos Humanos de uma forma menos hipócrita, não vai falar sobre a necessidade de legalizar o aborto. Uma coisa está junto com a outra.

Quando o resultado da CT chegou ao Congresso Nacional, as feministas se depararam frontalmente com a virulência do discurso religioso conservador e com a capacidade de organização dos contrários ao direito de decidir no Brasil. O que já vinha se anunciando, mas não tinha sido experienciado de forma tão contundente naquela conjuntura. Fica evidente que não se percebia claramente a amplitude que o poder do discurso conservador havia alcançado, inclusive entre aqueles que eram considerados aliados e que estavam sendo pressionados também. Por outro lado, conforme afirmou Laila:

– [...] a gente não pode esquecer nunca em que regaço o PT nasceu. Se nasceu no colo dos movimentos sociais, nasceu também no colo da Igreja. [...] tem uma questão de identidade do próprio PT que não está apartada de uma identidade com a Igreja, com a Igreja Católica.

À pressão feita pela CNBB através do seu posicionamento visibilizado pela mídia e de reuniões com o Executivo, desde o início dos trabalhos da Comissão Tripartite, se soma a pressão crescente da bancada parlamentar evangélica⁷⁷. Os apoios destes setores religiosos e a adesão popular com a qual eles contam, irão se

⁷⁷ Os evangélicos se organizam como bancada dentro do Congresso Nacional: em 2002, esta bancada se compunha de 46 deputados e 4 senadores e, em 2006, 32 deputados e 4 senadores. Em 2010, decresce o número de senadores para apenas 1, enquanto os deputados aumentam mais que 100%: passam a ser 71. Os eleitores destes parlamentares se encontram entre as classes que têm se beneficiado das políticas para o aumento de renda no Governo Lula. No período dos trabalhos da CT, o relator do orçamento do governo – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – para o ano seguinte era um parlamentar do PT de MG, evangélico.

tornar imprescindíveis ao Governo, quando denúncias de corrupção e compra de votos vieram à tona.

Em junho de 2005, o Brasil se deparou com uma acusação, por parte do deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ), de que existia um esquema de compra de votos de parlamentares envolvendo a cúpula do PT. Estas manobras, garantidas a partir do repasse de dinheiro efetuado por um grupo de agências de publicidade e de comunicação de Minas Gerais, tinham como finalidade garantir apoio político ao Governo Lula no Congresso Nacional. A denúncia, que remetia a prática ao período inicial do mandato, em 2003, foi acatada pela Procuradoria Geral da República. A troca por fidelidade nas votações de propostas que eram do interesse do Executivo, quando veio a público, recebeu o nome de “escândalo do mensalão”⁷⁸.

A entrega do anteprojeto ao legislativo coincidiu com o mensalão, quando o governo disse então que caberia unicamente aos movimentos sociais levar adiante o projeto e defende-lo junto ao Legislativo. Para compreender, não justificar, como chegamos ao mensalão e como ele levou a este afastamento de um propósito anteriormente anunciado aos movimentos feministas é necessário resgatar a forma de governar o país naquela conjuntura.

4.2 PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

Amorim Neto, em trabalho sobre o modelo presidencialista do Brasil, coincide com Sérgio Abranches na afirmação de que

a especificidade constitucional do Brasil – a combinação de presidencialismo, multipartidarismo, federalismo e bicameralismo – impõe aos cruciais processos de formação ministerial e constituição de maiorias legislativas um complexo jogo de alianças interpartidárias e inter-regionais (1988, p. 9).

Segundo Amorim Neto, nenhum governo, desde 1985, teve o ministério composto apenas por integrantes do seu partido⁷⁹, havendo uma variação dos

⁷⁸ O julgamento destas denúncias foi realizado em agosto de 2012, pelo Supremo Tribunal Federal.

⁷⁹ No primeiro mandato, o governo do PT estabeleceu 26 ministérios dos quais 13 ministros eram petistas, 6 sem filiação partidária e 1 pasta ficou em mãos de cada um dos partidos: Pcdob, PV, PL, PSB, Partido Popular Socialista (PPS), PTB, PDT. As 7 secretarias foram todas ocupadas por militantes do PT. No segundo mandato, com a reforma dos

critérios⁸⁰ para esta composição, que tem normalmente influência sobre o apoio do Legislativo ao Executivo, fundamental para que o governo aprove propostas de lei e orçamentos.

Os autores consultados, Abranches (1988), Amorim Neto (2009), Limongi e Figueiredo (2009), construíram suas análises a partir de períodos que antecedem ao Governo do PT. Utilizarei algumas de suas conclusões para fazer uma leitura deste último, visto que elas se referem a um modelo de presidencialismo que persiste. Octávio Amorim Neto (2009, p. 84-85) situa o debate de diversos estudiosos sobre o modelo brasileiro, de base multipartidária, em três linhas: 1) identificado com coalizões fortes e eficazes que podem ser comparadas ao modelo europeu; 2) de coalizações relativamente frouxas ou mesmo não eficazes; 3) de coalizões com necessidade de constituir maioria a cada votação. As denúncias do mensalão tiveram como intuito criar uma desestabilidade governamental que justificasse negociações que influenciavam sobre todas as votações e composição governamental.

Não sendo uma estudiosa do modelo de presidencialismo do país, ousou afirmar que desestabilizar uma coalizão pode ser utilizado como uma tática contrária ao executivo, com o objetivo de criar uma situação de enfraquecimento do seu poder, ainda que momentaneamente, para se atingir/fortalecer pautas e interesses que não são comuns entre os poderes e seus integrantes. O inverso também pode

ministérios concluída em março, aumentaram as pastas de 34 para 36, incluindo as secretarias com status de ministério. O número de partidos representados não aumentou significativamente em relação aos do primeiro mandato, de 8 passaram a ser 9, com a substituição de alguns por outros. O PT continuou na titularidade da maioria das pastas: 16, os sem partido continuaram a ser 6, o PSB passou à titularidade de 2 ministérios, PTB, PDT, PV, Pcdob, continuaram à frente de 1 ministério cada. Novas legendas assumiram outras titularidades: PP e PR de 1 ministério cada e o PMDB de 6 (sendo que 1 deles foi indicado apenas pelo presidente do partido). É importante lembrar que houve migração de filiação partidária. (cf. anotações da autora, à partir dos jornais da época).

⁸⁰ Pode-se afirmar que, no governo do PT mais do que nos que o antecederam, movimentos sociais, em particular o sindical ao qual o candidato vitorioso estava vinculado, também foram considerados para esta definição, ainda que a filiação partidária fosse o fator preponderante e muitas vezes coincidente. A Igreja Católica também. Entre os assessores mais próximos à presidência se encontravam pessoas identificadas pelo seu vínculo religioso. No caso da SPM nenhuma das duas responsáveis pela pasta durante os oito anos de Governo foram definidas a partir das preferências dos movimentos feministas. Ambas não possuíam qualquer vinculação antecedente ao feminismo: a primeira foi uma senadora não eleita no Rio Grande do Sul e a segunda havia sido reitora de uma universidade do estado do Rio de Janeiro, a UERJ, quando foram implantadas as cotas para estudantes negros/as. A segunda estabeleceu uma relação mais próxima com os movimentos de mulheres e feministas e alcançou grande aceitação e apoio entre estes movimentos.

ser verificado, quando se enfraquece uma pauta a partir da retirada de apoio a ela. Neste sentido, as três linhas citadas no parágrafo anterior poderiam conviver num mesmo governo, em períodos distintos, redefinidas, de forma frequente, a partir de uma maior ou menor satisfação dos interesses em jogo.

Fernando Limongi e Argelina Figueiredo (2009), em suas pesquisas, certificam um histórico de altas taxas de aprovação conseguidas por parte do Executivo junto ao Legislativo, mas inferem que este resultado pode estar sendo verificado pelo fato de o governante deixar de estar submetendo projetos quando sabe que não terá sucesso. As agendas de interesses dos parlamentares costumam ser alocadas, majoritariamente, entre as distributivas, em função da preocupação destes com a sua reeleição. Mas os autores negam, por sua vez, a existência de duas agendas independentes, paralelas, para as quais se vai buscar apoio. Afirmam que o que existe é uma agenda de consenso entre os dois poderes. A agenda do Executivo seria, nessa perspectiva, uma agenda da maioria:

[...] em resumo, não há uma grande divergência na eleição de prioridades por parte do Congresso e do Executivo. A agenda de um e a do outro têm caráter complementar. Obviamente, isso não implica identidade de interesses e ausência de conflitos. Significa que a atuação dos dois Poderes é baseada em um princípio de coordenação (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2009, p. 84).

O estudo de Limongi e Figueiredo (2009) se fundamentou apenas nas despesas com investimentos, mas os autores acreditam que esta complementaridade seria observada quando os gastos são de outra ordem.

No caso do aborto, em sendo revista a lei punitiva em favor da legalização, as despesas com a implantação da política demandariam novas rubricas ao orçamento da área da saúde, por exemplo. À parte o fato de já estarem previstos gastos com aborto incompleto no SUS, há uma discussão se eles poderiam ser mais significativos caso o aborto medicamentoso até as 12 semanas viesse a ser implementado. Ou se, realizado na legalidade, em boas condições de higiene e saúde, o que poderia acontecer seria a redução das despesas com o atendimento ao aborto incompleto e os consequentes problemas advindos da clandestinidade, a implementação na distribuição de métodos contraceptivos para o planejamento da reprodução.

Compreendo que aquele momento havia um componente do que se refere Nancy Fraser quando afirma que “para combater a subordinação das mulheres, é necessário estabelecer uma abordagem que combine uma política de redistribuição com uma política de reconhecimento” (2002, p. 66). Fraser sustenta a sua abordagem a partir do que define como uma visão bifocal de gênero, que se reportaria às questões de classe social e às de status (que se aplicariam, também, segundo a autora, a outros eixos da diferenciação social como raça, etnicidade, sexualidade, nacionalidade e religião) destacando que somente a mudança de uma delas não seria suficiente na promoção de políticas mais justas.

Para Fraser “as demandas feministas pelo reconhecimento forçam a distribuição” (2002, p. 75) e, por outro lado, “não há redistribuição sem o reconhecimento”, o que pressupõe mudança cultural. Esta me parece ser uma perspectiva pertinente para avaliar um processo de implantação de políticas públicas, considerando a promoção da igualdade. Identifico nela uma certa lógica de como um governo projeta as suas ações, buscando equilibrar, numa pauta hierarquicamente priorizada – incluindo nestas a insatisfação que pode criar entre um público não atendido nas suas necessidades e demandas – o que pode ser alcançado pesando custos e benefícios, isto é, numa visão pragmática como costuma ser a de gestores públicos.

Vejam um exemplo concreto: um ministério como o da saúde é caracterizado como ministério de gastos. No Governo Lula, este foi ocupado a partir de critérios preferencialmente partidários, para além de se buscar um técnico da área. Humberto Costa (PT/PE)⁸¹ foi o primeiro ministro e permaneceu apenas até julho de 2005. Foi afastado no auge das denúncias do mensalão, quando as indicações para a pasta passaram a ser feitas pelo PMDB. Costa, que por suas posições era próximo ao movimento de mulheres em Pernambuco, enquanto esteve à frente da pasta promoveu programas e políticas que dialogavam com as proposições feministas. O PAISM foi alçado à condição de Política.

Vale atentar para o fato de que parlamentares costumam perceber as pastas sociais como um importante canal de transferência de recursos para os seus estados ou municípios de origem, o que contribui para a continuidade dos seus

⁸¹ Formação do início do governo. Humberto Costa é formado em medicina e em comunicação.

projetos eleitorais. Isto faz com que o Ministério da Saúde, num regime de coalizões, seja um dentre aqueles mais disputados pelos partidos aliados.

Com o afastamento de Costa, assume o ministério Saraiva Felipe, do PMDB, partido que até a crise do mensalão não integrava o ministério. Este pode ser visto como um indicativo de que a desestabilização sofrida pelo Governo, naquele momento, foi provocada como pressão para ampliar a sua base governista e incluir, na coalizão, outros partidos, que passariam a lhe dar sustentação ao governo. Fato que se traduziu numa alteração dos projetos, inclusive daqueles relacionados às políticas para mulheres.

No caso da compra de votos denunciada através do escândalo do mensalão, um elemento corruptor seria outra forma de negociação a extrapolar aquelas estritas ao jogo de disputas políticas e democráticas, para a definição de resultados consolidados⁸² entre Executivo e Legislativo. Pode-se deduzir, assim, que se lança mão deste tipo de expediente em casos de fragilidade da capacidade de coordenação política para manter o governo de coalizão ou de dificuldade em impor unilateralmente uma agenda ou, ainda, de resistência explícita – sejam por quais motivos forem – a esta agenda. Aliado ao fato de que existiria uma pré-disponibilidade para a corrupção. Em todas as situações, a coalização se encontraria com a sua base fraturada. Isto nos remete a Sérgio Abranches quando afirma que

[...] dificilmente uma grande coalização governante terá condições de estabilidade, em períodos de crise aguda, sem um amplo apoio político-social, que ultrapasse os limites das lideranças partidárias e envolva todos os segmentos sociais politicamente organizados (ABRANCHES, 1988, p. 68).

Daí que entre desagradar a um movimento social de mulheres e feministas a garantir o apoio de partidos do porte eleitoral do PMDB e/ou de parlamentares com sustentação em instituições católicas ou protestantes, estas que vêm aumentando o raio da sua influência principalmente na periferia dos grandes centros urbanos, se tenha optado por estes últimos. O Governo Lula, fragilizado

⁸² Não pretendo entrar no debate sobre formas de governo que podem favorecer ou não práticas consideradas ilegais. As denúncias feitas precisam acumular provas e serem julgadas antes que se afirme que os fatos realmente aconteceram como relatados. Esta, no entanto, tem sido uma prática recorrente, também motivo de acusação em governos anteriores.

pelas denúncias do mensalão, decididiu em detrimento das primeiras e do programa partidário. Mais uma vez nos remetemos às afirmações de Abranches:

No que diz respeito às lideranças, isso implica a capacidade de negociar a inclusão recíproca de políticas contrárias aos princípios diretivos dos partidos e de calcular corretamente a amplitude de sua legitimidade e autoridade junto às bases e de sua credibilidade perante a opinião pública. Em outras palavras, competência na negociação de sacrifícios recíprocos, resguardando os interesses coletivos, e extensão real de seu mandato para fazer concessões em nome da estabilidade da coalizão e do sucesso da gestão governamental (ABRANCHES, 1998, p. 66).

Gatantir a permanência do governo petista, da governabilidade, era o mais importante naquele contexto.

4.2.1 A Entrega e o Debate da Proposta Tripartite no Congresso Nacional

E foi nesta conjuntura que o resultado da CT reclamava sua conclusão. Deveria ser encaminhado ao Legislativo brasileiro. Quando lá chegou, os limites conjunturais estavam agudizados e se impuseram à continuidade que foi dada ao processo por parte do Governo, conforme explicita Amália:

– [...] eu não imaginava o significado que teve o Lula não ter entregado esse Projeto. Eu não imaginava que a Ministra entregar era quase nada. Eu achava que a Ministra entregando era muito bom. Puxei o Hino Nacional dentro da sala da Comissão de Seguridade Social e Família porque achei que era uma vitória nossa aquilo estar sendo entregue lá. Foi um momento de cidadania muito forte. Uma doce ilusão, porque, na hora das audiências públicas, a forma como elas foram montadas e, enfim, o panorama que a gente tinha: quem falava contra, quem falava a favor... E como que aquilo estava feito para desqualificar o debate. Todo aquele ambiente medieval de quase botar as mulheres na fogueira porque são favoráveis ao aborto...

Nem todas as entrevistadas estiveram nas audiências na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)⁸³. A participação de feministas era articulada de acordo com as possibilidades de recursos para que as militantes pudessem ir até Brasília, o que nem sempre era conciliável com outras agendas de trabalho. Logo,

⁸³ E nem todas que estiveram estão entre as que foram ouvidas em entrevista.

as presenças eram limitadas. Solicitava-se também, àquelas que poderiam estar na Capital Federal em função de outros compromissos, que permanecessem e contribuíssem nas atividades planejadas: conversas com a imprensa, visitas aos gabinetes parlamentares e audiências da Comissão, que não costumam ser marcadas com muita antecedência.

Como foi percebida a atuação do movimento no Congresso Nacional, no período final do ano de 2005, em que a proposta esteve em debate? Vejamos o que dizem algumas das entrevistadas:

– Dadas as condições, a atuação foi a melhor que poderia ser feita, porque, quando você tem a coisa desmontando antes... [...] então, se o governo não queria levar como seu projeto e, isto já estava claro antes: não encontrou nem no Senado, nem na Câmara o que seria uma alternativa. [...] havia elementos altamente positivos na proposta de entrega da Comissão Tripartite para a [deputada] Jandira Feghali, que era a figura dentro da Câmara que estava dando parecer sobre os vários projetos do aborto; era uma figura fantástica que [...] estava com o processo na mão, era absolutamente favorável a nós. A gente tinha todos os elementos para entregar, tudo, tudo para que fosse entregue na CSSF. [...] O Cfemea que, mais ou menos, acolhe todas as propostas das Jornadas, da Articulação das Mulheres Brasileiras, da Rede Feminista e desenvolve todo um trabalho, enquanto organização não governamental, de levantar quais são os deputados a favor e contrários à legalização do aborto (...) naquele momento, dá uma atenção especial na CSSF. Desse ponto de vista [...] funcionou muito bem porque a gente tinha um mapa [com o posicionamento dos parlamentares da Comissão]. E, eu aí insisto, esse mapa não nos era... [desfavorável]. (Miriam).

– Ela [a proposta] não entra perdida, ela vai ficar perdida! Mas ela não entra perdida! Se você olhar agora, aí é que eu acho que hoje está fechado o Congresso, mas naquele momento não estava fechado. Estava difícil, mas não estava fechado. A Comissão (CSSF) não tinha maioria contrária. Você talvez não tivesse a maioria favorável, mas você não tinha a maioria organizada contrariamente. Isso tem que ser visto como um elemento positivo. É que você olha para trás e, como não deu certo, aí você diz assim: “– Nós não tínhamos condições!” Não! havia, sim, uma possibilidade! [...] o que aconteceu é que a posição política foi se organizando contrariamente ao aborto. Por quê? Não porque eles tivessem uma posição negativa em relação ao aborto, foi que as eleições se

aproximavam e todos aqueles que estavam “pintados” a favor da legalização do aborto, porque já tinham se declarado [para o mapa de posicionamentos realizado pelo Cfemea], porque já tinham sido entrevistados, começaram a não estar mais presentes na Comissão. Enquanto aqueles que eram contrários estavam ali, sempre presentes [...]. (Miriam).

Entre as integrantes do movimento que se reuniam para avaliar as possibilidades e as formas de atuação no CN, foi considerado, o exemplo anterior de votação da Lei Maria da Penha, em que também não havia uma maioria favorável à lei. Esta fora uma vitória que abrisse um precedente para questões polêmicas que envolviam uma modificação no reconhecimento dado a elas pelo Estado brasileiro. Segue Miriam:

– [...] como eu digo que passou a questão da violência contra a mulher. Você não pode dizer previamente, se fizesse um mapeamento, que você tem todo mundo a favor da Lei Maria da Penha no Congresso. Não tem mesmo! É garantido que não tem! Só que, houve já um certo tempo de sedimentação da sociedade brasileira para legitimar a questão de que a mulher tem direito à não violência. Então, muitos deputados que não seriam, absolutamente, favoráveis à Lei Maria da Penha votaram a favor porque a indicação era de que é legítimo você defender que as mulheres não sejam espancadas. (...) Não são muitos que estimularam a Lei, são poucos. Mas, aqueles que não puderam ser contra são muitos. Então, o que a gente queria como estratégia? É que houvesse gente que estimulasse a legalização do aborto e que isso se tivesse tornado alguma coisa que muitos não pudessem ser contra.

Se esta análise apresentada por Miriam ganhou adesões, não ficou explicitado em nenhum dos depoimentos. Há, no entanto, uma crítica de vários segmentos à forma como, desde o início dos trabalhos da CT, faltou compartilhamento do que estava sendo feito pelas militantes que acompanhavam o CN, das decisões que estavam sendo tomadas. Houve quem acusasse que limitaram a irradiação do processo de encaminhamento do resultado da I CNPM, o que contribuiu para que este fosse perdendo adesão e participação. Uma frase de Laura resume o que foi manifestado por várias entrevistadas: *“Esqueceram de construir a unidade com as que estavam fora”*. Sigo, com outra contribuição, que também se refere ao “enclausuramento” do debate, a partir das reflexões de Laura:

– *Eu acho que a sociedade brasileira não tem consciência da importância que o Congresso tem para si própria, para a sociedade. Como se não fossem importantes as novas leis que estão sendo elaboradas e feitas e aprovadas ou não. [...] então, eu acho que não houve suficiente reverberação externa para dar suporte para o que estava se passando lá, porque era uma batalha ferrenha e muito desagradável, muito antidemocrática, muito injusta, muito viciada, cheia de artimanhas regimentais e os nossos adversários são mestres em lançar mão de recursos regimentais para conseguir o que querem. E fora que a gente se deu conta de que estava perdendo os nossos aliados lá dentro. A questão foi posta de maneira tão contundente, que é essa estória de que “meus eleitores, as eleições, eu não posso perder a eleição”, dá um recuo. O recuo dos nossos aliados, o recuo do Governo, a falta de uma coisa que reverberasse, enfim, que aparecesse na mídia que havia um Movimento que acompanhava aquilo e que estava protestando contra aquilo. Eram muito poucas aquelas que estavam realmente acompanhando lá dentro.*

Outras declarações, porém, justificam este tipo de afirmação quando reconhecem a ausência de sustentação da ação em Brasília por uma parte mais ampla do movimento. Explicam como a dificuldade em informar e mobilizar se deu por falta de recursos disponíveis, como verificamos nas afirmações de Vera.

– *Eu acho que a gente estava sem fôlego para fazer tão diferente, entendeu? Porque, para fazer diferente, era possível! Eu acho que, naquele momento, se a gente tivesse vinte mulheres, lideranças feministas, dessas que têm estratégias, relações e etc. disponibilizadas para cuidar desta questão, eu acho, sim. Acho que a gente levaria, por exemplo, a Confederação dos Professores, acho que a gente levaria a Confederação de Enfermeiros, acho que levaria a SBPC, mas isso demanda... não é só um telefonema, demanda ir lá, fazer reunião. Era dedicação exclusiva e nós não tínhamos quem fizesse dedicação exclusiva, essa é que era a mais pura verdade. Era assim: amanhã vai ter um grande debate aí sai correndo, desesperada, para ir a Brasília. E o que é que você faz? vai ao gabinete de um deputado. Não faz! Tem que ir na cidade do deputado, fazer com que quarenta, cinquenta e-mails tivessem chegado para ele dos seus eleitores, fazer com que não sei quantas pessoas tivessem se reunido com ele, é isso! Mas nós não fizemos esse ato.*

As pernas eram menores que os passos a serem dados. Como relembra Vera:

– [...] em nenhum lugar do mundo o aborto foi aprovado por uma ação isolada do movimento feminista.

Mas, é impossível lidar com a abstração de um “se”. Teria realmente dado para fazer diferente? Por quanto tempo? Com quais recursos disponibilizados para poder garantir uma militância dedicada, de forma exclusiva, ou com espaço na agenda majoritariamente voltado para trabalhar com a proposta do PL no Congresso Nacional? Talvez um envolvimento maior de pessoas e dos seus tempos para garantir que o resultado na CSSF fosse positivo ou menos melancólico do que foi ao chegar ao final de 2005, mas como seria na sequência? E se o percurso necessário até o momento da aprovação e encaminhamento para a sanção presidencial se estendesse muito? Se nem sequer integrantes da SPM, que representavam o Executivo neste diálogo, acompanharam os debates da Comissão, qual a garantia de que não haveria veto presidencial? Qual a real capacidade de uma maior mobilização para reverter o contexto desfavorável? São perguntas que não podem ser respondidas à base de conjecturas, diante do cenário estabelecido, em que, segundo Geralda

– Algumas organizações continuaram fazendo trabalho de escritório ou ‘eu’ participo da coordenação política [das Jornadas], eu participo de reuniões importantes no Congresso Nacional, falo como uma técnica, como uma especialista, mas não faço, não tenho um compromisso com a tarefa de ampliar a base com categorias profissionais, com os movimentos, com formadores de opinião. Eu acho que não teve e por vários motivos. Ou porque são organizações que adotaram essa forma de trabalho mais formalista, mais tipo feminista empresarial de trabalho, muito no escritório, ou porque são organizações que não querem colar a sua imagem à luta do aborto, por vários motivos: para não perder financiamento ou porque trabalham com uma base muito católica. Por exemplo, pessoas que trabalham na área rural, com mulheres rurais ou com mulheres de um determinado segmento, que são muito religiosas e que temem que, ao adotar essa luta, elas possam... é... afastar o seu público, criar conflito com aquele público que trabalha. Tem um pouco esse conflito.

As análises remetem não só ao que aquelas que estavam mais envolvidas poderiam ter feito, mas, também, ao que poderiam fazer aquelas que

não se mobilizaram numa relação entre sujeitos políticos parceiros. Um limite percebido nas avaliações é que elas isolam o Movimento e a “derrota” do cenário político mais amplo, que levou àquele resultado. Isto faz com que as críticas sobre si mesmas se tornem muito mais duras. Da mesma forma, mas em outra perspectiva, percebe-se uma dificuldade entre articular estratégias projetadas com o pensar estrategicamente. O mapa de posicionamento dos parlamentares, mesmo que fosse uma referência inicial para o diálogo, mostrou ser descartável diante das negociações que são feitas, concomitantemente, entre os partidos. A rapidez com que a dinâmica entre Executivo e Legislativo se sobrepôs ao ritmo dos fatos, a modificação da correlação de forças, fugiram à capacidade de análise da conjuntura, que se sustentava em algumas declarações governamentais que sinalizaram que o aborto era sim um tema possível, como uma questão de saúde pública. O fato é que os embates nas salas e corredores do CN nos dias de audiência, somados à solidão das poucas feministas presentes, que viam os possíveis congressistas aliados também desaparecerem, a intuição da derrota iminente e as decisões a serem tomadas ao “calor” dos acontecimentos, foram fatores de desarticulação e desânimo, manifestados no depoimento de Amália:

– [...] éramos bruxas mal vistas e era um sentimento muito pesado. Fisicamente, pesava no ombro aqueles padres vestidos de monges com suas cruzes e as mulheres com os [bonecos que imitavam] fetinhos na mão. Era uma coisa muito pesada ali dentro e eu acho que a gente perdeu energia, perdeu muita energia com esse processo. E acho que não recuperamos ainda. Por mais que a gente tente, são tentativas internas.

E ainda, neste outro depoimento de Geralda:

– Principalmente depois desse processo no Congresso com esse corpo a corpo muito... muito violento. Foi muito violento, para mim. Para mim como pessoa, eu me senti muito... eu achei muito violento. Eu acho que eu dei uma... também nunca parei, eu nunca disse isso pra ninguém, eu nunca parei muito para refletir sobre isso. Mas eu acho que eu me protegi, eu não queria mais ir para o Congresso. Eu poderia fazer tudo, mas ir para o Congresso eu não queria. Eu fiquei muito impressionada de como era violento. E se eu queria colocar o meu corpo, o meu corpo mesmo, a minha corporeidade, a minha subjetividade, ir com aquele corpo pra lá para ficar sendo... eu fiquei bem impactada. Eu acho...

Carla (entrevistadora) – O corpo era um campo de batalha, mesmo...

– Era, o corpo era o... E eu lembro que uma vez eu estava sentada e uns caras com uns braços assim, me empurrando, me... Eu fiquei, acho que eu fiquei muito assustada com aquele... Ao mesmo tempo aquele “espetáculo”, aquela... Aí eu, pelo menos do Congresso eu... Foi quando eu me voltei mais para o trabalho da Frente⁸⁴. Eu achei realmente que teria que fortalecer a base, a aliança social. E aquele Congresso realmente, assim... Parabéns para o Cfemea, maravilhoso! São umas guerreiras de trabalhar ali dentro, de enfrentar tudo aquilo todo dia, mas a minha energia ficou um pouco... Eu fiquei um pouco... Eu fiquei sem vontade de estar ali dentro, sabe?

O CNDM, como instancia intermediária entre Governo e Sociedade Civil, “não foi força de articulação” como caberia ser a um Conselho. Ainda que algumas das conselheiras que integraram a CT tenham acompanhado de forma bastante ativa as audiências, suas companheiras não atuaram da mesma forma.

4.3 A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E O CNDM

Há, entre todas as entrevistadas, uma opinião comum sobre o mérito da existência de um organismo⁸⁵ dentro do governo com o objetivo de abrir espaços para que as políticas públicas possam ser pensadas a partir de uma perspectiva de gênero, manifesta em observações como as que foram feitas por Laura:

– Ter mecanismos que fazem a briga dentro do governo em relação às mulheres é fundamental!

ou, ainda, por Bartira:

– Não ter uma Secretaria seria um desastre; termos construído uma foi o mais forte instrumento, a mais forte ferramenta de políticas públicas para as mulheres.

A Ministra e as técnicas que trabalhavam na sua equipe, muitas delas formadas nos movimentos, eram vistas como aliadas e como pessoas comprometidas. Existia um reconhecimento, também, das dificuldades que podiam

⁸⁴ Trata-se da Frente pela não Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto.

⁸⁵ Uma das entrevistadas resgatou que estes mecanismos passaram a ser implementados com maior empenho a partir das Conferências da ONU; estas contribuíram tanto para ter secretarias como na construção de indicadores para avaliação dos governos.

ser enfrentadas para concretizar os seus propósitos fundantes. Mas também de que, em momentos críticos, como é parte de um governo, a Secretária não poderia agir de outra forma: ela teria que acompanhar o posicionamento deste, pois, não fazê-lo poderia significar a sua destituição. Nesta direção, no que se refere ao tema do aborto, a Secretária e a SPM agiram em correspondência à Presidência, à qual estavam vinculadas. No primeiro mandato estabeleceu um amplo canal de diálogo e atuou, não sem enfrentar resistências, para encaminhar o resultado da ICNPM. *Fez sua parte*, para algumas, como Oriana, já para outras, como Jussara:

– [...] *foi muito além dos seus limites. A SPM foi o que eu espero, um espaço que está à frente do governo, um espaço de ousadia, um espaço de jogar o governo para a frente.*

É importante observar que no primeiro mandato não só o movimento se mostrou mais otimista em relação às possibilidades de avanço. A titular do organismo de políticas para as mulheres, também, ao vislumbrar dentro do governo do qual fazia parte esta abertura para empreender a tentativa de modificação da legislação, realizou diálogos e costurou apoios para fortalecer o que parecia ser um indicativo favorável. Já no segundo mandato, na II Conferência e no momento de elaboração do II PNPM, esteve, como aponta Soraia:

– [...] *tímida e recuada; foi isolada do movimento pelo Governo.*

As opiniões se dividem quando se trata de avaliar a forma como os movimentos se posicionaram diante deste recuo. Se para umas, como Neide,

– *o movimento agiu com autonomia: apoiou o governo, mas também criticou, pressionou a Secretaria nos momentos devidos.*

Houve quem tenha afirmado, no caso, Bartira:

– *Nós deixamos de atacar o Governo para preservar a SPM e para preservar as pessoas que estavam lá dentro. O movimento identificado com a SPM e com o PT é um elemento sinérgico, mas é também limitador.*

Isso teria feito com que algumas tivessem se posicionado com mais criticidade em relação ao Governo, que outras. Diz Bartira:

– *quando o Segundo Plano saiu foi um silêncio geral, ninguém abriu a boca sobre a ausência do aborto, só a Rede Saúde*⁸⁶.

⁸⁶ A AMB também afirmou ter se manifestado a respeito.

O desapontamento, apesar de pressentido diante da forma como se deu a discussão na Conferência, transpareceu conformado ao universo da militância, mas não através de declarações públicas. Se foram feitas tentativas de publicizá-las, estas críticas continuaram encerradas dentro das redes, articulações e seus veículos internos, não atingindo os meios de comunicação ou qualquer forma de visibilidade mais ampla para a sociedade. O depoimento de Patrícia, de forma geral, está afinado com as avaliações que foram feitas:

– A Secretaria, ela também se torna muito isolada no contexto do governo. Veja, é uma contradição, não acho que seja um paradoxo, mas eu acho que é uma contradição mesmo das relações políticas que são assim. A existência dela é fundamental e estratégica e significa uma possibilidade de avançarmos, mas ela em si não se constrói sozinha como uma possibilidade. Por exemplo, se houver qualquer fragilização da Secretaria, nós perdemos força. Mas não é automaticamente: a existência da Secretaria que nos leva a um avanço concreto nessa história. Precisa-se construir uma correlação de força maior, porque a Secretaria... primeiro, que não é um ministério poderoso, isso a gente sabe; segundo que, na correlação de forças no interior do governo, porque o governo não é um bloco homogêneo, nunca é e esse muito menos, nós temos ali contradições, interesses, porque é um governo de coalizão com perspectivas dos partidos coligados. São em defesa de interesses muito diversos. E a gente sabe, inclusive, dos interesses, infelizmente, particulares e privados. [...] então, internamente, no governo, não tem espaço para isso, não tem sustentação da presidência para isso, não teve e continua não tendo, ainda, está certo? nem de outro ministério forte, então, a correlação de força não é favorável. Se a Secretaria enfrentar essa questão [do aborto] como a sua questão ela... a tendência é ela se enfraquecer mais ainda, entendeu? O que não quer dizer que a Secretaria não deva ter uma estratégia: ela tem que ter uma estratégia [...] mas a contradição que eu estou dizendo é isso, se ela se enfraquecer, a gente perde mais poder, mas também ela não tem suficientemente poder para garantir avanço de maneira nenhuma. Temos que manter, fortalecer a organização do movimento...

Fica demarcada, nessa fala, a defesa de que apenas um movimento organizado e forte poderá pressionar para que a SPM também possa ter mais força dentro do Governo, inclusive para que, enquanto estrutura, possa superar os limites

de quadro de pessoal e de orçamento para enfrentar os desafios que estão colocados para a implementação de políticas para as mulheres.

Apesar de todos os limites, a Secretaria era vista como “*um organismo com força..., que recupera a força (perdida) do Conselho (CNDM) da década de 80*”, segundo Laila, o que deveria ser preservado como conquista. Já o CNDM, apesar de ter reconhecida a sua liderança nos processos das Conferências, era muito pouco visível diante das expectativas colocadas sobre um instrumento previsto para fortalecer o diálogo e, ao mesmo tempo, de forma autônoma, confrontar o Governo aí representado pela Secretaria.

Foram feitos questionamentos sobre a aprovação de uma campanha de mídia pela anencefalia (promovida pelo CNDM), no momento em que era esperado, por parte da militância feminista ali representada, um posicionamento público mais contundente contra a criminalização de mulheres e a favor da legalização do aborto. De forma geral, afirma-se que o CNDM estava muito aquém do esperado, para aquelas que conseguiam percebê-lo atuante de alguma forma. Para outras ele estava sendo tímido, débil, opaco.

É importante lembrar que praticamente todas as militantes aqui ouvidas integram movimentos com assento, isto é, com representação no Conselho.

4.4 O SEGUNDO MANDATO

No espaço de tempo que antecedeu a II CNPM, as expectativas iniciais foram todas aplacadas diante da realidade vivenciada no Primeiro Governo Lula. Mesmo que, mais uma vez, amplos setores dos movimentos sociais tenham se mobilizado pelo mandato a ser renovado em segundas eleições. Afinal, estes movimentos também podem ser considerados parte da coalização que deu sustentação à governabilidade. Muitos dos seus quadros, contando com o estímulo das suas organizações de origem, assumiram espaços de gestão. As conquistas obtidas, os cargos assumidos, os canais abertos com o objetivo de implementar políticas que contemplariam setores anteriormente à margem da sociedade e a falta de uma opção eleitoral à esquerda⁸⁷ são fatores que contribuíram para a

⁸⁷ Os partidos oposicionistas com real possibilidade eleitoral se situavam todos à direita do PT, o que fazia com que este fosse identificado ou “empurrado” para o centro à esquerda.

continuidade dos apoios e alianças, que já se anunciavam de forma mais distanciada e sem posicionamento crítico evidente e público. Conforme Dolores:

– Os movimentos sociais como um todo, no Brasil, diminuíram a pressão, diminuíram a mobilização, na medida em que elegeram um representante dos movimentos sociais, e acho que com o movimento de mulheres não foi diferente. Além de “ganhar” o Governo Federal, contaram com prefeituras de esquerda que criaram coordenadorias, organismos de políticas para as mulheres, o que acaba criando uma expectativa no movimento de que esses organismos vão conseguir fazer coisas que eram meio que bandeiras do movimento. O movimento ficou meio que, uma parte pelo menos, ficou meio que esperando que esse governo que foi eleito com o apoio popular fizesse muitas coisas. E isso não aconteceu, não é? Parte do movimento social do Brasil veio do movimento sindical, vem de partido político que, de alguma forma, estava representado nesse governo.

Não só o leque de alianças demonstrou uma descaracterização em relação ao seu projeto inicial. Passar a ser governo atraiu novas filiações. Estes são fatores que provocam um aumento dos conflitos e disputas nas orientações internas. Isto num Partido que já era, inicialmente, fragmentado em diversas tendências, como se observa na fala de Laila:

– [...] eu acho que o PT virou um grande PMDB. Dentro do PT existem todas as tendências do mundo, como no PMDB. É capaz de você pescar (no PMDB) um baluarte da democracia, da anticorrupção etc. e tal. [...] Eu, particularmente, acho que o PT vai ter que, de alguma forma, se refundar, porque dentro dele tem tantas tendências e cada uma também puxando mais pra um lado do que para o outro, que a gente já não pode dizer mais que o PT de hoje é igual ao PT da sua fundação. O PT de hoje, como qualquer partido político, joga para o eleitor. A gente não pode falar que existe um PT ideológico, defendendo determinadas posições. Pode até ser que esteja lá no seu programa, mas, jamais o PT, mesmo ideológico, estaria defendendo a descriminalização e legalização do aborto, pela sua relação íntima com a igreja no seu momento fundante, no seu momento de fundação. E hoje em dia o PT, como qualquer partido político joga pra plateia, joga para os seus eleitores.

E no caso de Ivana, uma ex-filiada do PT, a insatisfação é expressa de forma mais contundente,

– *O programa do PT mudou, o programa do PT é estar no poder, entendeu? Então, estar no poder hoje significa que tem que ter uma aliança desse tamanho⁸⁸. E aí não [...] tem problema, nada, porque o problema é estar no poder. O programa do PT não é um programa democrático, popular, libertário e tal...É qualquer coisa que mantenha esse povo dentro do poder. É o poder pelo poder.*

André Singer (2012), que foi porta voz do Presidente Lula, na obra “OS sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador” afirma que o PT surgiu como um partido radical, que desde o início ganhou o apoio dos movimentos sociais. Traz como evidências a esta afirmação três fatores principais: o primeiro foi a recusa em votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, reafirmando a bandeira das eleições diretas; em segundo, a recusa em votar a favor da Constituição de 1988 e o terceiro, o rechaço em apoiar o PMDB no segundo turno das eleições de 1989. Mas, reconhece que este radicalismo foi “arquivado” em 2002 quando foi publicada a Carta ao Povo Brasileiro. É quando se configura um direcionamento à moderação, garantia ao capital que o governo do PT não seria de ruptura. O “Lulismo”, para ele, seria a implementação na prática desta nova política de conciliação. Entre o readequamento do governo eleito e a compreensão deste posicionamento declarado, houve por parte dos movimentos sociais uma resistência em abrir mão de uma disputa na qual se encontravam do lado mais frágil, aquele do qual, para ser governo, o Partido dos Trabalhadores abriu mão.

4.3.1 II Conferência e a Ausência no II PNPM

Do ano de 2006 até a realização da II CNPM, a luta pela legalização viveu uma espécie de ressaca ou refluxo pós audiências e embates no Congresso Nacional. Neste cenário, a reorganização do diálogo com o Governo será ainda mais difícil, tal como considera Valéria:

– *[...] A luta pela legalização do aborto é uma das lutas mais difíceis que a gente enfrenta. É uma das bandeiras mais caras ao Movimento Feminista. Por outro lado, é mais difícil, porque a gente enfrenta uma situação de desafiar, de discutir a questão da nossa autodeterminação; mexe com coisas muito profundas. Entra toda a dificuldade de que a maternidade tem uma apologia, a maternidade é*

⁸⁸ Faz um sinal de grande amplitude com os braços.

um espetáculo. Então, é um dos temas mais difíceis para se discutir. Cada peça que a gente perde, cada momento contra é... [desanimador]. Tanto que, pra nós, quando o ministro de saúde, Temporão⁸⁹, falava da questão da saúde pública, a gente já comemorava. Embora falava[falasse] de uma forma limitada, sem nenhuma pretensão de fazer muitas coisas. Mas aquilo, por si só, já se soma na luta; a gente já se sente mais acolhida na nossa luta.

Essa mesma militante lembra que, em 2007, o Papa Bento XVI visitou o Brasil e o Presidente Lula “fez uma fala interessante de confronto”⁹⁰. Estas declarações governamentais, acabaram por ter um fim em si mesmas⁹¹, quando se remete a medidas mais concretas. Não se tornaram um fator que contribuísse para um estímulo renovado. Ainda assim, para as militantes, o tema do aborto continuou em pauta. Entre outras iniciativas, a MMM começou a organizar comitês em diversas regiões do país. As Jornadas realizaram encontros com os movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), estabeleceram alguns debates internos em torno de temas não consensuados, acompanharam as tramitações do PL n° 1135/91 no CN até o final da legislatura,

⁸⁹ Segundo ministro da saúde, do segundo mandato. Era declaradamente a favor da legalização do aborto, compreendida como uma questão de saúde pública.

⁹⁰ Na véspera da chegada do Papa ao Brasil, Lula reafirmara em público, que, pessoalmente era contra o aborto, mas, como presidente, deveria tratar o tema como uma questão de saúde pública. Diante de Bento XVI, reafirmou a laicidade do Estado brasileiro. O que foi visto como sinal de uma posição a limitar a relação entre Igreja e Executivo no Brasil, o que logo após a viagem de retorno do visitante, foi relativizado. Lula afirmou que o aborto era um assunto a ser resolvido pelo Congresso, e que ele “não iria ficar conversando com o Papa temas que não estão na ordem do dia e sobre os quais há divergências”. Disse ainda que conversaram sobre programas sociais, sem explicitar o conteúdo destes diálogos, que mais tarde virão a público em forma dos acordos que foram firmados (cf. Jornal O Globo, 15 maio 2007, p. A3).

⁹¹ Em novembro de 2008, em audiência do Presidente Lula com o Papa Bento XVI, foi assinado um acordo entre o Estado Brasileiro e a Santa Sé que já estava em negociação desde a visita do Papa ao Brasil em 2007⁹¹. Estabelece/reconhece, entre outros: isenções para os trabalhos com fins assistenciais e de solidariedade social; salvaguarda e segurança ao patrimônio móvel e imóvel da Igreja Católica, considerados patrimônio artístico e cultural brasileiro; reafirma o ensino religioso, de matrícula facultativa, como disciplina a ser ministrada no horário regular de aulas; imunidade tributária; liberdade de visto para aqueles que vierem exercer atividade pastoral no país, a igreja se compromete a dar assistência espiritual aos fiéis internados em instituições de saúde, assistência social, educação, a instituições prisionais e assemelhados. Organizações da sociedade civil têm questionado, inclusive juridicamente, a assinatura deste acordo afirmando a sua inconstitucionalidade, já que ele estabeleceria uma relação prioritária entre o Estado e a Igreja Católica, incompatível com o seu caráter laico, reconhecido constitucionalmente.

em 2006 e produziram um “kit” com informações para ser entregue e trabalhado com profissionais de comunicação⁹².

Jornadas continuou como um espaço de socialização e de organização da ação, mas não alcançou recompor as suas forças e reassumir o lugar protagônico e estratégico que estabelecera, na sua origem, atualizando o seu repertório de ação de forma a fazer crescer a motivação das militantes. Isto fez com que o processo preparatório para a II CNPM fosse mais fragmentado, se comparado àquele que precedeu à primeira. Desta vez, as articulações nacionais atuaram de forma mais isolada, voltadas quase que apenas para as suas integrantes, a exemplo da Rede Saúde, que construiu teses para subsidiar o debate e as defesas de propostas. Já a AMB convocou um ato na estação rodoviária de Brasília, na data da Conferência, de onde as militantes seguiram para o local do evento nacional e entraram em passeata, com faixas, contando com a participação do Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás⁹³. Mas, a percepção é de que não estavam tão organizadas, como presença, em defesa do tema, da mesma forma que na I CNPM.

Verificou-se uma participação visivelmente maior dos setores religiosos em todo o processo. Havia, também, uma maior heterogeneidade de delegadas eleitas desde as conferências municipais. Com o surgimento de instâncias locais de políticas para as mulheres, muitas das que nelas trabalhavam não tinham qualquer proximidade com os movimentos feministas e suas pautas. Houve que se deparar com a baixa densidade do debate sobre o tema entre as mulheres. Foram, inclusive, mais disputadas as candidaturas para a composição das delegações estaduais. A sensação expressa poderia ser definida assim: chegamos à primeira conferência, foi difícil, mas, oba! Chegamos à segunda conferência, foi difícil, mas ufa!

As filiadas ao Partido dos Trabalhadores “*foram chamadas para não votar favoravelmente a uma proposta de legalização*”, diz Roberta, e, dentre elas, principalmente aquelas que possuíam cargo no governo. Conta-se que houve uma convocação de reunião para negociar e tentar destituir movimentos/militantes da apresentação de uma proposta semelhante à da I Nacional. Fica claro nesta declaração e também na postura das servidoras o recuo governamental, que se anunciara deste o final dos trabalhos da CT e da composição com os segmentos

⁹² Em 2011, foi reeditado como publicação *Aborto: Guia para profissionais de comunicação*.

⁹³ Grupo de teatro de rua, formado por feministas, com sede em Recife/PE.

religiosos. Uma ativista, Laura, nos informou que o movimento se dividiu, na hora de definição da proposta a ser defendida, que:

– *Uma parte reivindicou que o governo se responsabilizasse pela apresentação do PL saído da CT (Comissão Tripartite), enquanto outra queria poupar a Ministra.*

Continua Laura, reconhecendo que “o Movimento Feminista dividido fica mais frágil” e que isto teve repercussão já que:

– *[...] se enfraqueceu e não questionou a SPM pelo resultado de [o que foi aprovado] não estar no Plano. O governo viu que o Movimento estava dividido, então, se acomodou.*

De acordo com Geralda, a tática governamental se mostrou eficiente no sentido de provocar esta divisão:

– *Eu acho que ali houve uma grande perversidade. Que foi pegar pessoas que eram do feminismo, bom..., que foram do Movimento, que estavam no Governo, agora, e colocar para negociar com a gente. Eu não ficava sentada um minuto na plenária, porque, quando eu sentava, chegava alguma dessas e me chamava lá fora e falava, falava, falava no ouvido para a gente retroceder. Porque, quando elas viram, o Governo viu, que a gente não iria retroceder, que a gente não ia simplesmente implodir ali a proposta do aborto... elas sabiam que a gente não ia fazer isso, então o que é que elas negociaram? A gente passar só a descriminalização do aborto. Uma recomendação pela descriminalização do aborto, que não era o caso pra gente. Porque, se a gente já tinha chegado até a Tripartite e a gente queria uma recomendação de que o Governo assumisse o Projeto de Lei e apresentasse, essa era a nossa recomendação: forçar o Governo para apresentar. Quando elas viram que não podia ser nada... Então... Ah! aprova só a descriminalização do aborto... Que, inclusive, foi isso que passou, né? Porque, aí, elas estavam bem articuladas e tinham organização também... muitas pessoas de Igreja também dentro da Conferência.*

Por outro lado, continua Geralda:

– *Não quero ter uma visão maniqueísta, que foi só de um jeito. Não foi só de um jeito. Essas mesmas feministas que, na Conferência, pressionadas por tudo o que estava acontecendo, agiram dessa forma, também, ao longo de um processo agiram de forma a favorecer a luta, quer passando informações preciosas pra gente,*

o que iria acontecer, qual era o debate interno, como a gente deveria... isso também é verdade: a gente teve acesso a informações que se a gente não tivesse pessoas lá dentro, a gente não saberia, seria pega de surpresa, não desenvolveria uma estratégia. Então, eu acho que não é assim: ou são ruins, ou são boas. Eu não quero ter essa visão. É muito estática, ou maniqueísta, ou binária, das coisas. Eu acho que é um processo com muitas contradições, muitas ambiguidades, onde a gente se favoreceu e a gente se prejudicou [...]. Se não fosse o Governo Lula, não teria acontecido isso. No Governo Fernando Henrique, não aconteceu, que é um Governo de centro, mas que tinha... sei lá! vamos dizer que tinha um intelectual ou que tinha um ministro como Serra [da Saúde] que, na questão da saúde para as mulheres, avançamos em alguma coisa, inclusive por conta da presença de Tânia Lago⁹⁴, que é uma gestora competente, que tentou avançar tecnicamente, inclusive na questão do aborto legal. Teve avanços! Mas não foi possível uma estratégia naquela conjuntura. Nessa conjuntura do Governo do PT foi!

– Agora aquele processo na Conferência foi muito... muito estranho, porque, de repente, eu me via com pessoas que eu conhecia há muito tempo, que foram feministas, que, inclusive, estavam comigo na luta do aborto e que estavam convencendo de que o Governo não devia ser pressionado, de que isso não era a melhor coisa, que a gente com isso estaria, prejudicando o Governo Lula ou colocando uma proposta maior em risco... uma proposta maior para o Brasil, para a solução dos problemas brasileiros, em risco, por causa da questão do aborto. Foi bem difícil! Eu lembro que eu fiquei muito impactada, porque eram pessoas que eu tinha relação pessoal, e a gente estava em lados distintos. E o que mais me chamava a atenção é como elas estavam convictas que elas estavam fazendo a coisa certa. Porque, eu fiquei pensando [...], se eu estou no Governo, eu realmente vou ter que saber que, em algum momento, eu não vou poder gritar pela legalização do aborto. Mas eu, pelo menos, jamais vou dizer a nenhuma companheira minha que não grite. Pelo contrário, eu vou dizer: “Por favor! Grite! Não diga que eu disse isso... nem que eu estou [incentivando]... mas grite! Façam alguma coisa! Vão para a rua!” Eu ia “pilhar geral” e sumir né... aí, pronto, era o que eu podia fazer, mas ficar me convencendo de que eu não deveria e tal... para poder poupá-las das pressões que o Governo ia fazer... nesse grupo, na SPM e no grupo da saúde que

⁹⁴ Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde, no Governo FHC.

apoiava a SPM... Então, eu acho que isso foi meio equivocado. [...] Quando a gente vai para esse lugar, a gente tem que ter consciência do que é que a gente está se dispondo a passar, inclusive isso. Porque para mim é: eu estou no Governo, mas eu sou feminista. Então, minha concepção de luta pelo feminismo eu estou tentando adaptar a esse lugar que eu estou, mas não negociando.

Nesse caso, foram as feministas vinculadas a partidos ou com cargos de gestão que assumiram o discurso da hierarquia nas prioridades, aquele de que existem lutas que devem vir primeiro para garantir outras conquistas que poderão vir (ou não) na sua sequência. Se, nas origens, no final do século passado, este foi o motivo de investir na organização autônoma das mulheres, agora, isto parece estar amenizado pelo reconhecimento das disputas que as feministas que atuam em organizações mistas enfrentam, para sensibilizar os outros integrantes sobre a importância de suas propostas, que continuam sendo compreendidas como menos urgentes, dentro do quadro de questões a serem enfrentadas por eles, como considera Dolores:

– Não é simples, também, pras mulheres que estão nesses movimentos mistos assumirem algumas posições, sabe? Porque elas enfrentam muita resistência dentro dos movimentos, dentro do PT, por exemplo, dentro do PSOL. Dentro dos partidos, as mulheres que têm uma posição em defesa da legalização do aborto, elas enfrentam muita resistência. As mulheres do PSOL⁹⁵ têm feito documento, têm marcado posição contra a própria direção que tem uma posição ambígua, no mínimo.

Opiniões como essa, expressam o reconhecimento em relação às mulheres que optaram por uma ação feminista travada também dentro dos partidos políticos e dos espaços formais de lutas pelo poder. Conforme justificam Barrig e Vargas “a criação, em muitos países, de institucionalidade estatal orientada para a mulher, de políticas públicas e de políticas de afirmação positiva, ampliavam as possibilidades de interação e influencia dos feminismos” (BARRIG; VARGAS, 2000, p. 18). Isto é importante, inclusive, quando se reconhece que é necessário demarcar o espaço de atuação do movimento, daquele que é do partido e que é o do governo. Neste último caso, a influência de feministas que estão filiadas ou aproximadas aos

⁹⁵ Partido Socialismo e Liberdade. Pequeno partido de esquerda, que tem entre seus quadros integrantes que são contrários à legalização do aborto, seja por pragmatismo eleitoral ou por convicção, ainda que a defesa seja parte do seu programa.

partidos pode ser feita de forma interna, tanto junto aos companheiros de legenda como às mulheres que estão chegando ao partido ou a cargos de gestão, e que não estavam expostas ao ideário feminista.

Foram manifestadas também visões relativistas que consideram o contexto mais amplo que influenciou os resultados de outras conferências, como a de Saúde, nas quais as feministas, historicamente, provocaram o debate sobre a questão do aborto. Nos anos anteriores a que começassem a acontecer conferências de políticas para as mulheres, que concentraram a participação dos seus movimentos e organizações, este era considerado um importante espaço de mobilização para debater propostas de políticas para as mulheres. As mulheres passaram a se dividir também para participar de conferências sobre outros temas e a saúde deixou de concentrar uma participação com maior volume de militantes.

Roberta relata que:

– Na Conferência de Saúde, em 2004, a 12ª, a gente conseguiu aprovar o direito ao aborto como uma questão de saúde pública; em 2007, a gente retrocedeu, porque a Igreja mobilizou um batalhão de Pastoraes da Criança e tudo o mais, nos seus municípios, e conseguiu não aprovar a questão do aborto como uma questão de saúde pública. Agora, é interessante pegar a 12ª, que é vista por todo mundo como uma Conferência muito mais avançada do ponto de vista das propostas do que a 13ª. [...] Então, a gente deve avaliar isso, também, como um momento político. Porque, por exemplo, na Conferência de Saúde, é dito que houve moeda de troca. A Igreja não queria o aborto, está certo?, e uma parte da Conferência, da ala de profissionais de saúde e mesmo os militantes da saúde, não queriam as Fundações⁹⁶. Então, fez-se um acordo de bastidores onde se disse não às Fundações e não ao aborto. Foi uma moeda de troca muito bem arquitetada. Além disso, nós tivemos, na abertura da 13ª Conferência de Saúde, em 2007, “um bispo” como uma outra autoridade qualquer. Apesar de ter outras religiões na Conferência, mas foi chamado para a abertura, um bispo da Igreja Católica. Nesta Conferência de 2011, a 14ª, já é consenso que não haverá representação de Igreja na abertura e nem missa durante a Conferência. O que aconteceu em 2007.

⁹⁶ Proposta presente na reforma administrativa do Governo Cardoso, elaborada pelo ministro Bresser Pereira, foi retomada no Governo Lula. Trata-se de repassar a responsabilidade da gestão da saúde, incluindo a contratação de funcionários, para fundações estatais de direito privado. Foi considerada por diversos setores da sociedade civil organizada como uma forma de privatização do Sistema Único de Saúde.

O resultado da II CNPM presente no Plano poderia também ser relativizado, se consideramos as falas de algumas entrevistadas, que destacam as conquistas das mulheres negras e das lésbicas que passaram a ter um eixo específico, no II Plano (o IX), a revisão e o aprofundamento das políticas de atenção e de combate à violência contra as mulheres, entre outros. Não é intenção deste estudo fazer uma comparação entre os planos, para além do tema do aborto. Não é uma meta, também, avaliar o mecanismo Conferência em si. Recupero o depoimento de Patrícia, porque ele também flexibiliza os resultados pontuais em relação ao seu significado para os processos de fortalecimento da democracia:

– As Conferências, elas são super importantes, mas é sempre isso, se não nos afirmarmos. Não termos ganho nas Conferências nos enfraquece, mas o que conquistamos nas Conferências não nos assegura nada. Quer dizer, isso é mais que uma contradição. É algo, realmente, que dificulta, inclusive, pensar estratégias para o próprio movimento. [...] Em termo de Conferência há vitórias, mas isso não se desdobra. [...] Não tem como recuar das Conferências, porque, também, se não aparece, se os sujeitos não se colocam lá, quer dizer, porque também é muito difícil no momento em que as coisas estão acontecendo você ter noção do que, de fato, aquilo vai significar historicamente. Mas eu acho que as Conferências têm duas coisas importantes. Uma: ela é lugar de acumulação de forças dos movimentos. E a segunda coisa é que elas se tornam muito públicas e elas fortalecem essa ideia de participação, elas criam movimento na sociedade, elas criam volume democrático. Elas não estão num contexto histórico aonde isso, de fato, tem uma força de política pública e de outras coisas que a gente quer, mas são um espaço onde também se consolida processos de movimento, de participação. Então, ela é uma coisa que cria legitimidade dos temas, dos direitos. Eu tenho defendido o investimento político nelas como parte de um processo muito mais complexo. [...] Então, você vê que mesmo que elas ainda não tenham uma força política que a gente quer, a existência delas significa também, no interior delas, um debate político de fortalecimento da democracia participativa, da legitimidade dos movimentos.

No entanto, outras perdas, relacionadas diretamente aos Direitos Sexuais e Reprodutivos, ao aborto, foram registradas no segundo mandato, como se verifica na avaliação de Ivana:

– *Então, no primeiro governo, logo no início, a gente tinha um Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Quando o governo assume, ele muda esse Programa para Ação de Atenção Integral à Saúde da Mulher. A gente esperneou, falou, e tal e não sei o quê. Mas, de dentro do governo tinham um discurso, feminista, inclusive, que dizia que não tinha problema não ter, no planejamento da Política, o Programa, porque o Programa é limitado; que a gente deixava de ter o Programa, mas a gente deveria ter uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que essa política era muito mais abrangente e dava muito mais capacidade de fazer coisas do que um Programa. E, na minha opinião, nós perdemos o Programa e perdemos a Política. Então, a Política ficou no papel, ela nunca se traduziu em orientação concreta para a implementação das políticas de saúde, reduziram recursos para a Área Técnica de Saúde da Mulher, que vivia, basicamente, do recurso desse Programa. Quando esse Programa se transformou em ação, perdeu recursos. E agora, no final do governo Lula, ainda foi deslocada a Área Técnica de Saúde da Mulher, do ponto de vista da administração, para estar dentro da FIOCRUZ [Fundação Oswaldo Cruz]. Eu não tenho muita avaliação disso não, mas, assim, só pelo organograma que eu posso ver a partir daí, saindo de dentro dessa estrutura da Atenção à Saúde, para ficar dentro de uma estrutura de uma Fundação...*

Há uma crítica velada, em torno do esvaziamento da Área Técnica de Saúde da Mulher e da retomada gradual de uma política materno-infantil, sempre muito questionada pelos movimentos, mas, sem dúvida mais de acordo com os propósitos da Igreja Católica e de um governo que esteve permanentemente ameaçado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurei reconstituir fatos da história recente dos movimentos feministas brasileiros, considerando-os no leque mais ampliado dos movimentos sociais surgidos a partir da década de 1960 e pela forma como conflitos instaurados e absorções de demandas se estabelecem na relação com o Estado. Para realizar este resgate histórico trabalhei tendo como referência a questão dos direitos reprodutivos e o direito ao aborto como eixo central dos fatos resgatados.

Realizado através de pesquisa documental e de entrevistas, este trabalho se circunscreve ao debate em torno da revisão da legislação que criminaliza a prática do aborto no Brasil, estabelecido na confluência de um novo espaço para a definição e legitimação de pautas de direitos e cidadania, que são as conferências de políticas para as mulheres, que passaram a ser realizadas a partir da criação da SPM, que se institui também como uma novidade no plano do Estado, abrindo canais de influência e diálogo pressionados pela sociedade civil.

A delimitação temporal desta pesquisa corresponde aos períodos anteriores e imediatamente posteriores às I e II CNPMs, realizadas no primeiro e segundo mandatos Lula (2003-2010), que contou com a ampla mobilização da sociedade civil organizada para a sua eleição uma viabilidade acumulada em derrotas consecutivas, que correspondeu a uma grande expectativa em torno ao que o governo poderia oportunizar quanto aos anseios deste mesmo setor, acumulados em um processo mais largo denominado como período de redemocratização da sociedade brasileira, após o regime militar ditatorial, que persistiu de inícios da década de 60 até a de 80.

A novidade presente neste estudo está na perspectiva de aprofundar aspectos relativos à participação do movimento feminista nas conferências abordados em outros trabalhos de feministas, como Barsted (2009) e Machado⁹⁷ (2010), relacionando-os a aspectos trazidos por Diniz e Gonzales Velez (2008) buscando articular acontecimentos recentes provocados pelos movimentos feministas à forma como estão caracterizados os movimentos sociais que surgiram nas últimas décadas.

⁹⁷ Machado se dedica a análise dos discursos e argumentos, enquanto Barsted, que tem escrito sobre as ações dos movimentos na luta pela legalização do aborto, se refere aos fatos também abordados por este trabalho.

Compreendo que avaliar a ação feminista, no Brasil, e as motivações que se ressignificam a partir das oportunidades e das restrições ao seu repertório, pode se articular a uma análise do universo dos movimentos sociais como um todo, indo além de uma leitura empírica destes movimentos no Brasil. Apesar de encontrar na literatura sobre movimentos sociais algumas referências, estes estudos ainda estão em estágio inicial para compreender o que significou de avanço, de recuo e de desmobilização às investidas da sociedade civil brasileira, a ação de um governo advindo da organização popular e militante de esquerda. A própria condição dada pelo tempo dos fatos estudados traz em si um aspecto da sua originalidade. Limitam porém, uma análise que se estabeleça a partir de um universo mais amplo de pesquisas sobre o que foi delimitado como objeto.

Para realizar este estudo recorri a uma perspectiva transdisciplinar das Ciências Sociais, considerando a Literatura feminista, a História, a Sociologia e a Política, o que permitiu uma leitura mais fundamentada dos fatos apresentados. Me remeti à teoria dos movimentos sociais, a partir de estudos realizados por Charles Tilly e Sidney Tarrow, pela forma como conceituam e caracterizam movimentos surgidos na contemporaneidade.

Tilly, em particular, pela relação que estabelece entre os movimentos e os estados nacionais, foi importante como parâmetro para avaliar processos de democratização e de desdemocratização, vistos numa relação dialética, em que a democratização influencia no aparecimento e crescimento dos movimentos ao mesmo tempo em que existiriam condições e modos de atuar destes movimentos que contribuiriam para a promoção de sociedades e instituições mais democráticas. Isto é, a atitude de confronto de grupos organizados diante dos limites impostos à sua participação e reconhecimento político aumenta a partir do que as contradições de um regime deixam transparecer, como brechas para o confronto de si mesmo, ou permitem novas possibilidades de ação, sejam elas violentas ou de ordem diversa. Ao mesmo tempo em que estas frestas se constituem em fatores que redimensionam as capacidades e abrangências destes grupos. E são estas fendas abertas e alargadas pelo confronto redimensionado permanentemente entre um e outros que podem fazer avançar a democracia.

Para chegar aos novos movimentos, recorri a um mapeamento das lutas sociais por construção de cidadania empreendido por Maria da Glória Gohn e a autoras feministas, como forma de revisitar uma caracterização das ações coletivas

presentes na historiografia brasileira. O objetivo foi o de vislumbrar neste universo os confrontos estabelecidos pelas mulheres para questões que eram específicas da sua condição, como o foram os direitos à educação e ao voto, visto que a participação feminina em outras movimentações ainda continua submersa, apenas começando a ser visibilizada, como é o caso do envolvimento com a luta abolicionista.

No que diz respeito ao aborto, constatei a inexistência de registro de qualquer confronto coletivo abrangendo a questão. Esta vem à tona apenas como um comportamento de resistência individual, insurgente às normas e à repressão existentes: era um caso de polícia. Em algumas décadas recentes, chegou a deixar de sê-lo, mas, nos últimos dez anos, volta crescentemente a figurar como tal em função da ação religiosa conservadora e, a meu ver, diante dos recuos dos nossos governantes. Quanto ao direito à educação, este foi defendido para que as mulheres pudessem educar melhor a sua prole. E, ainda, se entre os direitos trabalhistas estabelecidos pela CLT foram reconhecidos o direito à licença-maternidade e a creche, a possibilidade de negar a maternidade passa a ser uma questão e parte das reivindicações relacionadas publicamente apenas nos últimos trinta anos. A reprodução só se estabeleceu como demanda cidadã pelo viés da maternidade, mas inicialmente, não da maternidade voluntária.

Se para os novos movimentos surgidos na década de sessenta as transformações culturais foram reconhecidas como estruturadoras e passíveis de transformação, posteriormente, os espaços de poder formal se tornaram muito valorizados por estes movimentos em detrimento de uma ação direta por mudança cultural no conjunto da sociedade. Converter anseios coletivos a partir da instituição de normas e legislações e a consequente definição de políticas a eles correspondentes, ainda que sejam indutores de alterações simbólicas, se confronta com limites concretos impostos pelas disputas na arena estatal.

A política dentro deste aparato institucional, porém, não é mais aquela viável unicamente através da ação partidária. Uma das denúncias destes movimentos é sobre os limites que os partidos apresentaram para assimilar e estabelecer soluções para as insatisfações presentes na sociedade. Mas, se por um lado há uma adequação do sujeito político movimento social com a dinâmica estatal, por outro, esta adaptação convive com a resistência ao reconhecimento através da intervenção para limitá-lo, a partir da negação e da desmobilização ou em casos

extremos, da repressão. Ao mesmo tempo, convive com a sua incorporação dentro do próprio Estado, na criação de Secretarias, na busca de compor um quadro técnico e político com pessoas formadas na militância, no reestabelecimento de novos canais de conciliação e incorporação das demandas que são também característicos da forma como movimentos e governos se apresentaram ao diálogo no processo pela redemocratização do país.

As estruturas de mobilização destes movimentos se instituíram prioritariamente a partir da sustentação em organizações não governamentais (ONGs), que, por um lado, viabilizaram a existência de movimentos sociais organizados e sustentados, persistindo na sua ação, o que vai caracterizar um movimento na sua conformação atual. Por outro, delimitam também uma nova forma de militância, especializada, técnica, remunerada. Se isto em si não significa uma hierarquização do ativismo, estabelece um conflito, quando cria categorias distintas de participação entre aqueles/as que têm recursos para a ela se dedicarem integralmente e aqueles/as que a ela se engajam por identidade, única e exclusivamente, na medida das suas necessidade e possibilidades. Delimita, também, os espaços da atuação, que se configuram de forma mais institucionalizada.

O Fórum Social Mundial (FSM), reconhecido como aglutinador dos movimentos globais, é emblemático deste novo formato. Ele mais se associa a um grande congresso, com milhares de participantes realizando não só os painéis de debates, reuniões de articulação, mas, também as manifestações, num formato especificado a priori. As passeatas e qualquer outro tipo de ação direta que não acontecem nas salas ou auditórios ficam geralmente confinadas ao território do Fórum.

Outro espaço de visibilidade da organização e pautas dos movimentos são as conferências de políticas convocadas pelos governos. Uma das entrevistadas se referiu a elas afirmando que se tornam espaços de confinamento já que não alcançam estar visíveis para a sociedade como um todo. É uma militância circunscrita a espaços e repertórios pré-estabelecidos, determinados, planejados, uma forma de manifestação que se assemelha às do processo dos FSM, que prioriza a participação não governamental, mas também se anuncia como um espaço de pressão aos governos. Poucas foram as situações em que os movimentos ousam incluir nos seus repertórios o rompimento com os limites do

permitido, mas barreiras presentes no diálogo institucional não significam, ao mesmo tempo, a ausência de conquistas.

Este é um ponto sensível na tensão que conforma esses movimentos e que se traduz em polarizações também na luta pela legalização do aborto, que se sobressairá a partir da forma como se delimitem significados e dinâmicas de organização das lutas. Estas podem ser definidas em uma corrente feminista que estabelece um caminho para o acolhimento da ideia de legalização a partir da ação junto à sociedade civil, em paralelo e em conflito com um outro campo que defende que este resultado pode e deve ser construído também de forma institucional, na relação com o Estado. Estas duas formas de estabelecer um repertório de confronto confluíram em uma aliança que culminou na aprovação de proposta de revisão da legislação punitiva ao aborto, tanto na primeira como na segunda CNPMs. Esta convergência, a nosso interpretar, só foi possível porque as duas não significam em si uma contraposição absoluta, mas um reconhecimento tácito, ainda que não explícito, de ambos os projetos. Mesmo que o investimento em um deles seja o prioritário e assumido como aquele que poderá promover as transformações almejadas.

Como demonstração das nuances de posicionamentos de organizações e movimentos feministas, na forma como definem quadros interpretativos e estruturam a mobilização, resgatamos um processo que foi estabelecido no período de realização das conferências que contribuiu para evidenciar o debate sobre o tema realizado através do que pode ser considerado também um novo canal de incidência, até então não explorado: trata-se da ação para criar um novo permissivo para a anencefalia junto ao Supremo Tribunal Federal, uma iniciativa no campo institucional que não deixou, por isto, de dialogar com a sociedade através dos meios de comunicação e que foi bem sucedida, visto que, em agosto de 2012, a demanda foi acatada pelo Supremo. O que, inicialmente, fora criticado como uma ação “etapista” ou reformista por setores do movimento – a modelo de avanços alavancados em outros países, como o exemplo citado do México – chegou a termo, de forma a expandir as possibilidades de decisão para aquelas mulheres ou casais que optam pela interrupção de uma gravidez condicionada.

Chama a atenção um outro elemento que caracteriza esta nova concepção de movimento social: é a forma dinâmica com que se estabelece a comunicação entre o internacional e o local, a transnacionalidade no

compartilhamento de repertórios bem sucedidos que inspiram movimentos que atuam a partir de quadros interpretativos afins. Como demonstramos, esta é uma forma organizativa que foi também assimilada pelos movimentos que atuam em contraposição aos direitos que são reivindicados por movimentos feministas. As conferências do ciclo social das Nações Unidas foram o lócus prioritário desta ação transnacionalizada, na década de noventa e das tensões entre o reconhecimento dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos dentro do paradigma dos direitos humanos. Na década seguinte, início dos anos dois mil, estas disputas se viriam a se dar com maior intensidade localmente.

No esforço de sistematizar a forma como, no período pós-ditadura militar, os mandatos civis responderam à questão da reprodução compreendida como um direito, traçamos um panorama de como as feministas se organizaram no período, as principais redes nacionais que surgiram e que explicitaram em sua agenda a ação pela legalização do aborto: Rede Saúde, AMB e MMM e as Jornadas, que conformaram uma estratégia de mobilização. Foram além, conformaram os espaços de políticas para as mulheres instituídos e as principais conquistas em forma de políticas relacionadas com a atenção ao aborto que foram implementadas em governos contemporâneos.

Quanto ao Governo Lula, após a I Conferência, este assumiu o que fora aprovado sobre o aborto, mas, antes que o resultado deste compromisso inicial se concretizasse como proposta de lei encaminhada ao Legislativo, recuou do seu claudicante apoio à revisão da legislação punitiva. Na busca de identificar o porquê deste declínio, recorreremos à teoria política para a compreensão das articulações entre Executivo e Legislativo no regime presidencialista de coalizão. Relações que buscam definir formas de pressão entre um e outro na construção de uma agenda coordenada. A entrega da proposta da Comissão Tripartite no Congresso Nacional coincide com um momento em que há um rearranjo do Executivo, na conformação dos ministérios e na forma de estabelecer uma ampliação da sua base de sustentação no Legislativo. Às voltas a uma série de denúncias de compra de votos para que esta sustentação fosse constituída artificialmente. Busquei, assim, em alguns pesquisadores deste modelo, direcionamentos para compreender a retirada de apoio do governo à proposta tripartite. E não apenas: remeti-me, também, à nova conformação do repertório de confronto, quadros interpretativos e estruturas de mobilização dos conservadores católicos, através da CNBB e dos Evangélicos que,

através da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, pressionaram o governo na sua decisão. Congresso e Executivo são objeto da interferência direta das igrejas. A evidência dessa força política se destaca na forma como o governo silenciou no debate sobre o aborto. Em 9 de agosto de 2005, por ocasião do início da Assembleia anual da CNBB, o presidente Lula enviou uma carta aos bispos e nela se identifica aos valores éticos do Evangelho e reafirma a sua posição em defesa da vida em todos os seus aspectos. Mas, o direito à vida das mulheres foi relegado.

Este pode ser demarcado como o momento inicial no posicionamento que as administrações petistas irão assumir daí em diante. São atitudes que flexibilizam o caráter laico do Estado brasileiro, e que serão confirmadas posteriormente, com a assinatura do acordo Brasil Vaticano e na resposta à forma como o debate eleitoral sobre o aborto vai se estabelecer em 2010. Com a candidatura de Dilma Rouseff, primeira mulher a enfrentar uma campanha com reais condições de vitória, a disputa pelo voto da comunidade religiosa entre ela e o candidato da oposição, José Serra do PSDB, será selada também com uma carta-compromisso da candidata “aos que sonham com um Brasil cada vez mais perto da premissa do evangelho”. Apresentada à sociedade em 15 de outubro de 2010, nesta carta, a candidata afirma ser pessoalmente contra o aborto, divergindo de si mesma em posicionamentos explicitados anteriormente. A candidata Rouseff reafirmou seu compromisso com a manutenção da legislação atual e de que não iria envidar esforços para modificá-la.

No início do seu mandato, a presidenta Dilma Rouseff anunciou a política da nova administração petista para a saúde da mulher. O Programa, denominado Rede Cegonha, que foi apresentado como uma “estratégia inovadora”, reduziu o que anteriormente estava reconhecido como um propósito de integralidade à saúde materno infantil: através de uma Medida Provisória, de número 557, propunha um Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para a Prevenção da Mortalidade Materna, que deveria permitir o acompanhamento de todas as gestações, com o registro, inclusive, dos casos de interrupções. A reação feminista fez com que a MP 557 não fosse renovada ou que o governo não se empenhasse na sua aprovação no Congresso Nacional. A Portaria que formalizou o Rede Cegonha expurgou o conceito de saúde materno infantil. Nada disso eliminou, no entanto, significados e simbolismos que estão a elas relacionados. Pode-se afirmar que, em governos petistas, voltou-se à estaca zero. Um recuo anterior a que o PAISM houvesse se tornado a referência para uma

política de saúde para as mulheres que afirmassem os direitos reprodutivos como ponto de partida.

O fato de ser um governo originado de uma facção à esquerda no espectro partidário, considerado mais comprometido com a democratização da esfera pública, não significou um maior reconhecimento dos direitos reprodutivos no plano das políticas do que os que lhe antecederam e estavam mais identificados ao centro e à direita. Os limites se estabeleceram pelo jogo partidário para a sua sustentação, pela amplificação da pressão conservadora, em consonância à forma como os direitos das mulheres, em particular aqueles que se referem à reprodução e à sexualidade, ainda se encontram subvalorizados ou submetidos a uma ideologia patriarcal.

Demonstramos, também como, na Segunda Conferência, as divergências presentes na sociedade civil e entre esta e o Governo estiveram mais visíveis. Os impasses vieram à tona na forma da reação governamental que, a partir das feministas que compunham o seu gabinete, buscou destituir os movimentos do propósito de aprovar uma proposta que o convocasse novamente a assumir a revisão da legislação punitiva. Este foi um momento em que o diálogo entre o feminismo autônomo e o partidário e governamental estiveram bastante tensionados, influenciando na forma como as opiniões dentro dos movimentos se dividiram.

Foram aqui, também, apresentados, como forma de ilustrar estas tensões internas aos movimentos, questionamentos e reflexões em torno do pouco envolvimento de organizações de mulheres negras com a pauta de lutas pela legalização do aborto. Este é um tema que foi apenas anunciado, mas que merece estudos mais aprofundados: a forma divergente como o movimento de feministas negras tem se posicionado em relação ao tema do aborto. Afinal de contas, as mulheres negras se deparam, como qualquer outra mulher, com a necessidade de interromper uma gravidez indesejada. Uma questão, que pode estar relacionada com esta ou não, vem do fato de se buscar construir um movimento – o que para mim se torna possível a partir do momento que aquelas pessoas que o conformam se compreendem como sujeitos da transformação, seja das suas próprias vidas, seja do seu entorno – estabelecendo a uma sujeição externa, a uma destinação divinizada, aqueles/as que seriam os sujeitos deste movimento. Talvez este seja um limite pessoal, mas, de qualquer forma, compartilho com uma das entrevistadas,

Miriam, quando afirma: *Eu acho preocupante você pensar o outro lado de que a diversidade cultural pode prevalecer contra os direitos da mulher*. Esta é uma das lacunas que, para estudos futuros, seguem abertas.

Reconheço que existe uma dificuldade para avaliar avanços e recursos democráticos em um governo como um todo, levando em consideração a forma como este responde a uma demanda específica apresentada por um movimento social, num universo de movimentos e mobilizações. O ideal para uma pesquisa a ser realizada no futuro seria avaliar demandas num conjunto, ou o governo na relação com todos os movimentos sociais, ou até mesmo o governo como um todo, nas suas várias áreas de atuação, levando em conta as oportunidades e restrições para os movimentos sociais concretizarem suas pautas em relação ao Estado.

Para Tilly (2010), com quem concordo, a própria existência de movimentos sociais, em si, só é possível em regimes democráticos. Mobilizações populares e democratização são interdependentes: a existência de uns alimenta a do outro e a convivência entre eles deve estar fundamentada na garantia de direitos e cidadania, conforme afirma Ávila (2002, p. 125): “a luta por democracia no Brasil se desenvolve em torno da luta pela cidadania real. Por outro lado, onde não existe cidadania e sua correlata, a democracia, já está dado que os direitos humanos não estão respeitados”. Se considerarmos os direitos reprodutivos, o aborto como parte destes direitos e as respostas do governo Lula às reivindicações feministas à sua incorporação, vamos vislumbrar as barreiras para que a vida cotidiana e as questões relacionadas à reprodução se encontrem distanciadas do reconhecimento da autonomia para as mulheres.

Mesmo percebendo esses limites quanto ao que foi proposto, gostaria de considerar os elementos de amplitude, igualdade, proteção e consulta mútua vinculante, propostos por Tilly (2010) à luz do que propõe Fraser (2002), sobre a integração entre redistribuição e reconhecimento para pensar políticas numa perspectiva feminista ou de gênero, como conclusão. Então, poderemos considerar que a demanda explícita por uma revisão da legislação punitiva para o aborto foi acatada, mas, somente em um momento inicial do governo, considerando os oito anos de mandato.

Não estamos levando em consideração aqui as declarações de reconhecimento do aborto como uma questão de saúde pública, mas, apenas aquelas ações que demandaram destinação de recursos e reconhecimento político.

Neste caso, a destinação de recursos não pode se efetivar como redistribuição orçamentária junto às beneficiárias diretas. Os recursos utilizados foram aqueles para as reuniões e a elaboração da proposta da Comissão Tripartite. Tanto no que se refere à redistribuição quanto ao reconhecimento, o direito ao aborto deixou de estar acatado.

Assim, não chegou a se completar um ciclo entre a demanda e a sua tradução em prática governamental. A partir de meados de 2005, a legalização do aborto deixa de receber acolhimento político e até mesmo o aborto reconhecido por lei deixa de receber investimentos necessários para a sua ampliação e fixação na rede de atendimento do SUS. O número de serviços, como visto, em pouco foi acrescido, se considerado o governo anterior. E, finalmente, a não tradução da reivindicação em prática por parte do Estado não só significou um descomprometimento em relação à demanda como se materializou numa declaração de não reconhecimento e de interdição. Impedimentos estes que se manifestaram através do silêncio, da pressa em afastar qualquer possibilidade de mudança legal a partir de iniciativa governamental e de buscar apagar qualquer sugestão de que isto pudesse vir a acontecer, como foi no caso do II PNPM.

Voltando aos repertórios feministas, é possível verificar uma disposição para readaptar mobilizações a partir de perspectivas de avanços limitados e flexibilidade para a readequação ao momento político, à correlação de forças e à possibilidade de brechas nesta correlação. Ganhar ou perder um direito ou um objetivo não depende apenas de estratégia e tática, mas também da relação do feminismo com as diferentes forças: Estado/governo, sociedade/opinião pública, legisladores, juristas, a cada momento específico da conjuntura. Mas, verificou-se, também, que existiram limites para fazer uma leitura da conjuntura de forma mais abrangente, considerando o contexto político de crise da governabilidade.

Percebeu-se também uma postura de prevenção diante dos riscos de derrotas significativas, que costumam reverter em desmobilização, o que aconteceu com as Jornadas no período posterior ao debate no Congresso Nacional. Esta postura se reflete no “aguardar uma situação ideal” para estimular ou acordar que se coloque em votação projetos referentes à ampliação do direito ao aborto. Buscaram evitar, inclusive, que projetos fossem apresentados à Casa Legislativa quando o momento não se apresenta favorável. Entre as entrevistadas há, no entanto, aquelas que questionam se haverá uma situação ideal para um tema tão polêmico e que

encontra resistência mesmo entre aquelas pessoas que recorreram à prática em algum momento das suas vidas. As pessoas não são, normalmente, a favor do aborto. Elas fazem um aborto. E muitas vezes, no dia seguinte, se dizem contrárias a este direito.

Em que situações os fracassos táticos podem significar avanços estratégicos? Só votar quando for para ganhar é também um risco. Esta postura preventiva permite que a movimentação em contrário avance no espaço do recuo, no vácuo que é deixado por ele. Perder por um momento pode se converter em ganho na forma como o debate se instaura na sociedade, o que pode contribuir futuramente para resultados positivos. Mesmo diante do refluxo sofrido, as Jornadas prosseguiram como um espaço de confluência, diálogo e troca de informações entre pessoas envolvidas com o tema. Foi a partir de um dos seus grupos de trabalho que se investiu para a criação da Frente pela Não Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, o que demonstra que os momentos de inflexão também podem trazer em si o início de novas possibilidades de mobilização.

Compreendo que este é um processo não observável de forma evolutiva. Estratégias e táticas, entre a teoria e a prática, estão expostas às contradições presentes na sociedade. Pode-se estabelecer, porém, uma evolução na forma como os direitos reprodutivos e o aborto avançam junto à opinião pública pelo envolvimento da sociedade e governantes em um debate que antes estava restrito e polarizado entre feministas e igrejas. Esta pode ser considerada uma conquista: o problema está instituído no debate público. Convive, internamente a estes movimentos, uma posição de defesa de autoria, de uma fala autorizada, quando demandados a “corrigir” os discursos a favor da legalização que apresentam uma perspectiva controlista, de diminuição da pobreza e da criminalidade. Sobressai uma resistência aos argumentos conservadores ou construídos a partir de uma lógica que não se aproxima da feminista. Mas, por outro lado, há o questionamento: todo discurso, toda posição a favor, precisa ter a chancela feminista? ou, porque esperar que os discursos em defesa da legalização estejam todos fundamentados numa perspectiva feminista?

Para o feminismo, a autonomia se constitui como uma forma de reinstaurar o que está limitado pelo liberalismo quando este se propõe a legitimar o direito do indivíduo, do cidadão. É a partir do outro, não como ato e uma forma de pensar isolados, mas das contradições que ele impõe ao diálogo, que a autonomia pode ser

aprisionada e restringida, ou por outro lado, vivenciada em liberdade. A igualdade entre os que são diferentes e a liberdade na convivência poderiam ser parâmetros para estas relações, sejam elas as amorosas, as sexuais, as familiares, mas também as de trabalho, do lazer, políticas todas elas, como também aquelas que são políticas no sentido formal: as amorosas, institucionalmente conformadas dentro das relações familiares, compreendidas nos formatos mais amplos possíveis e imagináveis, aqueles que estão sempre sendo reinventados, a partir do que cada pessoa pode e estabelece nas relações de convivência e afeto; as políticas, não só dentro dos partidos e do Estado, das organizações comunitárias e movimentos sociais, mas também naquelas relações que se referem à vivência da democracia no cotidiano e que superam a dicotomia entre público-privado.

Os movimentos sociais contemporâneos têm também um outro desafio que é lidar com o Estado, para além do diálogo, abrir e ocupar espaços dentro dele, mantendo a sua autonomia. Manter a crítica e a organização, que ficaram diluídos nesta nova arquitetura, que, ao mesmo tempo em que incorpora, rechaça, no formato que as democracias liberais estabeleceram para a manutenção das restrições de acesso.

O aborto, para o feminismo, se torna emblemático, como um parâmetro de confronto para afastar os limites impostos à autonomia, à igualdade e à liberdade. E os significados aqui estão dimensionados na forma como se constrói uma noção de direito instituída pelas mulheres enquanto sujeitos, conseqüentemente, como aquelas que têm direito a redimensionar o que são estes direitos, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos como uma referência a amplificar e ampliar as dimensões do político. Da mesma forma que Dietz (2001), compreendo que a cidadania não pode estar fixada em um fim, mas que deve ser vivida como um processo, mas, na situação atual, compreendo também que ter a igualdade de direitos como parâmetro significaria poder avançar nas dimensões dos significados desta cidadania para as mulheres.

Concluindo. É possível reconhecer o aborto, assim como a violência, como um tema que unifica os movimentos feministas. Apesar de não ser pauta prioritária de todos os segmentos, é um tema que posiciona, pela adesão ou não, pela forma como se constitui em uma referência que, através das tensões que suscita em seu entorno, permite fazer emergir conflitos existentes na forma como os movimentos se organizam. É uma pauta de lutas que conforma e atualiza os limites

da autonomia para o feminismo: em relação à autodeterminação das mulheres, em relação aos partidos, aos outros movimentos sociais e em relação ao Estado. Ele posiciona, conflitua e convoca, mas, não tem sido motivo de confronto ou disputas. Os movimentos se comportaram, ou conformaram, diante do recuo do Estado. Ficaram também silenciosos diante da avalanche conservadora. Estes são alguns dos parâmetros dados pela institucionalidade.

FONTES

Documentos sobre a Comissão de Revisão da Legislação Punitiva que Trata da Interrupção Voluntária da Gravidez:

Relatório Final

Cartas Ofícios convocatórias os, emitidas por e.mail pela coordenadora da Comissão (SPM-PR): 07 de abril, 18 de abril, 27 de abril, 25 de maio, 03 de junho, 13 de junho. Minutas das reuniões: 12 de abril, 26 de abril, 5 de maio, 19 de maio, 07 de junho.

Documentos produzidos para circulação interna entre integrantes das Jornadas:

Boletins Para Início de Conversa e anexos

N 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Autoria: Ângela Teixeira de Freitas com colaboração de integrantes das Jornadas

Boletins Continuando a Conversa e anexos

Setembro de 2006

Dezembro de 2006

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio H. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 31, n. 1, p. 27-73, 1988.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

AMORIM NETO, Octávio. Presidencialismo de coalizão revisitado: novos dilemas, velhos problemas. In: TAVARES, José Antônio Giusti; MELO, Carlos Ranulfo. **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003. p. 83-98.

ARDAILLON, Danielle. Aborto no judiciário: uma lei que justiça a vítima. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Org.). **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Marco Zero, 1994. p. 213-249.

ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís S.; PISANESCHI, Tatiane C. (Org.). **Aborto medicamentoso no Brasil**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010. (Coleção Democracia, Estado Laico e Direitos Humanos).

ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Ed. 34, 2002. p. 121-142.

ÁVILA, Maria Betânia. Reflexões sobre laicidade. In: BATISTA, Carla; MAIA, Mônica (Org. e Ed.). **Estado laico e liberdades democráticas**. Recife: AMB, Rede Saúde e SOS Corpo, 2006. p. 26-30.

ÁVILA, Maria Betânia. Uma abordagem feminista sobre os problemas para estudo de gênero. In: WEBER, Silke; LEITHÄUSER, Thomas. **Métodos qualitativos nas Ciências Sociais e na prática social**. Recife: Universitária da UFPE, 2007. p. 97-108.

ÁVILA, Maria Betânia; CORREA, Sonia. Discurso feminista no mundo ocidental. In: CORREA, Sonia; ÁVILA, Maria Betânia. **Os direitos reprodutivos e a condição feminina: textos**. Recife: SOS Corpo, 1989. p. 54-68.

ÁVILA, Maria Betânia; GOUVEIA, Taciana. Notas sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais. In: PARKER, Richard G.; BARBOSA, Regina Maria. (Org.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. p. 160-172.

BARRIG, Maruja; VARGAS, Virginia. Una agenda feminista: el rescate de la utopía. In: MACASSI, Ivonne; OLEA, Cecilia (Ed.). **Al rescate de la utopía: reflexiones para una agenda feminista del nuevo milenio**. Lima: Flora Tristán, 2000. p. 13-37.

BARSTED, Leila Linhares. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. **Revista Estudos Feministas**, ano 0, p. 104-130, 2. sem. 1992.

BARSTED, Leila Linhares. O movimento de mulheres e o debate sobre aborto. In: ROCHA, M. Isabel Baltar da; BARBOSA, Regina M. (Org.). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2009. p. 228-256.

BATISTA, Carla. Aborto: uma questão de direitos. In: SILVA, Carmen et al. (Ed.). Reflexões feministas para a transformação social. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, SOS Corpo, ano I, n. 0, p. 122-126, dez. 2007.

BATISTA, Carla; COSTA, Ana Alice A. As lutas feministas e a autonomia reprodutiva das mulheres. **Labrys, Études Feministes**, n. 20, jul./dez. 2011, jan./jun. 2012.

BATISTA, Carla; LARANJEIRA, Márcia (Org.). **Aborto; desafios da legalidade**. Recife: SOS Corpo, 1998.

BATISTA, Carla; MAIA, Mônica (Org. e Ed.). **Estado laico e liberdades democráticas**. Recife: AMB, Rede Saúde e SOS Corpo, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. A mãe. In: _____. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 2 – A experiência vivida, p. 248-294.

BLANCARTE, Roberto P. El porqué de um Estado Laico. In: LIENDO, George; et.al. **Memorias del Primer Seminario Internacional Fomentando el Conocimiento de las Libertades Laicas**. Lima: Red Iberoamericana por las Libertades Laicas: El

Colegio Mexiquense, A.C.: Universidad Mayor de San Marcos: Libertades Laicas-Perú, 2008. p. 27-45.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 17-58.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência Integral à Saúde da Mulher**: Bases de Ação Programática. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde. **Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher. 10 a 13 de outubro de 1986. Relatório Final**. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Anais...** Brasília: SEPM, 2004. (Série Documentos) 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2005a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**: uma prioridade do governo. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **20 anos de estudos sobre aborto no Brasil**. Brasília: MS, 2009a. Coordenação Debora Diniz e Marilena Correa.

BRASIL. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **20 Anos de Pesquisa sobre Aborto no Brasil**. Brasília, 2009. (Série B: Textos Básicos de Saúde).

BRYM, Robert J. et al. **Sociologia, sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CAMURÇA, Sílvia. O componente de pesquisa na práxis educacional feminista e as metodologias qualitativas. In: WEBER, Silke; LEITHÄUSER, Thomas. **Métodos qualitativos nas Ciências Sociais e na prática social**. Recife: Universitária da UFPE, 2007. p. 188-193.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. **Plataforma Política Feminista**. Brasília: Atalaia, 2002.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA (CREMEB). **Anencefalia e Supremo Tribunal Federal**. Brasília: Letras Livres, 2004.

CORTÉS, Ana; BISSEL, Sharon. Las reformas de la legislación sobre aborto en la Ciudad de México, agosto del 2000: una lucha larga y difícil. In: CORTÉS, Ana; BUDLENDER, Debbie. **Estrategias para el acceso al aborto legal y seguro**: un estudio en once países. Johannesburgo, África do Sul: The Women's Health Project/School of Public Health/University of the Witwatersrand, 2001. p. 265-292.

COSTA, Ana Maria. **Desenvolvimento e implementação do PAISM no Brasil**. Brasília: NESP; CEAM; UNB, 1999. Mimeo.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, 2009.

DAVIS, Angela. Viver e continuar lutando (entrevista). In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn. **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas, Criola, 2000. p. 68-72.

DIETZ, Mary G. O contexto é que conta: feminismo e teorias da cidadania. **Debate Feminista**, México, n. esp. p. 3-32, 2001.

DINES, Alberto et al. **Histórias do poder**: 100 anos de política no Brasil. São Paulo: 34, 2000. v. 1: Militares, Igreja e Sociedade Civil.

DINIZ, Débora; RIBEIRO, Diaulas Costa. **Aborto por anomalia fetal**. Brasília: Letras Livres, 2003.

DINIZ, Débora; GONZALEZ VÉLEZ, Ana Cristina. Aborto na Suprema Corte: o caso de anencefalia no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 16, n. 2, p. 647-652, maio/ago. 2008.

EVERS, Tillman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, v. 2, n. 4, abr. 1984.

FISCHER P., Amália E. Los complejos caminos de la autonomía. Fragmento de artigo de mesmo nome publicado in *Nouvelles Questions Feministes*, v. 24, n. 2. Fem-e-libros, 2005. Mimeo.

FERREIRA, Gabriela N.; BOTELHO, André. Introdução: Revendo o Pensamento Conservador. In: _____. **Revisão do Pensamento Conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2010. p. 11-22.

FREEMAN, Jo. **El movimiento feminista**. México: Editores Asociados, 1977.

FREITAS, Angela. **Aborto; guia para profissionais de comunicação**. Recife: Grupo Curumim, 2011.

GARCETE, Norma U. **El proceso de despenalización del aborto en la Ciudad de México**. México, DF: Grupo de Información en Reproducción Elegida – GIRE, 2008.

GEBRIM, Ricardo. Apresentação. In: HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

GIRARD, Françoise. **O Kamasutra de Bush**: muitas posições sobre o sexo: implicações globais das políticas sobre sexualidade do Governo dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. In: BRINGEL, Breno; ESPÍNEIRA, M. Victória (Org.). Dossiê: movimentos sociais e política. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-452, set./dez. 2008. Salvador: UFBA, p. 439-452.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010b.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, Tamara A.; LAPA, Thais de S. (Coord.). **Aborto e religião nos tribunais brasileiros**. São Paulo: Instituto para a Promoção da Equidade, 2008.

GROSSI, Miriam. Feministas históricas e novas feministas no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, UNB, v. XII, n. 2, jul./dez. 1997.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

JAGGAR, Alison M. Ética feminista: algunos temas para los años noventa. In: CASTELS, Carme (Org.). **Perspectivas feministas em teoria política**. Barcelona: Paidós, 1996. p. 167-184.

KISSLING, Frances. **El rol de las religiones en la elaboración de políticas públicas**. Montevideo, Uruguay: Mujer y Salud en Uruguay/MYSU e Comisión Nacional de Seguimiento/CNS, 2003.

KLUGMAN, Barbara. Marco conceptual para analizar las actividades de advocacy por el aborto. In: _____; BUDLENDER, Debbie. **Estrategias para el acceso al aborto legal y seguro**: un estudio en once países. Johannesburgo, África do Sul: The Women's Health Project/School of Public Health/University of the Witwatersrand, 2001. p 1-6.

KLUGMAN, Barbara; HLATSHWAYO, Zanele. Estrategias y acciones para el acceso al aborto: análisis comparativo. In: _____; BUDLENDER, Debbie. **Estrategias para el acceso al aborto legal y seguro**: un estudio en once países.

Johannesburgo, África do Sul: The Women's Health Project/School of Public Health/University of the Witwatersrand, 2001. p. 7-45.

LEITHÄUSER, T.; GOLDEMBERG, M. A experiência hermenêutica: uma filosofia e uma maneira de fazer pesquisa social. In: WEBER, Silke; LEITHÄUSER, Thomas.

Métodos qualitativos nas Ciências Sociais e na prática social. Recife: Universitária da UFPE, 2007. p. 9-25.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Poder de agenda e políticas substantivas. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lucio (Org.). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 77-104.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 11-48, 2009.

MACASSI, Ivonne; OLEA, Cecília (Ed.). **Al rescate de la utopía**: reflexiones para una agenda feminista del nuevo milenio. Lima, Perú: Flora Tristán, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

MALDONADO, Teresa. Laycidad y feminismo: repercusiones en los debates sobre aborto y multiculturalidad. **Viento Sur**, Madrid, n. 61, p. 110-116, abr. 2002.

MANHEIM, Karl. O Pensamento Conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 77-131.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère; CARRIER, Alain. **Os direitos reprodutivos**: rumo a uma quarta geração de direitos. Recife: SOS Corpo, 1997.

MAYORGA, C.; MAGALHÃES, M. de S. Feminismo e as lutas pelo aborto legal ou porque a autonomia das mulheres incomoda tanto? In: MAIA, Mônica Bara (Org.). **Direito de decidir**: múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

MIGUEL, Ana de. Feminismos. In: AMORÓS, Celia (Dir.). **10 palabras clave sobre Mujer**. Estella (Navarra): Verbo Divino, 1995. p. 217-255.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Assistência Integral à Saúde da Mulher**: Bases de Ação Programática. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: Princípios e Diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde. **Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher**. 10 a 13 de outubro de 1986. Relatório Final. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.

MOLYNEUX, Maxine. **Movimientos de mujeres en América Latina**: estudio teórico comparado. Madrid: Cátedra, 2003.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: LAMAS, Marta (Dir.) **Debate feminista**: cidadania e feminismo. São Paulo, 1999. p. 29-47.

MUJICA, Jaris. **Economía política del cuerpo**: la estructuración de los grupos conservadores y el biopoder. Lima, Perú: Centro de Promoción y Defensa de Los Derechos Sexuales y Reproductivos – PROMSEX, 2007.

NAY, Olivier. **História das idéias políticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OSIS, M. José Martins Duarte. PAISM: um marco na abordagem da saúde pública no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** (online). v. 14, suppl. 1, p. 525-532, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1998000500011>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

PARDINA, Teresa L. Autonomía. In: AMORÓS, Celia (Dir.). **10 palabras clave sobre mujer**. Estella, Espanha: Verbo Divino, 1995. p 151-188.

PAZELLO, Magaly; CORREA, Sonia. Aborto. Mais polêmicas à vista! In: COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO. **Olhar sobre a mídia**. Belo Horizonte: Mazza, 2002. p. 147-183.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Aborto e infanticídio: práticas muito antigas. In: _____ (Org.). **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003a. p. 19-57.

PEDRO, Joana Maria. A repercussão das disputas legislativas: A legislação sobre aborto e a imprensa. In: _____ (Org.). **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 169-188.

PERROT, Michele. **As mulheres e os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PETCHESKY, Rosalind. Salud y justicia reproductiva. In: REDE MUNDIAL DE MUJERES PARA LOS DERECHOS REPRODUCTIVOS, **Boletim n. 44**, jul./set. 1994.

PHILLIPS, Anne. Feminismo y democracia. In: _____. **Gênero y teoría democrática**. México: PUEG, 1996. p 13-32.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS. **Ferramenta para a ação política das mulheres**. Porto Alegre, dez. 2008. Disponível em:

REIS, Vilma. Mulheres: pelo direito de decidir. A prática do feminismo no debate sobre o aborto legal. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas, Criola, 2000. p 137-142.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. Breve panorama sobre a questão do aborto no legislativo brasileiro. In: _____; BARBOSA, Regina M. (Org.). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2009. p. 167-174.

ROLAND, Edna. Eu fiz aborto: aborto e clandestinidade. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas, Criola, 2000. p. 130-136.

_____. Saúde Reprodutiva da População Negra no Brasil: entre Malthus e Gobineau. In: ARILLA, M. e CITELI, M^a Tereza (Org.). **Políticas, Mercados, Ética – Demandas e desafios no campo da saúde reprodutiva**. São Paulo: 34, 1998. p. 97.

ROSADO-NUNES, Maria José. O tema do aborto na Igreja Católica: divergências silenciadas. **Cienc. Cult. [online]**, v. 64, n. 2, p. 23-31, 2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAHUQUILLO, M. R.; ALANDETE, David. **La ofensiva antiaborto recorre Occidente**. 9 jun. 2012.

SANTIN, Miriam A. V. **Sexualidade e reprodução, da natureza aos direitos: a incidência da Igreja Católica na tramitação do Projeto de Lei 20/91 – aborto legal e Projeto de Lei 1151/95 – união civil entre pessoas do mesmo sexo**. Florianópolis: UFSC, 2005. Mimeo. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Carmen. **AMB: um jeito de ser e fazer Movimento Feminista**. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVEIRA, M. Lúcia. A luta pelo direito ao aborto: um caso emblemático. In: _____; MAIA, Mônica (Org. e Ed.). **Estado laico e liberdades democráticas**. Recife: AMB, Rede Saúde e SOS Corpo, 2006. p. 31-38.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

SOARES, Gilberta S. Acesso ao aborto legal e ao abortamento inseguro: a barreira dos valores. In: VILELA, Wilza V.; SAAR, Elizabeth (Org.). **Rumos para Cairo +20: Compromissos do Governo Brasileiro com a Plataforma da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento**. Brasília: Presidência da República, SPM, 2010. p. 87-104.

_____; SARDENBERG, Cecília. Campaigning for the right to legal and safe abortion in Brazil. In: LYNCH, A. et al. **IDS Bulletin**, Institute of Development Studies, v. 39, n. 3, p. 55-60, jul. 2008.

TALIB, Rosângela A.; CITELI, Maria Tereza. **Serviços de aborto legal em hospitais públicos brasileiros (1989-2004)**. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2005.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Democracia**. Madrid, Espanha: Akal, 2010.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley J. **Los movimientos sociales, 1768-2008**: desde sus orígenes a facebook. Barcelona: Crítica, 2009.

VÁZQUEZ, M^a de Fuente. **Poder y feminismo**: elementos para una teoría política. Tese de Doutorado à Universidade Autônoma de Barcelona, jul. 2013. Mimeo.

VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. Brasília: Edição da Autora, 2009.

VIANNA, Luiz Werneck. **O Estado Novo do PT**: Gramsci e o Brasil. jul. 2007. Disponível em: <<http://acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>>.

VILLELA, Wilza V. Ampliación del acceso de las mujeres al aborto legal: la experiencia brasileña. In: _____; BUDLENDER, Debbie. **Estrategias para el acceso al aborto legal y seguro: un estudio en onze países**. Johannesburgo, África do Sul: The Women's Health Project / School of Public Health / University of the Witwatersrand, 2001. p. 103-127.

WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn. **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas, Criola, 2000.

APÊNDICE A

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS:

I – Informações Pessoais:

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Cidade de Moradia:
- 4) Local de Trabalho:
- 5) Espaços de Militância:
- 6) Como este tema (aborto) entrou na sua vida e como foi a sua trajetória de atuação relacionada a ele?

II – Questões Gerais sobre o Tema (legalização do aborto) relacionado aos Movimentos Feministas:

- 1) Qual a atualidade que você vê no tema?
- 2) Como definiria as principais estratégias de ação dos movimentos feministas brasileiros nos últimos anos?
(desde o início da sua articulação nos finais dos anos 70/início anos 89)?
(no período de 8 anos do governo Lula)?
- 3) Como avalia as dificuldades, erros e acertos nesta trajetória?

III – I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

- 1) Participou da I CNPM?
- 2) Como delegada? A que organização/movimento representou?
- 3) Outro tipo de participação? A que organização/movimento representou?
- 4) Como avalia o debate sobre o tema nos processos municipal e estadual?
- 5) Qual foi a sua atuação relacionada ao tema na I CNPM?
- 6) Com quais setores do MF se/sua organização/movimento se articulou?
- 7) Quem foram as pessoas-chave nestas articulações?
- 8) Como você definiria as estratégias para a aprovação de uma proposta para a legalização do aborto nesta conferência?
- 9) Como você avalia erros e acertos na definição destas estratégias?
- 10) Qual/como você avalia o papel exercido pelo CNDM neste processo?

- 11 Como você vê a atuação posterior da SPM em relação ao que foi aprovado na I CNPM?
- 12) Quais foram os fatores que você acredita que influenciaram neste tipo de atuação? Como o contexto político e de organização dos movimentos contribuíram ou dificultaram?

III.1 – Participação na Comissão Tripartite:

- 1) Qual foi a sua participação?
- 2) Como atuou, quais foram as principais estratégias adotadas?
- 3) Com quais movimentos e/ou integrantes da CT se articulou/em que momentos?
- 4) Como os movimentos apoiaram a sua participação na CT, debatendo estratégias, oferecendo subsídio para a sua atuação?
- 5) Qual/como você avalia o papel exercido pelo SPM neste processo?
- 6) Qual/como você avalia o papel exercido pelo CNDM neste processo?

III.2 – Entrega e Tramitação do PL no Congresso Nacional:

- 1) Como acompanhou/participou deste processo?
- 2) Quais foram as estratégias utilizadas pelos movimentos?
- 3) Como avalia erros e acertos na definição destas estratégias?
- 4) Como você a atuação da SPM no processo de tramitação do PL a partir da sua entrega no CN?
- 5) Quais foram os fatores que você acredita que influenciaram neste tipo de atuação? 6) Como o contexto político e de organização dos movimentos contribuíram ou dificultaram?

IV – II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

- 1) Participou da I CNPM?
- 2) Como delegada? A que organização/movimento representou?
- 3) Outro tipo de participação? A que organização/movimento representou?
- 4) Como avalia o debate sobre o tema nos processos municipal e estadual?
- 5) Qual foi a sua atuação relacionada ao tema na II CNPM?
- 6) Com quais setores do MF se/sua organização/movimento se articulou?

- 7) Quem foram as pessoas-chave nestas articulações?
- 8) Como você definiria as estratégias para a aprovação de uma proposta para a legalização do aborto nesta conferência?
- 9) Como você avalia erros e acertos na definição destas estratégias?
- 10) Qual/como você avalia o papel exercido pelo CNDM neste processo?
- 11) Como você vê a atuação posterior da SPM em relação ao que foi aprovado na II CNPM?
- 12) Quais foram os fatores que você acredita que influenciaram neste tipo de atuação?
- 13) Como o contexto político e de organização dos movimentos contribuíram ou dificultaram?

V – Relação movimentos feministas/executivo:

- 1) Sobre esta relação dos feminismos/feministas com a SPM, implementada num governo com o qual os Movimentos Sociais possuíam identificação?
- 2) Em que contribui e em que dificulta para os avanços no debate sobre o tema (legalização do aborto)?
- 3) Limites e possibilidades das conferências?

VI – Interlocução com as estratégias de outros países:

- 1) Participou em alguma conferência ou processos ONU (Beijing, Cairo, Durban, CEDAW)? Em que condições participou?
- 1) Como você acredita que os feminismos globais influenciaram nas estratégias utilizadas no Brasil?
- 2) Como avalia a participação das feministas brasileiras nestes processos?
- 3) As Conferências das Nações Unidas contribuíram para o debate dentro do país?
De que forma?

Outras questões que queira colocar:

Autorização:

Pode ser citada nominalmente na dissertação/pesquisa?

Pode ser relacionada entre as pessoas entrevistadas?

APÊNDICE B

QUADRO: AS ENTREVISTADAS

NOME*	IDADE (em 2011)	LOCAL DE ATUAÇÃO
1. Angela M ^a Teixeira de Freitas	62	Instituto Patrícia Galvão (IPG) /AMB/ Jornadas
2. Beatriz Galli	42	Ações Afirmativas em Direitos e Saúde IPAS Brasil / Comitê Latino Americano pelos Direitos das Mulheres (CLADEM) / Jornadas
3. Clair Castilhos	65	Rede Feminista de Saúde
4. Dulcelina Xavier	57	Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) / Jornadas
5. Fabiana Paranhos	37	Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero (ANIS)
6. Gilberta Santos Soares	46	Cunhã Coletivo Feminista / Jornadas
7. Gilda Cabral	63	Cfemea Centro Feminista de Estudos e Assessoria / Jornadas
8. Guacira César de Oliveira	51	Cfemea / AMB
9. Jacira Vieira de Melo	53	Instituto Patricia Galvão / AMB
10. Leila Linhares Barsted	66	Cidadania Estudo Pesquisa Formação e Ação (CEPIA)
11. Lia Zanota Machado	67	Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (Agende) / Rede Feminista de Saúde
12. Maria Liége Rocha	66	União Brasileira de Mulheres (UBM)
13. Maria Adriana Vieira	28	Marcha Mundial de Mulheres
14. Maria Betânia de Melo Ávila	63	SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia / AMB
15. Maria de Lourdes Alves Rodrigues	51	Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)
16. Nelita Frank	51	Núcleo de Mulheres de Roraima / AMB
17. Nilza Iracy	61	Geledés Instituto da Mulher Negra / Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
18. Paula Viana	48	Grupo Curumim Gestação e Parto / Jornadas
19. Maria Aparecida Schumacher	59	Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH) / AMB
20. Sílvia Camurça	53	SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia / AMB
21. Sonia Coelho	51	Sempreviva Organização Feminista (SOF) / Marcha Mundial de Mulheres
22. Télia Negrão	56	Rede Feminista de Saúde / Jornadas

* Os nomes no texto da dissertação são fictícios.

ANEXO A**MINUTA DE PROJETO DE LEI****(da Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez)**

Estabelece o direito à interrupção voluntária da gravidez, assegura a realização do procedimento no âmbito do sistema único de saúde e determina a sua cobertura pelos planos privados de assistência à saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Toda mulher tem o direito à interrupção voluntária de sua gravidez, realizada por médico e condicionada ao consentimento livre e esclarecido da gestante.

Art. 2º Fica assegurada a interrupção voluntária da gravidez em qualquer das seguintes condições:

I – até doze semanas de gestação;

II – até vinte semanas de gestação, no caso de gravidez resultante de crime contra a liberdade sexual;

III – no caso de diagnóstico de grave risco à saúde da gestante;

IV – no caso de diagnóstico de malformação congênita incompatível com a vida ou de doença fetal grave e incurável.

Art. 3º No caso de gestante relativa ou absolutamente incapaz, o consentimento deve ser dado ou suprido, conforme o caso, por seu representante ou assistente legal, ouvida a gestante e atendidas as seguintes condições:

I – se a gestante se encontra sob o poder familiar, é obrigatória a audiência prévia e extrajudicial do representante do Ministério Público, que dispõe do prazo máximo de cinco dias para se pronunciar;

II – se a gestante é representada ou assistida por tutor ou curador, o consentimento deve ser precedido de autorização judicial, expedida no prazo máximo de cinco dias, ouvido o representante do Ministério Público, em igual prazo.

Parágrafo único. Na hipótese de colisão entre os interesses do representante ou assistente legal e a vontade da gestante representada ou assistida, ou no caso de carência de representante ou assistente legal, o juiz deve nomear curador especial.

Art. 4º A alínea “a” do inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que *dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde*, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 12.**

II –

a) cobertura de internações hospitalares, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, admitindo-se a exclusão dos procedimentos obstétricos, exceto os necessários à interrupção voluntária da gravidez realizada nos termos da lei;

..... (NR)”

Art. 5º Acrescente-se a seguinte alínea “c” ao inciso III do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que *dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde*:

“**Art. 12.**

III –

c) cobertura dos procedimentos necessários à interrupção voluntária da gravidez realizada nos termos da lei. (NR)”

Art. 6º Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 125 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal):

“**Art. 125.**

Parágrafo único. A pena cominada neste artigo é aumentada em um terço, se, em conseqüência do abortamento ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofrer lesão corporal de natureza grave, e é duplicada se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte. (NR)”

Art. 7º As normas complementares para a implementação do disposto nesta Lei no âmbito do sistema único de saúde serão dispostas em regulamento do Ministério da Saúde.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se os arts. 124, 126, 127 e 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o primado dos direitos e garantias fundamentais e reconheceu a universalidade do direito à saúde e o dever do Estado de oferecer acesso a esse direito.

Os direitos sexuais e reprodutivos e os direitos das mulheres à saúde integral e à saúde reprodutiva já foram nacional e internacionalmente reconhecidos, mas ainda não foram plenamente conquistados.

No Brasil, desde 1830, o abortamento é considerado crime. No Código Penal, em vigor a partir de 1940, a conduta só não é punida se for realizada para salvar a vida da gestante (aborto necessário) ou no caso de gravidez resultante de estupro (aborto ético ou humanitário).

A prática clandestina e freqüente do abortamento, porém, explicita a ineficácia da norma incriminadora como forma de orientar as condutas das mulheres. No momento em que elas concluem pela impossibilidade de levar a termo uma gravidez indesejada, o abortamento é o último recurso, mas o único possível. Por ser clandestino, o procedimento se realiza, na ampla maioria dos casos, sem os cuidados profissionais de saúde, em precárias condições e com alto risco para a mulher, que paga com sua vida ou sua saúde.

A criminalização do abortamento, ao tornar inevitável que as práticas se façam na clandestinidade, opera contra o direito fundamental da liberdade e da autonomia feminina, contra os seus direitos sexuais e reprodutivos e contra seu direito de acesso integral à saúde.

Nesse contexto, a prática de abortamentos em condições clandestinas no Brasil tornou-se um grave problema de saúde pública, responsável pela quarta causa de mortalidade e pelo alto índice de morbidade maternas.

Segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde, mais de trinta por cento das gravidezes no País terminam em abortamento, de modo que, anualmente, ocorrem aproximadamente um milhão e quatrocentos abortamentos inseguros – clandestinos ou espontâneos –, o que representa 3,7 ocorrências para cada cem mulheres de quinze a quarenta e nove anos.

As complicações imediatas mais freqüentes são a perfuração do útero, a hemorragia e a infecção, que podem levar a graus distintos de morbidade e mortalidade. Essas complicações foram responsáveis por vinte por cento das mortes maternas no Estado do Maranhão no período de 1987 a 1991.

Já o Dossiê Mortes Preveníveis e Evitáveis, da Rede Feminista de Saúde, estima que sejam praticados no Brasil, aproximadamente, um milhão de abortamentos clandestinos por ano. O abortamento provoca mais mortes de mulheres negras (pardas e pretas) que de mulheres brancas, e seu peso, como causa de mortalidade, é maior nas faixas etárias das meninas até quinze anos e das mulheres entre trinta e trinta e nove anos. Além disso, ele constitui a quarta causa de morte materna no País, a primeira causa dessas mortes em Salvador, desde 1990, e a terceira causa em São Paulo.

A gravidade da situação do abortamento reflete-se num alto custo para o sistema único de saúde. Em 2004, cerca de duzentas e quarenta mil internações foram motivadas por curetagens pós-aborto, correspondentes aos casos de complicações decorrentes de abortamentos inseguros, ao custo de trinta e cinco milhões de reais. Tais curetagens são o segundo procedimento obstétrico mais praticado, superadas apenas pelos partos normais, e representam a quinta causa mais freqüente de internação.

Uma pesquisa realizada, em 2003, entre mulheres submetidas à curetagem uterina pós-aborto, detectou que mais de setenta por cento delas havia provocado o abortamento.

Numa perspectiva mundial, as estatísticas anuais apontam a ocorrência de setenta e cinco milhões de gestações não desejadas. Esses dados – que também indicam a realização de trinta e cinco a cinqüenta milhões de abortamentos

induzidos, entre os quais são relatados vinte milhões de abortamentos inseguros (noventa e cinco por cento deles realizados em países em desenvolvimento) – informam a morte de setenta a oitenta mil mulheres e a ocorrência de graves complicações reprodutivas em muitos outros milhares. Essas estatísticas, portanto, evidenciam que uma mulher morre a cada três minutos em decorrência do abortamento inseguro, causa de treze por cento das mortes maternas em todo o mundo.

Nesse contexto, ressalte-se que, na Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, cento e oitenta e quatro Estados reconheceram os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. A Conferência afirmou o direito ao controle sobre as questões relativas à sexualidade e à saúde sexual e reprodutiva, assim como o direito das decisões das mulheres serem livres de coerção, discriminação e violência, e defendeu o princípio de que sejam *elas quem controlem sua própria fecundidade*.

O Governo Brasileiro, tanto na citada Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, quanto na IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, em 1995, assumiu, por meio da assinatura de acordos e tratados internacionais, compromissos com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, já reconhecidos como direitos humanos.

Desde então, os comitês que vêm acompanhando a implementação desses acordos e de outras convenções internacionais vêm reconhecendo os direitos sexuais e reprodutivos e recomendando – àqueles países em que o abortamento clandestino e inseguro constitui importante causa de mortalidade materna – a revisão da legislação punitiva da interrupção da gravidez.

O Comitê da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação sobre a Mulher (CEDAW), na sua vigésima sessão, em 1999, recomendou a revisão das legislações punitivas para excluir as penas impostas às mulheres que realizam a interrupção voluntária da gravidez.

Em 2003, o Comitê do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) também recomendou ao Brasil a revisão da legislação atual referente ao abortamento.

Ressalte-se que o Governo Brasileiro, por intermédio do Ministério da Saúde, ao reconhecer os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, já vem desenvolvendo um conjunto de ações para garantir esses direitos, tais como a ampliação da informação e do acesso a métodos contraceptivos. No Brasil, mais de setenta por cento das mulheres em idade fértil fazem uso de algum anticoncepcional.

Vale salientar, no entanto, que todos os métodos anticoncepcionais estão sujeitos a falhas e, em consequência, suas usuárias são passíveis de enfrentar uma gravidez indesejada. Se a prática do abortamento não pode ser vista como método anticoncepcional, configura, no entanto, o último e necessário recurso (usado de forma privada, e até agora, clandestina, para garantir o direito íntimo das mulheres de levar ou não a termo uma gravidez indesejada).

Ademais, o atual Governo, com objetivo de traçar as diretrizes de uma política nacional para as mulheres, organizou – por intermédio de sua Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres – a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ecoando a realização de conferências municipais e estaduais com o mesmo o propósito. Nessas Conferências, o direito à interrupção da gravidez foi tema de forte e amplo respaldo e a necessidade de sua implementação no ordenamento jurídico nacional constituiu demanda aprovada em processo de consulta a mais de duas mil mulheres presentes na Conferência Nacional e mais de cento e vinte mil nas conferências estaduais e municipais.

Em resposta a essa demanda, foi instalada, em 6 de abril de 2005, uma Comissão Tripartite para Revisão da Legislação Punitiva sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, integrada por dezoito representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e da sociedade civil.

Os trabalhos da Comissão Tripartite resultaram na elaboração deste projeto de lei. A presente proposta, partindo dos princípios que reconhecem os direitos sexuais, reprodutivos e de saúde integral das mulheres como direitos humanos e reconhecendo a prática clandestina do abortamento como um grave problema de saúde pública – que atinge somente as mulheres –, propõe ampla descriminalização do procedimento, com exceção daquele provocado contra a vontade da mulher. Dessa forma, revoga os artigos. 124 a 128 do Código Penal, exceto o art. 125, que foi adicionado de parágrafo único para reproduzir determinação contida no art. 126, revogado, destinada a explicitar as hipóteses de agravamento da pena ali estabelecida.

A grande inovação da proposta, contudo, diz respeito à consagração da interrupção voluntária da gravidez como um direito inalienável de toda mulher, prevista no primeiro artigo da proposição. Os requisitos para a implementação desse direito constituem a necessidade de a mulher manifestar sua vontade por meio do consentimento livre e esclarecido e a obrigatoriedade de o procedimento ser executado por médico.

Da mesma forma, o projeto estabelece as condições específicas para o acesso ao abortamento, em função dos prazos gestacionais e das condições de saúde da gestante e do feto.

Assim sendo, o prazo de doze semanas para o livre direito de interrupção da gravidez deve-se às condições de segurança do procedimento em função do menor desenvolvimento gestacional. O prazo de vinte semanas é o limite em que o atual conhecimento médico garante a realização do procedimento ainda em condições seguras, e por isso foi adotado nos casos das mulheres vítimas de violência, situação em que a descoberta da gestação e, portanto, a decisão de interrompê-la podem demandar um tempo maior para ocorrerem.

Nos casos em que a saúde e a vida das mulheres estiverem em risco ou em que forem detectadas doenças fetais graves e incuráveis ou malformações congênitas incompatíveis com a vida, os prazos – não especificados – sujeitam-se ao critério médico.

O artigo 3º do projeto trata dos consentimentos especiais, isto é, delibera sobre como deve ser dado ou suprido o consentimento para a interrupção da gravidez nos casos de gestantes relativamente incapazes (aquelas com idade entre dezesseis e dezoito anos e as que se enquadram nas outras situações previstas no art. 4º do Código Civil) e absolutamente incapazes (as menores de dezesseis anos e as que se classificam nas demais hipóteses elencadas no art. 3º do Código Civil).

A base para a redação do dispositivo foi dada pelos princípios consagrados na Constituição Federal, no novo Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que reservam ao Ministério Público a obrigação indisponível de tutelar os interesses das crianças e dos adolescentes e também das pessoas portadoras de deficiência.

Outro objetivo do projeto é assegurar às mulheres o acesso aos serviços e procedimentos para a interrupção da gravidez nas redes pública e privada de saúde e sua cobertura pelos planos de saúde, neste último caso por meio da inclusão do procedimento na cobertura dos planos de internação hospitalar (art. 4º) e dos planos obstétricos (art. 5º). Pensou-se, assim, na possibilidade de uma mulher que não deseje ser mãe e tenha contratado somente o plano de internação hospitalar engravidar em virtude de falha no método contraceptivo adotado.

Como se vê, este projeto de lei tem por objetivo implementar o pleno reconhecimento dos direitos integrais das mulheres.

É bom ressaltar que, ao contrário do que acredita o senso comum, a legalização do abortamento não acarreta, a médio e longo prazo, um aumento no número desses procedimentos. Nos países em que tal legalização já ocorreu, observou-se, isto sim, a redução das mortes maternas, mesmo com a manutenção das taxas médias de abortamento.

Na Suíça, por exemplo, onde o procedimento foi descriminalizado em 2001, os dados informam a ocorrência de taxas anuais de 8,4 (em 1996), 7,5 (em 2001), e 7,5 (em 2002) abortamentos por mil mulheres em idade fértil.

Se compararmos essas mesmas taxas em todo o mundo, encontraremos um grupo de países onde elas giram em torno de seis a oito (Holanda, Bélgica e Alemanha), um outro com índices entre trinta e seis e quarenta (Colômbia, Brasil e Chile) e ainda um outro com taxas que variam de sessenta e oito a oitenta e quatro (Rússia, Romênia e Vietnã). No primeiro grupo, as mulheres têm acesso ao abortamento legal, ao uso de contraceptivos e à educação sexual ampla. No segundo grupo, as mulheres só têm acesso ao uso de contraceptivos. E no terceiro grupo, elas só têm acesso ao abortamento legal.

Fica assim evidente a extrema necessidade e inegável urgência da implementação, no Brasil, de uma política abrangente de garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Nesse contexto, faz-se meritório o conjunto de ações que o Ministério da Saúde vem desenvolvendo, que inclui a Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos, o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna, a organização da Atenção ao Abortamento Inseguro e a organização da Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência.

Assim sendo, a descriminalização do abortamento é o elemento normativo que falta para a implementação dessa política abrangente.

Essas são, portanto, as motivações que levaram a Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez a elaborar este projeto de lei.

Brasília, 1º de agosto de 2005.

ANEXO B

COMPOSIÇÃO DAS JORNADAS BRASILEIRAS PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL E SEGURO

Conforme: Secretaria Executiva das Jornadas em Dez/2011.

Articulações Nacionais e Regionais

1. Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – Brasil/ CLADEM Brasil
2. Fórum de Mulheres Cearenses (CE)
3. Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (PA)
4. Fórum de Mulheres de Pernambuco (PA)
5. Fórum de Mulheres de Salvador (BA)
6. Relatoria de Saúde da Plataforma pelos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais/Plataforma DHESCA
7. Jovens Feministas de São Paulo (SP)
8. Fórum de Mulheres do Mercosul
9. Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB
10. Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
11. Associação Brasileira de ONGS - ABONG
12. Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos - FENDH
13. Rede de Mulheres Negras (PR)
14. Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH
15. Liga Brasileira de Lésbicas
16. Movimento de Adolescentes do Brasil
17. União Brasileira de Mulheres/UBM
18. Secretaria Nacional de Mulheres Trabalhadoras da CUT
19. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
20. Rede Jovens Brasil Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos/RJB
21. Movimento Popular da Mulher/MPM
22. Movimento do Graal no Brasil (MG)
23. Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense/MMNEPA (PA)
24. Rede de Homens pela Equidade de Gênero/ RHEG

25. Rede de Mulheres no Rádio

Grupos Nacionais e Regionais

1. Católicas pelo Direito de Decidir-Brasil
2. Centro Latino-americano de Sexualidade e Direitos Humanos/CLAM
3. Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia/ MAMA
4. Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento/AGENDE (DF)
5. Associação Cultural de Mulheres Negras/ACMUN (RS)
6. Associação Lésbica Feminista Coturno de Vênus (DF)
7. Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba (PB)
8. Casa da Mulher Catarina (SC)
9. Casa da Mulher 8 de Marco (TO)
10. Centro da Mulher 8 de Março (PB)
11. Centro de Atividades Culturais Econômicas e Sociais/CACES (RJ)
12. Centro Feminista de Estudos e Assessoria/CFEMEA (DF)
13. CEPIA Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação (RJ)
14. Coletivo Feminino Plural (RS)
15. Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde/CFSS (SP)
16. Coletivo Leila Diniz - Ações de Cidadania e Estudos Feministas (RN)
17. Coletivo de Pesquisas sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas (SP)
18. Comissão de Cidadania e Reprodução/CCR (SP)
19. Criola (RJ)
20. Cunhã Coletivo Feminista (PB)
21. Ecos Comunicação em Sexualidade (SP)
22. Grupo Curumim - Gestaçã o e Parto (PE)
23. Grupo de Mulheres Negras Malunga (GO)
24. Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás (PE)
25. Grupo Feminista Autônomo Oficina Mulher (GO)
26. Grupo Transas do Corpo (GO)
27. Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero/ANIS (DF)
28. Instituto Mulheres pela Atenção Integral à Saúde e aos Direitos Sexuais e Reprodutivos/IMAIS (BA)
29. Instituto Papai (PE)
30. Instituto Patrícia Galvão Comunicação e Mídia (SP)

31. Ipas - Brasil
32. Maria Mulher Organização de Mulheres Negras (RS)
33. Mídia Radical (DF)
34. Mulheres em União – Centro de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher (MG)
35. Mulheres Jovens Trocando Idéias (MG)
36. MUSA - Programa de Estudos em Gênero e Saúde (BA)
37. MUSA Mulher e Saúde (MG)
38. Núcleo de Juventude do CEMINA /REDEH (RJ)
39. Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades / UFPE
40. Rede de Desenvolvimento Humano/REDEH (RJ)
41. SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia (PE)
42. Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (RS)

Integrantes Individuais

1. Alcilene Cavalcante / SP
2. Ana Paula Portella / PE
3. Angela Maria Teixeira de Freitas / RJ
4. Carla Gisele Batista / BA
5. Carmen Campos / RS
6. Claudia Vasconcelos /BA
7. Dulce Xavier / SP
8. Elinaide Carvalho / PB
9. Eleonora Menicucci / SP
10. Magaly Pazello / RJ
11. Rulian Emmerick / RJ
12. Sandra Valongueiro / PE
13. Sílvia Dantas / PE